

**Gardênia Angelim
Medeiros de Oliveira**

**OS DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO
ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO
DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
COQUEIRO, LUÍS CORREIA, PIAUÍ**



AMBC

VOLUME I

**Gardênia Angelim
Medeiros de Oliveira**

**OS DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO
ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO
DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
COQUEIRO, LUÍS CORREIA, PIAUÍ**



AMBC

VOLUME I

© Copyright 2018

Gardênia Angelim Medeiros de Oliveira

OS DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO, LUÍS CORREIA, PIAUÍ

Créditos

Este diagnóstico é parte dos resultados da pesquisa-ação associada ao projeto matriz “Ecomuseu Delta do Parnaíba - MUDE”, vinculado e desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Piauí.

Universidade Federal do Piauí

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-reitora

Prof. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

Diretor do Campus Ministro Reis Veloso

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia

Prof. Dr^a. Áurea Paz Pinheiro

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Pereira Alves (Orientadora) | UFPI | Universidade Aberta de Portugal

Prof^a. Dr^a. Áurea Paz Pinheiro (Co-orientadora) | UFPI

Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo (Avaliador Interno) | UFPI

Prof^a. Ma. Pâmela Krishina Ribeiro Franco Freire (Avaliadora Externa) | UNINOVAFAPI

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Jordana Silva Souza

Oliveira, Gardênia Angelim Medeiros de.

Os Desafios na elaboração de um projeto arquitetônico participativo para a construção da sede da associação de moradores do bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí / Gardênia Angelim Medeiros de Oliveira. – Parnaíba, 2018. 202 f.

Dissertação (Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Pereira Alves.

1. Museologia e Inovação Social. 2. Arquitetura.
3. Patrimônio Cultural. 4. Piauí.
I. Título.

CDD: XXX.XXX

GARDÊNIA ANGELIM MEDEIROS DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO
ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO
DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
COQUEIRO, LUÍS CORREIA, PIAUÍ**

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, requisito para obtenção do título de Mestre.

Edital nº. 01/2015
2ª Turma | 2016-2018

Orientadora Profª. Drª. Mª de Fátima
Pereira Alves
Co-orientadora Profª. Drª. Áurea da Paz
Pinheiro

Trabalho apresentado e aprovado em: 28 de maio de 2018

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Mª de Fátima Pereira Alves
Orientadora | UFPI | Universidade Aberta de Portugal

Profª. Drª. Áurea da Paz Pinheiro
Co-orientadora | UFPI

Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo
Avaliador Interno | UFPI

Profª. Ma. Pamela Krishina Ribeiro Franco Freire
Avaliadora Externa | UNINOVAFAPI

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Gardênia Angelim Medeiros de Oliveira, declaro que este trabalho, sob o título, OS DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO, LUÍS CORREIA, PIAUÍ é o resultado da minha investigação, cujo conteúdo é original e todas as fontes consultadas e citadas estão devidamente referenciadas.

Parnaíba (PI), 18 de maio de 2018

Gardênia Angelim Medeiros Oliveira



Se planejamos para um ano, plantamos arroz.
Se planejamos para dez anos, plantamos arvores.
Se planejamos para cem anos, preparamos pessoas.

Provérbio Chinês

AGRADECIMENTOS

A minha fé não permite deixar de agradecer, primeiramente, à Deus por tudo, o que inclui: a vida, os tropeços, que me fizeram levantar, e os acertos que me encorajaram a seguir em frente.

Aos meus pais, exemplos de caráter, amor e bondade, que me conduziram por todas as fases da minha vida. A vocês, obrigada todas as manhãs.

Ao meu esposo, Gilberto e aos meus filhos, Letícia e Thiago, pelo apoio incondicional, compreensão pelas ausências e incentivo diário. A presença de vocês em minha vida é fonte inesgotável de motivação.

À Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alves, pelo olhar cuidadoso e contribuições primorosas e enriquecedoras ao trabalho.

À Prof^a Dr^a Áurea da Paz Pinheiro, pela inspiração como profissional, por sua paciência, confiança, ensinamentos e auxílio incansável durante toda a elaboração do trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, pela contribuição na minha formação, com menção honrosa à Prof^a Rita de Cassia Moura Carvalho, pelo cuidado, atenção e sorriso durante toda a vivência e acompanhamento do trabalho de campo.

Aos membros da Banca Avaliadora, Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo e Prof^a Mestre Pamela Krishina Ribeiro Franco Freire, pelas sugestões e críticas à pesquisa.

À comunidade do Coqueiro da Praia, que me acolheu e me fez sentir em casa, criando, assim, possibilidades de compartilhar memórias, vivências e experiências cotidianas ao longo de todo o tempo de ações e atividades desenvolvidas ao longo do trabalho.

À Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia, em especial às senhoras Francisquinha, Dagmar, Teresa e Jesus, exemplo de mulheres aguerridas, destemidas, líderes, que superam os desafios de gerir uma Associação; senhoras determinadas em prol de melhores condições de vida para as famílias que residem no Bairro.

Às minhas colegas de mestrado, pelo companheirismo, amizade e partilha. Agradeço, especialmente, à Alexandra Moraes, pela cumplicidade nos momentos determinantes da construção deste trabalho. A cada pessoa e/ou instituição, que, ao acompanharem, torceram pelo sucesso desta jornada.

RESUMO

Apresentamos os resultados de estudos e intervenções de natureza participativa, realizados no Bairro Coqueiro, Luís Correia, litoral do Piauí, um dos dez municípios que formam a Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba. Investigações de pesquisadoras do Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Museologia da Universidade Federal do Piauí – PPGAPM UFPI, no Bairro Coqueiro, desde 2014, nos permitiu a aproximação com dez mulheres, entre 40 a 80 anos, membros da diretoria da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro - AMBC, ao longo de um ano, viabilizando, assim, o uso da pesquisa-ação. O contato direto com a comunidade, a relação dialógica estabelecida, facilitou a identificação e problematização de forças, oportunidades, fragilidades e ameaças no Bairro, envolvendo pessoas e instituições, para então delimitarmos a investigação e criarmos produtos e serviços, que atendessem às necessidades de um bairro habitado em sua maioria por famílias de pescadores; construindo de forma coletiva e participativa um trabalho que traduz os conceitos de Museologia e Inovação Social. O desafio e objetivo centraram-se na sensibilização para conhecimento, reconhecimento, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural do lugar. O trabalho com a AMBC foi de extrema importância para a aproximação entre a pesquisadora e comunidade, o que nos permitiu, partindo das habilidades profissionais da pesquisadora, construirmos os produtos e serviços resultados desta investigação: um Projeto Arquitetônico para a sede da AMBC, desejo acalantado por aquelas mulheres há mais de vinte anos. Ao longo do trabalho, orientamos a assessoria jurídica e contábil da AMBC prestada pelo PPGAPM UFPI; participamos de ações para captação de recursos para construção da sede, que deve ser um equipamento sociocultural de base comunitária, capaz de promover a interação entre as pessoas do lugar, empresas públicas, privadas e sociais, considerando sempre o conceito de participação e inclusão social, um exercício sistemático de cidadania, de valorização do patrimônio cultural, de afirmação de identidade e pertencimento. Assim, constatamos que a parceria universidade-pesquisador-comunidade é uma importante ferramenta de desenvolvimento e inovação. A relação de aproximação e troca de conhecimentos alimenta um processo contínuo de ensino-aprendizagem onde as práticas cotidianas são suportes para o confronto da teoria com as necessidades da realidade de uma comunidade.

Palavras Chave: Arquitetura; Museologia e Inovação Social; Patrimônio Cultural; Piauí.

ABSTRACT

We present the results of studies and interventions of participatory nature, carried out in the Coqueiro Neighborhood, Luís Correia, in the Piauí coast, one of the ten municipalities that make up the Environmental Protection Area - APA Delta do Parnaíba. Investigations of researchers from the Postgraduate Program, Professional Master's Degree in Museology at the Federal University of Piauí - PPGAPM UFPI, in the Coqueiro Neighborhood, since 2014, allowed us to approach ten women, between 40 and 80 years old, members of the Association of Residentes of the Coqueiro Neighborhood - AMBC, over a year, thus enabling the use of action research. Direct contact with the community, the dialogical relationship established, facilitated the identification and problematization of forces, opportunities, fragilities and threats in the neighborhood, involving people and institutions, to delimit research and create products and services that meet the needs of a neighborhood inhabited mostly by fishing families; constructing in a collective and participative way a work that departed from the concepts of Museology and Social Innovation. The challenge and objective were focused on awareness raising, recognition, preservation and safeguarding of the cultural heritage of the place. The work with the AMBC was extremely important for the rapprochement between the researcher and the community, which allowed, based on our professional skills, we built the products and services of this research: an Architectural Project for AMBC's headquarters, more than twenty years ago. Throughout the work, we have accompanied the legal and accounting advice of AMBC provided by PPGAPM UFPI; we participate in actions to raise funds for the construction of headquarters, which should be a community-based socio-cultural equipment capable of promoting interaction between local people, public, private and social enterprises, always considering the concept of participation and social inclusion, a systematic exercise of citizenship, valuing cultural heritage, affirming identity and belonging. Thus, we find that the university-researcher-community partnership is an important development and innovation tool. The relation of approach and exchange of knowledge feeds an ongoing process of teaching-learning where daily practices are supports for the confrontation of theory with the needs of the reality of a community.

Keywords: Architecture; Museology and Social Innovation; Cultural Heritage; Piauí.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01	Delimitação da APA Delta do Parnaíba	27
Figura 02	Localização do Bairro do Coqueiro – Luís Correia – Piauí – Brasil	27
Figura 03	Mapa do Macrozoneamento Urbano do Município de Luís Correia	45
Figura 04	Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana do Município de Luís Correia	45
Figura 05	Imagem aérea do Bairro do Coqueiro – Desenho urbano sem configuração definida	46
Figura 06	Terreno da AMBC destinada à construção da sede da AMBC	70
Figura 07	Imagem meramente ilustrativa da sede da AMBC – Vista aérea	82
Figura 08	Imagem meramente ilustrativa da sede da AMBC – Vista Frontal	82
Figura 09	Imagem meramente ilustrativa da sede da AMBC – Vista Fachada Oeste	82
Figura 10	Imagem meramente ilustrativa da sede da AMBC – Vista Fachada Leste	82
Figura 11	Croqui da comunidade, apresentado como projeto para a sede da AMBC	83
Figura 12	Bingo realizado na Praça do Bairro do Coqueiro	85
Figura 13	Realização de cinema na praça do bairro do Coqueiro	85
Figura 14	Bazar da AMBC realizado na Praça do Bairro do Coqueiro	85
Figura 15	Obra iniciada para a construção da sede a AMBC	92
Figura 16	Slogan da 2ª Edição do prêmio Culturas Populares do Brasil	93
Figura 17	Visita ao terreno destinado à construção da sede da AMBC	95
Figura 18	Embarcação utilizada na atividade da pesca artesanal – Primeiro objeto musealizados que se encontra no terreno da AMBC	99
Figura 19	Acesso ao bairro do Coqueiro pela PI 116	105
Figura 20	Vias de acesso ao terreno da AMBC no Bairro do Coqueiro	106
Figura 21	Raio de oportunidades de Infraestrutura no entorno do terreno da AMBC	107
Figura 22	Localização do terreno da AMBC e ruas de acessos	108
Figura 23	Fachada de acesso a serviços na sede da AMBC	108
Figura 24	Fachada de acesso do público à sede da AMBC	108
Figura 25	Programa de Necessidades, em planta baixa, da sede da AMBC	110
Figura 26	Volumes Independentes para composição do “Edifício Sede”	111
Figura 27	Inserção da cobertura unindo os dois volumes independentes que compõem o Espaço Sede da AMBC	111
Figura 28	Maquete Virtual do Espaço Sede da AMBC	111
Figura 29	Indicação do Espaço de Acolhimento no terreno da AMBC	112

Figura 30	Indicação do Espaço de Referência no terreno da AMBC	112
Figura 31	Maquete virtual dos espaços que compõem o conjunto da sede da AMBC	112
Figura 32	Incidência dos ventos dominantes no terreno da AMBC	113
Figura 33	Incidência da Trajetória solar no terreno da AMBC	113
Figura 34	Recuos da implantação do edifício no lote	116
Figura 35	Setorização dos ambientes em planta	119
Figura 36	Fluxograma de circulação entre os espaços e/ou ambientes	120
Figura 37	Maquete virtual do espaço de acolhimento – alteração de uso	121
Figura 38	Pátio central no interior do Espaço Sede	122
Figura 39	Pátio Central no interior do Espaço Sede – Destaque para os elementos vazados nas fachadas Norte e Leste	122
Figura 40	Fachada Norte da sede da AMBC	123
Figura 41	Fachada Leste da sede da AMBC	123
Figura 42	Fachada Sul da sede da AMBC	123
Figura 43	Incidência solar no interior da Edificação	124
Figura 44	Ventilação Cruzada no interior da edificação	124
Figura 45	Auditório	124
Figura 46	Cozinha/Escola	125
Figura 47	Sala Multiuso layout 01	126
Figura 48	Sala Multiuso layout 02	126
Figura 49	Diretoria	127
Figura 50	Indicação de acessibilidade observados no projeto	129
Tabela 01	Tabela das atividades permitidas e índices de ocupação do solo no Município de Luís Correia – Coqueiro da Praia	115
Tabela 02	Quadro de Áreas do Projeto Arquitetônico	116
Tabela 03	Quadro do programa de necessidades com área	119



LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMBC	Associação e Moradores do Bairro Coqueiro
APA	Área de Proteção Ambiental
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRF	Certidão de Regularização do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-reitoria de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Instituto Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MUDE	Ecomuseu Delta do Parnaíba
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PPGAPM	Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
SESC	Serviço Social do Comércio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <i>(United Nations Educational Scientific and Cultural Organization)</i>





SUMÁ RIO

1. INTRODUÇÃO	24
1.1. Problema	32
1.2. Justificativa	37
1.3. Objetivos, Metas e Estratégias	39
1.4. Público-Alvo	40
2. ESTUDO DO CONTEXTO	42
3. REVISÃO DE LITERATURA	50
4. PRODUTO E SERVIÇOS	64
5. A AMBC	68
6. MÉTODOS	74
6.1. A imersão no território	78
6.2. Apostando em ações e participação	80
6.3. Organização, transparência e legalidade	87
6.4. A concepção do Projeto Arquitetônico	94
7. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO ARQUITETÔNICO	102
7.1. Estudo Preliminar	104
7.1.1. Dados Gerais	105
7.1.2. Levantamento e Implantação	105
7.2. Condicionantes do Partido Arquitetônico	109
7.2.1. Programa de Necessidades	109
7.2.2. Aspectos Climáticos	113
7.2.3. Condicionantes Físicos	114
7.2.4. Condicionantes Legais	114
7.2.5. Condicionantes Financeiros	116
7.2.6. Técnicas Construtivas	117

7.3. Projeto Arquitetônico	118
7.3.1. Ambientes e Usos	118
7.3.1.1. Espaço de Acolhida	120
7.3.1.2. Espaço Sede	121
7.3.2. Acessibilidade	128
8. CONTINUIDADES DAS AÇÕES PARA O TERRITÓRIO	130
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	146
Anexo I: Ata de Fundação da AMBC	147
Anexo II: Estatuto da Associação AMBC	151
Anexo III: CNPJ da AMBC expedido pela Receita Federal	169
Anexo IV: Certidão do terreno concedido à AMBC	173
Anexo V: Ata de Aclamação da diretoria - mandato 2017/2019	177
Anexo VI: Ata da Reunião Ordinária da AMBC do mês de julho/2017	183
Anexo VII: Certidões Negativas da Associação	189
Anexo VIII: Documento Interno da AMBC que comprovam a existência de discussões dos associados sobre o desejo de construir o Museu do Pescador no bairro	197
APÊNDICE	
Volume II :Planta do Projeto Arquitetônico	





1

INTRO DUÇÃO

Apresentamos o relatório final da pesquisa-ação¹ associado ao projeto matriz “Ecomuseu Delta do Parnaíba”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, atravessado pelo conceito de árvore de conhecimento de Pierre Levy, filósofo, e Michel Authier, matemático (1995), onde as pesquisas e os produtos de cada mestrando fazem parte de um projeto maior. Temos um projeto matriz, a árvore, que se constitui pela soma de todos dos demais projetos (sub-projetos), os galhos.

O projeto matriz é construído coletivamente pelos saberes, fazeres e habilidades de profissionais de vários campos de conhecimento e por atores sociais do território com os quais interagem para, de forma participativa, construírem estudos, bens e serviços a fim de transformarem uma dada realidade.

O conceito do Programa estimula o intercâmbio de saberes e coloca em cheque a forma de ensino-aprendizagem cartesiana, linear e individualista, e propõe o diálogo teoria-prática, um ensino-aprendizagem em equipe, um trabalho coletivo, que permite a integração do grupo de mestrandos entre si e com a comunidade que estudam e interagem. Os mestrandos ao ingressarem no Programa passam a serem membros de uma comunidade, que lhes permite revelar e aplicar suas qualificações e habilidades de forma interativa, atravessada pela comunicação e informação, revelando, assim, a identidade coletiva de cada profissional, pessoa; permite conhecer e reconhecer a habilidade de cada mestrando (PINHEIRO, 2018).

Este projeto-ação transpassa pelo diálogo e troca de saberes, que superam o discurso de hegemonia acadêmica, para chegar às parcerias colaborativas com empresas públicas, privadas e sociais. A intenção foi ultrapassar os muros da academia em busca de uma interação com a sociedade, para construirmos conhecimentos, com o intuito de superar desigualdade e exclusão social, colaborando na construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática, conforme diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU (FORPROEX, 2012).

1 Segundo Michel Thiollent (2011, p. 20), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O PPGAPM firma-se no conceito de uma Museologia Social². É pioneiro no Brasil e tem como sede a cidade de Parnaíba, situada no extremo norte do Estado do Piauí, Conjunto Histórico e Paisagístico tombado, em 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O município de Parnaíba faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) – o Delta do Parnaíba³ (Figura 01). O rio Parnaíba desagua no oceano Atlântico e em mar aberto forma o único delta das Américas. No estado do Piauí, quatro municípios formam a faixa litorânea que integra a APA Delta do Parnaíba: Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

A Universidade Federal do Piauí, nomeadamente o PPGAPM, acredita que a gestão de Áreas de Proteção Ambiental não se restringe a contexto de políticas públicas voltadas apenas para a proteção da natureza, pois a presença do ser humano e as influências que exerce sobre o meio ambiente é cada vez menos simbiótica e mais predatória, o que requer a construção de parcerias para ação integrada, interinstitucional e multiprofissional na APA Delta do Parnaíba.

A considerar a rica e complexa paisagem cultural da APA Delta do Parnaíba as equipes de pesquisa vinculadas ao Mestrado atuam nesse território multifacetado, desenvolvendo projetos de natureza ação, envolvendo comunidades locais, entendidas como um grupo de pessoas ligadas por afinidades ou por necessidades, mas que compartilham as suas relações quotidianas e buscam interesses e objetivos em comum. Diferente do que se entende por sociedade, vista como indivíduos aglutinados de forma impessoal que compartilham de um conjunto de valores e regras normativas que servem para mediar as relações entre as pessoas e resolver seus conflitos (SILVA, 2008). Em uma perspectiva multidimensional, nos referimos a território como lugar que abriga diferentes relações sociais, onde, a partir de determinadas representações, seus atores configuram um espaço geográfico dentro do contexto histórico em que estão inseridos, estabelecendo uma relação de apropriação, pertencimento e poder (RAFFESTIN, 1993); (HASBAERT, 2004).

2 Desde 1972, em virtude das recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, posteriormente afirmadas pela Declaração de Quebec, 1984, os museus, vistos como instituições a serviço da sociedade, passaram a desempenhar sua função social, devendo intervir de forma global, utilizando-se cada vez mais da interdisciplinaridade, a fim de integrar as populações em suas ações, respondendo às necessidades das grandes massas populares que anseiam atingir melhor qualidade de vida, através do conhecimento de seu patrimônio cultural e natural, reconhecendo e fortalecendo as práticas sociais em diálogos compartilhados de saberes.

3 A APA foi criada pelo Decreto Federal s/n de 28 de agosto de 1996, abrangendo municípios do Piauí (Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia), Maranhão (Paulino Neves, Tutóia, Araisos e Água Doce) e Ceará (Chaval e Barroquinha) abrangendo uma área total de 307.590,51 hectares (BRASIL, 1996).

O nosso projeto teve como lugar o bairro Coqueiro, antiga vila de pescadores artesanais (Figura 02). Colaboramos na constituição do Ecomuseu Delta do Parnaíba, equipamento cultural polinuclear, que utilizará como documentação um acervo de natureza operacional, bens culturais integrados à APA Delta do Parnaíba, em uso, vivo, elementos de sensibilização para construção de autoconhecimento das comunidades locais, o que inclui pesquisa, preservação e comunicação.



01
02

Figura 01 .

Delimitação da APA Delta do Parnaíba – Território de atuação do PPGAPM

Fonte: BRASIL, 2018, manipulado por Jordana Souza, 2018.

Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>> Acesso em: 28 mai. 2018

Figura 02 .

Localização do Bairro do Coqueiro, Luís Correia, Piauí, Brasil, sem escala

Fonte: LUÍS CORREIA, 2010, manipulado por Gardênia Angelim e Jordana Souza, 2018.

A aproximação e envolvimento da pesquisadora com a comunidade do Coqueiro da Praia foi facilitada pelas pesquisadoras do Mestrado que já trabalham no Bairro desde 2014; o que permitiu a nossa aproximação com a Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro – AMBC⁴.

A colaboração técnica e sensível entre o PPGAPM e a AMBC permite a troca de saberes, os pesquisadores podem aplicar conhecimentos técnico-científicos, colaborar na organização e busca por melhoria da qualidade de vida. Consideramos a AMBC um patrimônio público, vez que exerce papel de mediadora entre a gestão pública e a comunidade que representa, o que a transforma em uma ferramenta de aproximação do pesquisador com os atores locais, da Universidade com a Sociedade, materializando o conceito da Museologia Social.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) trouxe, indelévelmente, para a Museologia, a presença do social no seu campo de atuação. Os museus passaram a se preocupar com a efetivação da função social. A partir de então surgem várias tipologias de museus os ecomuseus⁵, museus de territórios⁶, museus de comunidade⁷, todos considerados espaços de sociabilidades, de construção de conhecimentos, imersos na realidade onde estão inseridos, atentos às questões referentes ao patrimônio cultural, inclusão social, cidadania, desenvolvimento sustentável etc.

Nesse diapasão e corroborando como o pensamento de Maria Célia Santos (2002), os processos museológicos devem ser resultados de ações e vivências cotidianas

4 Fundada em 15/10/1987, conforme publicação no D.O.E, em 30/11/1992, reconhecida pela Lei nº 372/88 em 22/10/88, CNPJ nº 69.616.480/0001-16. Nasceu por iniciativa de um grupo de nove mulheres nativas preocupadas com os problemas locais, especialmente os relativos a dificuldades de acesso à água.

5 O conceito de “ecomuseu” surgiu na França em 1970. Caracteriza-se pela participação dos atores da comunidade e sua relação com o território, objetivando que os mesmos participem do processo museológico em todas as suas etapas de construção, desde a concepção, execução e manutenção. Um ecomuseu mostra as ideias e não somente se preocupa com a materialização da história e principalmente, reforça a nostalgia de uma expressão popular e não elitizada (PEREIRO, 2002).

6 O museu de território é a expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma a iniciativa e a autoridade que o controla: associação, mecenas, administração local, instituição científica, agência de desenvolvimento, programa de turismo cultural, etc. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau (VARINE, 2014, p. 185).

7 Museu comunitário visa à valorização da herança cultural de um povo, seus testemunhos do passado e promove um espaço de discussão da comunidade, envolvendo a interação de diversos atores sociais e culturais. Caracteriza-se também pela luta de seus interesses e preservação de uma memória individual e coletiva. (MONTEIRO; MONTEIRO, 2014).

de uma realidade concreta, indissociáveis das tomadas de decisões e expressões de vontades de uma coletividade, contribuindo para o aprimoramento do poder de reflexão, críticas, escolhas e consciência da historicidade dos atores locais, a fim de que se tornem agentes sociais e gestores dos seus patrimônios, capazes de transformarem a própria realidade. Sobre essa capacidade de transformação social, Paulo Freire destaca:

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto de ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2015, p. 51).

A preocupação da museologia contemporânea é refletir sobre a função social dos museus, sobre a profissão do museólogo. Nesse processo, a atividade do profissional da museologia social deve primar pelo exercício da horizontalidade e estabelecimento de uma relação de constante troca de conhecimentos; o profissional deve ser o mediador ou facilitador dos diálogos no contexto da realidade em que está inserido, distanciando-se do perfil de soberano do saber.

Diante dessa realidade, o Mestrado Profissional insere o mestrando em uma pesquisa colaborativa, multidisciplinar, interdisciplinar, a fim de que, por meio de experiências reais, torne-se capaz de compreender a realidade em análise, a fim de poder diagnosticar problemas e propor soluções, criando produtos e/ou serviços em benefício da comunidade a qual se integra.

Neste trabalho tentamos demonstrar que os novos museus, além da sua função social, alicerçados nos princípios que os constituem como instrumentos de desenvolvimento social a serviço da comunidade, assumem a responsabilidade de, a partir do conhecimento que produzem e das atividades que desenvolvem, proteger a gestão das paisagens culturais que o cercam, entendendo as mesmas como patrimônio ou como objeto de museu, cerne de seu acervo operacional.

Outro ponto de destaque que abordamos é o papel que os museus assumem como agentes políticos na realidade na qual se inserem. Papel semelhante também atribuído às Universidades, considerando-as como organismos legítimos capazes de participar, acompanhar, avaliar e elaborar políticas públicas voltadas para atender às necessidades da sociedade, criando condições de participação em um processo de troca de saberes de forma horizontal, participativa, multiprofissional e interinstitucional.

Não obstante, a pesquisa-ação traz no seu bojo a importância do desenvolvimento de práticas museológicas que incorporem a participação dos diversos atores sociais e culminem em processos museológicos inovadores. Sob o enfoque da museologia na atualidade, esses processos, ao procurar atender às comunidades, necessitam da implantação de novas ferramentas museológicas, que visam a democratização dos processos e das instituições museais, primando pela interdisciplinariedade como princípio e metodologia, transformando-se em um poderoso instrumento para um desenvolvimento sustentável.

Partimos do conceito abrangente de paisagem, ao entendermos a necessidade de compreender a complexidade de sentidos e significados do mesmo, posto que não se limita ao campo óptico; ao contrário, abrange uma série de interpretações atribuídas pelo ser humano, fruto de uma construção social, que nasce da relação interativa com meio ambiente ao longo do tempo e que lhe garante a afirmação de pertencimento.

A Convenção Europeia da Paisagem (2000) é um importante marco legal, que fundamenta as ações dos países que a ratificaram e usam seus preceitos na implementação de políticas e programas públicos voltados para o desenvolvimento social e ambiental, alicerçados na qualidade dos valores reconhecidos na paisagem pelos grupos sociais. Como marco legal orienta o que deve ser o interesse público no que se refere à cultura, educação, ecologia, meio ambiente, sociedade. Procuramos discutir essas abordagens a partir das reflexões da nossa experiência de pesquisa-ação na comunidade do Coqueiro da Praia, pontualmente, com um grupo de dez mulheres atuantes da AMBC.

No processo de investigação certificamo-nos da importância de iniciarmos um processo museológico no Bairro do Coqueiro, sustentado pela participação dos atores locais. Alcançar tal objetivo implicou na promoção de diálogos constantes entre nossos estudos teóricos e o uso de metodologias e técnicas de pesquisa, procurando se aproximar dos anseios da comunidade, como garantia de envolvimento e participação dos atores envolvidos na pesquisa.

A partir das competências profissionais da pesquisadora/arquiteta, esta pesquisa-ação apresenta como produto a elaboração de um Projeto Arquitetônico Participativo para a construção da sede da AMBC. Não obstante, o referido projeto arquitetônico serviu de parâmetro de análise dos métodos construídos em conjunto com a comunidade, sobretudo com as participantes, membros da Associação, com

objetivo de contribuir com a proposta de implantação de um processo museológico para o lugar, dentro do contexto do Projeto Matriz do PPGAPM.

A construção da sede da AMBC permitirá que a entidade desempenhe com mais eficiência a sua função social, vez que servirá como equipamento cultural gestor do patrimônio cultural, contribuindo de forma significativa para a sensibilização dos atores locais sobre o papel desses enquanto agentes de desenvolvimento, responsáveis pela valorização do patrimônio cultural.

Além do projeto arquitetônico, ao longo da pesquisa-ação, auxiliamos o PPGAPM e a diretoria da AMBC, usando nossa formação jurídica, para orientação no que refere à regularização jurídica e fiscal da entidade, o que permite, hoje, a AMBC ser uma empresa social transparente, que aplica os princípios da regularidade e da legalidade, ampliando a sua relação com a comunidade e capacidade de captar recursos em benefício da coletividade.

Na análise do estudo do contexto, buscamos apresentar a paisagem cultural do território da pesquisa, seus valores intrínsecos, relevantes e representativos para as pessoas do lugar. Apontamos os problemas que interferem na sua transformação, sejam por determinantes físicas ou resultantes de forças sociais, econômicas, políticas e culturais, tornando claras as condições de realidade que enfrentamos no decorrer da pesquisa.

Nos orientamos por uma abordagem qualitativa de pesquisa e optamos por uma narrativa descritiva. Usamos como referência, métodos dialético, participativo, interpretativo e reflexivo, a partir da realidade dos participantes, substanciada por uma revisão de literatura e uma pesquisa empírica, de caráter inclusivo e inovador.

Em uma pesquisa ação, a consciência sobre a realidade de uma forma integrada facilita o planejamento e análise de propositura das ações. Ademais, quando se intenta desenvolver um projeto arquitetônico para um lugar, a elaboração do mesmo exige um estudo preliminar de todo o contexto de realidade, vez que não podemos pensar em arquitetura sem considerar o ambiente externo. A paisagem cultural é a fonte de inspiração para o arquiteto.

Primamos pela realização de um trabalho que alinha teoria e prática, que considera a cultura política e social dos envolvidos na pesquisa. Buscamos compreender as lógicas e dinâmicas do lugar, provocar discussões e diálogos solidários sobre

temáticas diversas, para auxiliar na organização de lutas e mobilizar atores locais para enfrentarem os problemas concretos que surgem cotidianamente, contribuindo, assim, para o fortalecimento da consciência na busca pelo exercício da cidadania.

Em trabalhos de natureza pesquisa-ação, diferente da pesquisa tradicional, deparamo-nos com a dificuldade de prever, antecipadamente, qual conhecimento seria adquirido e quais os resultados práticos alcançados. Isso acontece porque cada etapa da pesquisa ocorre dentro de suas especificidades, que sempre estarão nos conduzindo ao passo seguinte. Por conta disso, a metodologia descrita, nesta investigação, se traduz nas narrativas dos processos de pesquisa-ação que utilizamos em campo e nos métodos de estudo empregados para contar a história do projeto e seus resultados. Dessa forma, a maior parte da proposta de uma pesquisa-ação é metodológica, diferente das propostas de pesquisa do tipo tradicional que é mais substantiva, como sugere David Tripp (2005).

A pesquisa-ação se finda com a apresentação das considerações finais, que trazem a análise da trajetória descrita pela pesquisa, bem como outras questões afetas a ela e que ainda requerem estudos e aprofundamento contínuo, a fim de que o Projeto Matriz, ao qual este trabalho se vincula, alcance os objetivos propostos.

1.1. Problema

Segundo Rodrigo Díaz Cruz (1993), a identidade cultural de um povo pode ser entendida como um processo de identificação que necessita ser apropriada, a fim de que possa conferir sentido a um determinado grupo. Ao se falar em apropriação, sugere-se um sentimento de pertencimento que nasce com os processos interativos entre indivíduos que vivenciam as mesmas experiências cotidianas.

O patrimônio cultural, por sua vez, é insumo indispensável na construção dessa identidade cultural, vez que é considerado como a própria materialização desta última, expressão concreta da identidade histórica e das experiências cotidianas, que contribuem para manter, ressignificar e preservar a sua memória social traduzida na identidade de uma comunidade, ou de uma nação (CHOAY, 2001).

Ao falar sobre memória, Halbswachs (1992) nos ensina que, embora a mesma pareça um fenômeno individual, deve ser entendida como um fenômeno social, construída coletivamente, submetida a variações constantes, transmitida ao longo das gerações e

que pode contribuir para reconstituir a memória de um lugar. É por meio da memória e de seus registros que se recupera momentos sociais e formas que desapareceram, o que justifica a necessidade de se valorizar as histórias orais contadas pelos mais velhos. Por outro lado, a memória individual é subjetiva, a pessoa que a detém faz da mesma, o que quer, altera-se conforme o passar do tempo e com ela os juízos de realidade e de valor, por isso mesmo, deve ser analisada com cuidado e de forma crítica.

Enquanto fenômeno social, a memória é construída coletivamente, transmitida ao longo das gerações, percebida como reflexo de todas as investidas de um grupo no decorrer da sua existência, portanto, torna-se o alicerce da identidade edificada.

Frente à dinâmica da relação entre esses conceitos, identificamos que a problemática que atravessa o cotidiano do bairro Coqueiro está na fragilidade do sentimento de comunidade, de pertença e de (re)conhecimento da importância do patrimônio cultural local, o que enfraquece os marcadores de identidade, a percepção do valor cultural, da necessidade de garantir a resignificação cotidiana da cultura para as gerações presente e futuras.

Bairro Coqueiro ou Coqueiro da Praia, como é reconhecido pela maioria de seus moradores, além de todo o cenário natural, cênico, que o envolve, também é uma vila de pescadores; trata-se de um lugar tranquilo, que teve sua origem ligada à pesca artesanal⁸. Lugar simples, pacato, que, na maior parte do ano, vive a calma peculiar do litoral do Piauí. Os moradores detêm técnicas, modos de saber-fazer ancestrais, com destaque para artefatos domésticos, utilizados na atividade da pesca, guardados na memória e transmitidos oralmente de geração a geração e que, desde 2008, é fruto de estudos e intervenções de pesquisadores que hoje coordenam o PPGAPM.

Vivemos um processo de globalização. Esse termo surgiu na área econômica e é usado por diversas áreas do conhecimento científico e mesmo no senso comum. Esse cenário de mercado, que coloca o aspecto econômico como estruturante da sociedade e que é conduzido sobre a base dos avanços tecnológicos e sob o domínio do capital, traz consequências significativas para a cultura local, vez que o progresso ocidental se incorpora de maneira impositiva às culturas dos povos, produzindo uma homogeneidade que ameaça e desrespeita a diversidade cultural.

8 A pesca artesanal é definida como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meios de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos (SEPAq-PA, 2017).

Uma comunidade descrente dos seus valores culturais fica à mercê do seu próprio destino, passível de ser colonizada, de não conseguir usar o seu capital social⁹ em prol do seu desenvolvimento. Putnam et al (1994) consideram que índices baixos de capital social em uma comunidade, refletem de forma negativa no seu progresso social e estão intimamente relacionados com a forma de sua organização, caracterizada pela ausência de confiança, reciprocidade, dever cívico e bem-estar coletivo, requisitos indispensáveis para a eficiência das lutas e conquistas de interesses associativos.

Ao considerarmos esse pensamento, apontamos a importância da existência, dentro de uma comunidade, de organizações sociais, pois as mesmas são consideradas verdadeiros instrumentos de solidariedade entre os moradores, instituições de fundamental importância para o grupo sair do anonimato a um patamar de visível expressividade política na busca pela satisfação das necessidades sociais.

Durante a pesquisa, trabalhamos diretamente com a AMBC, instituição legalmente constituída, mas que, a exemplo da maioria das associações comunitárias brasileiras, sofre a burocracia do Estado, sendo submetidas a registros e a uma série de procedimentos jurídicos e contábeis para que sejam formalmente reconhecidas pelo Estado e por outras organizações ou setores sociais.

A burocratização estatal e a falta de conhecimento especializado daqueles que se colocam à frente dessas organizações sociais dificultam a atuação das associações de bairro frente à comunidade a qual representam, gerando um baixo índice de envolvimento e motivação de seus associados na luta pelo reconhecimento dos seus direitos. O perfil descrito representa bem a atuação da AMBC junto a seus representados, o que reflete, negativamente, no sentimento de pertencimento dos atores locais e conseqüentemente na capacidade para reconhecer, preservar e salvaguardar o seu patrimônio cultural, que traduz a identidade do lugar e que, segundo Varine (2013, p.18), “[...] sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo), fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento”.

Nas últimas décadas, a discussão acerca do conceito de Paisagem Cultural tomou corpo no contexto global. Em âmbito mundial, essas discussões se intensificaram a partir de 1992, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

9 Baseado nas considerações de Putnam et al (1994), quando se fala de capital social estamos nos referindo a necessidade de ajuda mútua entre os membros da comunidade em busca de soluções de problemas oriundos de fatores sociais, culturais e econômicos.

e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) reconheceu a pluralidade dos bens culturais na tentativa de resolver as dicotomias advindas dos critérios de tratamento entre os bens natural e cultural; material e imaterial, passando a encará-los como um conjunto que, apesar de distintos em significados, articulam-se e interagem entre si.

No Brasil, a paisagem foi entendida como patrimônio cultural desde a criação do IPHAN, em 1937, e do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por meio do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937¹⁰. Entretanto, a utilização da noção de paisagem cultural da forma como a conhecemos hoje foi um processo lento e, inicialmente, utilizado sem muita clareza, gerando precedentes para as diversas discussões quanto ao uso do termo com o objetivo de identificar e preservar o patrimônio cultural (RIBEIRO, 2007).

Em consonância com a UNESCO, por meio da Portaria nº 127 de 2009, o Iphan regulamentou a Paisagem Cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A chancela de Paisagem Cultural Brasileira ficou definida como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. O Iphan aponta o pescador e seus contextos navais tradicionais como paisagem cultural por ser destaque na relação sustentável entre o ser humano e a natureza. Essa forma de perceber o patrimônio cultural traz outra compreensão sobre as ações participativas, que envolvam as comunidades locais nas atividades e promovam o reconhecimento e a valorização da herança cultural representativa de identidade.

A museologia social tem seu conceito discutido de forma mais ampla a partir da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). O conceito de “museu integral”, instrumento de gestão do patrimônio cultural, adensa os sentidos de informação, divulgação, educação e interpretação do patrimônio cultural, capaz de mobilizar a comunidade em busca do seu desenvolvimento. Segundo Varine (2013), o museu é uma forma dinâmica de administrar o patrimônio global de uma comunidade humana e gestão do seu território (VARINE, 2013). Na Mesa de Santiago do Chile (1972), o museu foi entendido como:

10 Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, define o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico e institui o Tombamento como instrumento legal de proteção do patrimônio.

[...] uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.

Desde agosto de 2016, desenvolvemos ações-intervenções junto à AMBC, sensibilizando seus membros para a importância de compreender e reconhecer o papel da entidade na defesa do patrimônio cultural, um recurso capaz de trazer melhoria na qualidade de vida, uma vez que “[...] todo território [...] sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável” (VARINE, 2013, p. 19).

O problema desta pesquisa centra-se na ausência de sentimento das pessoas no que refere à motivação para mobilização e defesa do patrimônio, o que pode se justificar pelo desconhecimento do valor do patrimônio cultural para desenvolvimento sustentável. Dessa forma, buscamos nos direcionar a partir de questionamentos base: Como transformar a concepção de um projeto arquitetônico participativo em uma ferramenta capaz de provocar a motivação e a inclusão social dos atores locais e, dessa forma, potencializar e contribuir para o fortalecimento das ações da AMBC? É possível, a partir dessa estratégia, envolver a comunidade e os atores locais num processo de musealização do território focado no exercício da cidadania e da participação que ultrapassa o assistencialismo, a fim de que os mesmos utilizem seu capital social e o seu patrimônio cultural para a promoção do desenvolvimento sustentável?

Ressaltamos que esses questionamentos não foram hipóteses propriamente ditas, como ocorre nas pesquisas científicas, mas nos serviram como “[...] suposições [...] objeto de verificação, discriminação e comprovação em função das situações constatadas” (THIOLLENT, 2011, p. 41).

A observação participante in situ e a formulação de problemas nos serviram de guias, organização do raciocínio para o desenvolvimento de ações, participação em discussões sobre a realidade do lugar, com o intuito de promover o conhecimento e atrair parceiros para a buscar soluções assertivas para os problemas locais.

1.2. Justificativa

A elaboração de um projeto arquitetônico para a construção da sede da AMBC no bairro Coqueiro da Praia, uma luta de mulheres de pescadores há mais de 20 anos, se tornou um método atrativo para iniciarmos um trabalho de sensibilização para o conhecimento, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural.

Percebemos que o desejo por tal equipamento é almejado por grande parte da comunidade, assim conseguimos despertar o interesse de muitas pessoas do bairro por ações que envolvem a organização associativa da AMBC, uma possibilidade de exercício de cidadania. Com o caminho aberto, promovemos encontros e discussões de caráter educativo, participativo e inclusivo, estabelecendo uma relação compartilhada de troca de saberes, o que justifica a importância do projeto e o caracteriza como projeto-ação.

No trabalho participativo de elaboração de um projeto arquitetônico para a construção da sede da AMBC, consideramos a relação integral do lugar com as variáveis que interferem no cotidiano das pessoas. Acreditamos que a construção de uma sede para a AMBC também pode servir como equipamento cultural e comunitário. Dessa forma, concebido e edificado de maneira colaborativa e participativa, além de trazer a união dos associados, pode se transformar em um equipamento multifuncional de sociabilidade, podendo ser utilizado como instrumento de sensibilização para a preservação, salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural, a exemplo do que ocorre com Museus Comunitários no Brasil e no exterior.

Ademais, este projeto se justifica também por integrar a proposta do PPGAPM, como desenvolver uma Rede de Museus no Delta do Parnaíba, no caso de Coqueiro da Praia, a AMBC poderia abrigar um equipamento museológico, visando implantar um processo museológico, com o propósito de pesquisar, preservar e comunicar patrimônio cultural para as presentes e futuras gerações.

Quando estudamos a proposta de implantação de um processo museológico, preocupado com o caráter social do museu, devemos partir do olhar sobre o fazer museológico, analisado a partir das ações técnicas ligadas ao processo de sua conexão em completa interação com o outro. Não devemos limitar as discussões sobre a função social do museu, destacando, tão somente, a relação com os públicos, com a comunidade, esquecendo-nos que públicos e comunidade são técnicos e profissionais. Fazer isso seria colocar em xeque o compromisso social dos museus. Maria Célia Santos destaca:

A relação museu-sociedade tem sido evidenciada pela atuação de técnicos que cumprem, bem ou mal, a política cultural estabelecida pelo sistema vigente, por meio do atendimento a metas e objetivos propostos por determinados segmentos, e que trazem, no seu bojo, na maioria das vezes, a ausência de uma ação comprometida com o desenvolvimento social, ou, quando muito especificam metas e diretrizes que traduzem uma preocupação com uma aproximação maior entre as instituições museais e os anseios da sociedade, permanecendo, em geral, no papel, devido às diversas barreiras que inviabilizam a sua execução (SANTOS, 1999, p. 1).

Acreditamos que a aplicação da presente pesquisa é também o início da instauração de um processo museológico no território. Está claro que estamos diante de um “fato museal”, onde se tem um grupo de pessoas, cenário, objetos, que podem constituir o acervo operacional do museu. As memórias precisam ser percorridas, identificadas, registradas e salvaguardadas por meio de ações museológicas. Daí a importância desta pesquisa-ação, que se materializa em uma série de ações realizadas com a participação dos membros da AMBC, com o compromisso firmado de uma relação horizontal de troca de saberes na construção do conhecimento.

Ao se pensar em construir, com e para a comunidade, um equipamento cultural coletivo, desejamos o transformar em espaço de partilha, de expressão e comunicação da diversidade cultural, como nos museus comunitários; portanto, uma ferramenta de educação patrimonial, de conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural, espaço de convivência para o desenvolvimento de ações que estimulem a comunidade a identificar, registrar, reconhecer, valorizar e comunicar o que consideram referências culturais. Um equipamento que seja a base de conhecimentos e que promova a sensibilização do olhar. Dessa forma, os momentos de discussões e trocas de saberes foram ao longo da pesquisa e poderão continuar a serem fundamentais para proposição da investigação, preservação e comunicação bens culturais, acervo operacional de um museu imerso em uma rede polinuclear, autônoma, caracterizada como rede colaborativa de museus que formarão o Ecomuseu Delta do Parnaíba, na APA.

O processo museológico não se limita a uma instituição com edifício, mas “tem-se um museu, ainda que seja apenas um fenômeno, não chegue a processo” (CÂNDIDO, 2014, p. 58). Concordamos com a definição que aponta o fato museal como um processo interativo de ações de pesquisa para qualificação da cultura, objetivando a construção de uma prática social inovadora (SANTOS 1999). Diante das justificativas que apontamos, percebemos a importância desta pesquisa-ação; mais ainda o fato de fazer parte de um trabalho pioneiro e singular do PPGAPM na APA Delta do Parnaíba.

A vivência e a aproximação com a comunidade no decorrer do projeto-ação revelam a interação da pesquisadora com o território, o patrimônio cultural e as pessoas. Como afirmam Matias e Francischini (2010, p. 245) “[...] o trabalho do pesquisador depende de sua inserção no campo de registro simbólico do grupo que investiga, [...] e a entrada nesse campo é um aspecto muito importante de sua abordagem”. Dessa forma, imersão da pesquisadora na comunidade e a sua acolhida e aceitação viabilizaram os estudos e ações do projeto, o que certifica o compromisso firmado entre o PPGAPM e a AMBC, entre a Universidade e a Comunidade, planejando os caminhos para presentes e futuros investigadores, empresas públicas, privadas e sociais.

1.3. Objetivos

GERAL

Elaborar um Projeto Arquitetônico Participativo para a construção da sede da Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro - AMBC, que abrigará, igualmente, um dos núcleos museológicos do Ecomuseu Delta do Parnaíba, um equipamento cultural de sensibilização para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural integral do território pela comunidade, construindo gradativamente o sentimento de pertença de uma comunidade, que habita um território que abriga um rico e complexo patrimônio cultural.

ESPECÍFICOS

Promover estratégias de aproximação com os residentes do bairro Coqueiro, a partir de diálogos para a concepção de um projeto arquitetônico participativo para a sede da AMBC;

Contribuir para a sensibilização dos residentes para a importância da AMBC como fórum político, como instituição responsável, com a colaboração de todos, pela captação de recursos para a construção de uma sede própria;

Estabelecer uma relação de troca de saberes com os atores locais por meio de diálogos horizontais, promovendo a participação dos mesmos nas tomadas de decisões e contribuindo para a redução das desigualdades e exclusão social;

Fortalecer as relações de confiança mútua entre a Universidade e a Comunidade, para adensar os diálogos sobre museu e museologia, os inventários do patrimônio cultural e aproximações com empresas públicas, privadas e sociais para a construção de equipamentos culturais, museus de comunidade na APA Delta do Parnaíba, tomando como referência de boa prática o museu a ser criado pela AMBC.

1.4. Público-Alvo

Definir o público-alvo de um projeto-ação é uma das principais estratégias de planejamento. Definidos os objetivos e as metas a alcançar, torna-se mais fácil desenvolver ações e intervenções que viabilizem o trabalho. Além disso, o público-alvo é necessário na hora de encontrar ferramentas para estabelecer uma comunicação eficiente, com mecanismos e instrumentos que alcancem o público com o qual se pretende trabalhar e envolver na pesquisa.

A construção de um projeto arquitetônico participativo é uma ferramenta que nos permitiu incluir pessoas, criar um espaço coletivo para discutirmos questões sobre a valorização do patrimônio cultural e promoção da cidadania. Nesse sentido, elegemos como público-alvo:

A comunidade local – atores que estabelecem uma relação direta com o lugar e que interferem na paisagem cultural, com o intuito de buscarmos soluções sustentáveis para as relações que estabelecem com o meio ambiente. Nos valem de ações e dinâmicas criativas, para sensibilização para o conhecimento e reconhecimento do valor do patrimônio cultural;

Agentes públicos – segundo Varine (2013), o patrimônio pode ser considerado o “capital real” do lugar, pois é herança da comunidade. Nesse sentido, a gestão do patrimônio cultural deve ser partilhada com seus herdeiros e com a gestão pública nos níveis municipal, estadual, federal, para que as decisões sejam tomadas com base em planos estratégicos, construídos com as comunidades locais;

Parceiros e colaboradores, o que inclui empresas privadas e sociais, participantes ativos na promoção de ações coletivas de inclusão social, criando relações de troca de saberes de forma horizontal, atraindo novos parceiros diversos: moradores e comerciantes locais, organizações não governamentais etc.



2

ESTUDO
DO CON
TEXTO

As próprias cidades podem representar uma grande ferramenta, um laboratório vivo para a educação [...]. É nosso dever buscar recursos para interessar e informar o público, ensinar uma boa cidadania aos velhos e aos jovens, e ouvir os cidadãos. Muito de nossa futura qualidade de vida depende de fazer tudo isso de forma concreta (ROGER, 2014, p. 18).

As experiências que vivenciamos no PPGAPM, por meio deste projeto-ação, imerso no contexto do Projeto Matriz do Mestrado Profissional, iniciaram a partir da imersão no território da pesquisa, na promoção de estratégias de aproximação com os residentes do bairro, nomeadamente com as senhoras da AMBC, para que fossemos conhecida e reconhecida como uma parceira em estudos e intervenções a colaborar na sensibilização para a importância do acesso à informação e trabalho coletivo. Foi-nos possível ao longo de dois anos participar da proposição de ações que atendessem às necessidades locais, respeitando as lógicas sociais, singularidades e particularidades da comunidade.

Adentramos o território para conhecê-lo, compreender, nos aproximar do conceito da pesquisa-ação, método que auxiliou em nossa desconstrução como profissional, como pesquisadora, nos permitindo abrir mão da tomada de decisões verticais, para propor de forma participativa ações e intervenções com e para as pessoas. O estudo do contexto nos seus diversos aspectos foi o primeiro passo, compreender os aspectos geográficos, políticos, econômicos e sociais com o intuito de identificar as referências culturais e naturais do lugar, das pessoas, das empresas públicas, privadas e sociais.

Enfrentamos dificuldade de toda ordem, sobretudo por verificarmos que há muitos trabalhos realizados sobre a APA, mas disperso em livros, artigos, dissertações, teses, relatórios técnicos etc.; muitos dos quais identificamos, mas que precisam ser devidamente catalogados para formar um repositório digital (projeto em andamento por uma das mestradas do PPGAPM) que contribua para pesquisas futuras.

As conversas informais com os moradores sobre a realidade do bairro Coqueiro, orientação da metodologia da pesquisa-ação, que se pretende participativa, foram importantes para o conhecimento e registro das lógicas internas do lugar. O trabalho realizado pela professora Áurea Pinheiro com as senhoras fundadoras AMBC, identificando e digitalizando a documentação e história da entidade ao longo de 30 (trinta) anos de atuação na localidade foi essencial.

Marcamos o nosso posicionamento sobre a questão de se considerar o conhecimento empírico adquirido na pesquisa de campo e utilizá-lo na pesquisa científica, recorrendo ao pensamento de Silva Jardim (2010, p. 13), para quem é preciso “[...] estar estranho em campo para podemos perceber o fazer etnográfico”, e de Maluf (2012, p. 42), para quem “É também o campo o que pode legitimar as novas invenções conceituais e teóricas”.

Para o estudo do contexto recorreremos também a dados oficiais. As informações recolhidas são resultados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR do Estado do Piauí - Polo Costa do Delta e Polo das Origens, proposta pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Piauí.

Coqueiro é um Bairro do município de Luiz Correia, parte de uma região com potencial turístico, procurado por ser propícia para atividades voltadas ao segmento de sol e praia. Segundo o Plano Diretor do Município, Lei nº 695, a região do Coqueiro da Praia está localizada, na porção leste do município, dentro da Macrozona Urbana (Figura 03) e na Zona de Consolidação II - ZCO II (Figura 04), a orla da praia integra a Área de Proteção Ambiental (APA), do Delta do Parnaíba.

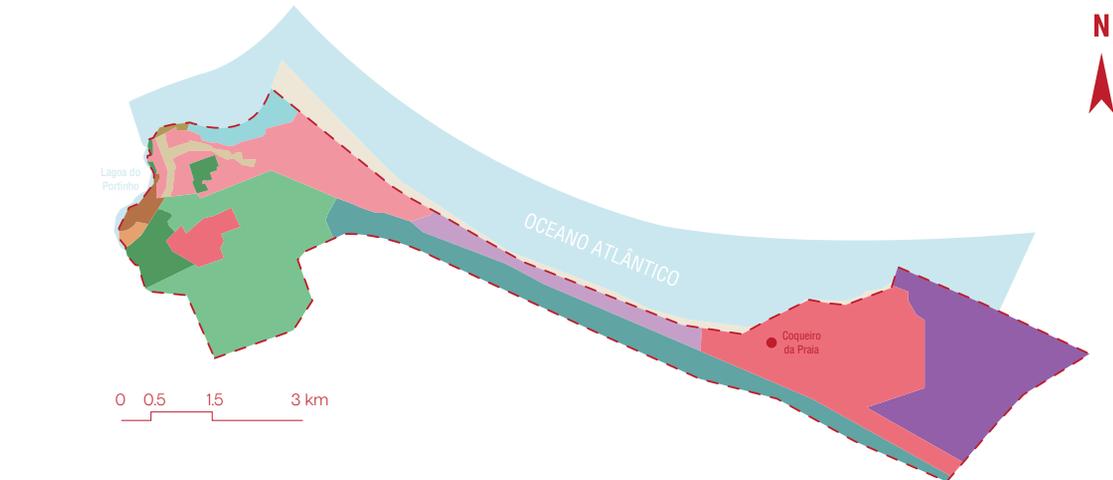
Figura 03 .
Mapa do Macrozoneamento Urbano do município de Luís Correia

03

Figura 04 .
Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana do município de Luís Correia

04

Fonte: Plano Diretor da cidade de Luís Correia-PI, 2010, manipulado por Gardênia Angelim e Jordana Souza, 2018.



- Vias arteriais
 - Vias coletoras
 - - - Limite municipal
 - Macrozona Rural
 - Macrozona Rural de Interesse Ambiental
 - Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico
 - Macrozona Rural de Conservação Ambiental
 - Macrozona Rural de Interesse Urbano
 - Macrozona Urbana
 - Núcleos de Apoio à Área Rural
-
- - - Perímetro Urbano
 - Zona de Consolidação I - ZCO I
 - Zona de Consolidação II - ZCO II
 - Zona de Uso Residencial e de Especial Interesse Turístico I - ZURIT I
 - Zona de Uso Residencial e de Especial Interesse Turístico II - ZURIT II
 - Zona de Uso Comercial - ZUC
 - Zona de Interesse Turístico - ZIT
 - Zona Portuária e Industrial - ZPIN
 - Zona de Contenção Urbana - ZCU
 - Zona de Ocupação Controlada - ZOC
 - Zona Especial de Interesse Paisagístico - ZEIP
 - Zona Especial de Interesse Social com Prioridade de Remoção - ZEIS I
 - Zona Especial de Interesse Social de Qualificação e Urbanização - ZEIS II

Mesmo caracterizada no Plano Diretor Municipal na Macrozona Urbano do município, a nossa vivência no bairro Coqueiro revela uma estrutura urbana primária e desordenada, portanto evidente que a ocupação do lugar, hoje bairro, ocorreu sem um desenho urbano definido, caracterizado por seu sistema viário precário e presença de lotes sem configuração definida (Figura 05).



05

Figura 05 .

Imagem aérea do Bairro Coqueiro da Praia, Luís Correia-PI, que revela que o desenho urbano não tem configuração definida

Fonte: Google Earth, 2018.

Lamas (2014) afirma que a forma urbana deverá ser resultado da produção voluntária do espaço, entretanto alerta que esse processo voluntário não é desordenado, deve seguir um planejamento (econômico, social, administrativo) que o organize, considerando a realidade cultural de cada lugar, mas sem deixar de observar o conhecimento arquitetônico para que se consiga materializar essa cultura na forma. A observação vai mais além de uma preocupação meramente funcional do desenho, a fim de se criar um ambiente humanamente válido.

A morfologia urbana do Bairro do Coqueiro demonstra bem esse crescimento desordenado, caracterizado por invasões e posse de áreas protegidas, sobretudo as da orla marítima, ocupadas pelas casas de veraneio, bares, hotéis etc.; ocupação desordenada que se materializa na precariedade das habitações, desmatamento, um típico retrato da realidade da maioria dos municípios do Brasil e que, conseqüentemente, trazem problemas que afetam a qualidade de vida dos residentes.

A presença marcante das segundas residências (ou casas de veraneio) provocam impactos graves na paisagem cultural, nos modos de ser e viver do Bairro do Coqueiro da Praia. As mansões de veranistas e o turismo de massa se instalam de forma “perversa” e alheia às referências culturais, sociais da população local; revelam-se como formas de invasão no território, com foco apenas nos aspectos econômicos, renegam a história da comunidade e comprometem o seu desenvolvimento sustentável, instalando um sentimento de baixa estima entre os moradores. Segundo Varine (2014, p. 43) “A sociedade de consumo da qual fazemos parte imprime em nós ideias de valor de mercado estrangeiro à nossa cultura viva, que é assim desvalorizada”.

Sobre o crescimento do turismo de segundas residências e as consequências negativas que afetam a paisagem cultural do território, sobretudo as interferências no modo de vida do ser pescador artesanal, devemos considerar que:

[...] ao fato de as segundas residências, geralmente [...] desalojarem com suas edificações e infraestruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência a níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.) (BARROS, 1998, p.28).

Vale destacar, que o turismo pode ser usado como uma ferramenta para uma vida sustentável, desde que seja estabelecida uma ordem política estruturada, planejada de acordo com as características do lugar e as necessidades da população.

O Bairro do Coqueiro possui uma relação direta com a pesca artesanal. O convívio diário com o mar ao longo dos anos construiu uma relação afetiva das pessoas com o lugar, atribuindo-lhe valores, códigos sociais, culturais, negligenciados pelos agentes do grande capital, que desconsideram os problemas ambientais, desencadeando uma deficiente gestão dos recursos pesqueiros, a pesca predatória, as segundas residências e o turismo de massa. Essa situação provoca uma série de conflitos de origem étnica, social, política e econômica, construindo um presente de risco para a pesca artesanal e para o futuro dos modos de viver e ser ancestrais em harmonia com a natureza.

À vista do exposto, o patrimônio cultural, um conjunto de memórias e modos de saber-fazer ancestrais presentes no território, sofrem constantes ameaças e riscos de desaparecer. O crescimento do turismo de massa, aliado à presença marcante das segundas residências, induzem os membros das famílias de pescadores ao exercício de outras atividades remuneradas paralelas à pesca ou mesmo o seu total abandono.

O patrimônio cultural de um lugar, além de guardar a memória local, também é um elemento que desperta a curiosidade e apreciação dos visitantes. O valor cultural de uma comunidade vem adquirindo valor econômico, capaz de gerar emprego e renda para o lugar. Frente ao exposto, intentamos por meio deste trabalho promover o (re)conhecimento e valorização do patrimônio cultural do Bairro do Coqueiro, como o intuito de mobilizar a comunidade o sentido de difundir sua história e o seu modo de viver, preservando os símbolos do passado, mantendo-as vivas e sempre buscando a autenticidade de suas peculiaridades a fim de promover a seus visitantes experiências únicas e não mais vividas em sociedade.



3

REVISÃO
DE LITE
RATURA

O direito à cultura, à memória é garantia constitucional, deve ser igualmente um desejo das comunidades. O processo de globalização¹¹ que vivemos possui íntima relação com a necessidade de se produzir arquivos, fundar museus, proteger monumentos remanescentes, conservar o patrimônio cultural, criar ambientes diversos e referenciais de memória coletiva.

O sistema capitalista hegemônico e a sua consolidação no mundo proporcionaram considerável integração entre as diferentes partes do globo, gerando uma diversidade partilhada de identidades (HALL, 2002). Esses laços culturais entre diferentes grupos sociais estão cada dia mais frágeis em decorrência das inúmeras influências culturais no mundo, isso faz com que surjam novas identidades, identidades transculturais (SAYAD, 1998).

No Brasil, por apresentar grande diversidade de origem étnica, a miscigenação e a diversidade culturais marcante, o que provoca um dinamismo ao cotidiano e, conseqüentemente (do ponto de vista mais tradicional), maior fragilidade aos aspectos identitários que unem uma comunidade.

Todavia, na visão mais contemporânea das políticas preservacionistas, essa heterogeneidade é uma particularidade que deve ser respeitada e valorizada. Acreditamos que as diversidades culturais coexistentes, não se anulam, pelo contrário, enriquecem-se mutuamente, contribuindo com o processo de trocas, o que justifica, ainda mais, a necessidade de salvaguarda das variadas manifestações do patrimônio cultural.

Por outro lado, esse fenômeno que atinge a sociedade, fruto da globalização e do sistema capitalista, acelera as dinâmicas de transformações culturais, modifica as heranças decorrentes das relações ao longo das gerações e, conseqüentemente, causa distanciamentos.

11 Refere-se ao processo de globalização no seu sentido econômico, onde os resultados das políticas culturais de um povo são mensurados pelos índices de consumo e não pelos números de iniciativas socioculturais. Contrariando essa perspectiva, e sob o enfoque da Museologia Social, faz-se necessário pensar os museus e reestruturá-los para que consigam atuar em nome da salvaguarda da memória e do desempenho da a sua função social.

Em processo reverso, há um “contramovimento” que provoca um efeito contrário e culmina numa ressignificação das culturas locais e, paralelamente, surge a necessidade do reconhecimento do patrimônio cultural. Diante dessa realidade, novas ferramentas de preservação e salvaguarda começam a aparecer. Logo após a Segunda Guerra Mundial, os inventários de bens patrimoniais ganharam posição de destaque, surgindo como instrumento que absorveriam outras espécies de patrimônio antes esquecidos (CASTRIOTA, 2009).

Na academia, concomitante a esse cenário descrito anteriormente, as ciências sociais, em especial as áreas da antropologia e etnografia, trazem contribuições inovadoras sobre a forma de perceber o sentido do termo patrimônio, contribuindo para sua ampliação, apontando novas temáticas culturais, novos objetos e novos sujeitos sociais, antes à margem da sociedade, agora, visíveis pelas políticas preservacionistas.

Cecília Londres (2012) lembra que, apesar de, no Brasil, na década de 1930, Mário de Andrade (por meio do Anteprojeto de criação do órgão de preservação – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN) já ter definido o patrimônio artístico nacional como “[...] todas as obras de artes puras ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira”, somente na década de 1970, as artes e artefatos populares, relacionados ao folclore; técnicas construtivas de todos os tipos; expressões religiosas; práticas cotidianas e da vida, foram elevados à categoria de patrimônio cultural, ou seja, o conceito de cultura, de natureza antropológica, passou a incorporar o conceito de patrimônio histórico e cultural.

Em 1988, a Carta Magna, no seu art. 216, explicita oficialmente o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, considerando os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, e inclui: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

O preceito constitucional, no entanto, necessitava de uma regulamentação no tocante à preservação e salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial, pois os instrumentos preservacionistas tinham caráter restritivo, a exemplo o tombamento, que não lhes davam proteção. Assim, visando dar cumprimento ao preceito constitucional, no ano de 2000, foi editado o Decreto nº 3.551 que criou o Inventário Nacional de

Referências Culturais – INRC instrumento jurídico e técnico, que reconhece e amplia o campo de intervenção e proteção do patrimônio cultural, institucionaliza e implementa políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Vale ressaltar que, no que tange ao patrimônio cultural imaterial, os instrumentos de preservação, que criam formas de identificação e salvaguarda, não podem tolher ou congelar as manifestações ou expressões culturais, nem as aprisionar a valores discutíveis como o de autenticidade, deve, no entanto, favorecer a sua continuidade (FONSECA, 2012).

As experiências da UNESCO desde 1992 e as discussões na Convenção Europeia da Paisagem ressaltaram a temática das paisagens culturais, percebendo-as como uma forma inovadora de proteger e gerir o patrimônio cultural. A proteção da paisagem no Brasil está prevista desde 1937, quando da edição de decreto-lei federal nº 25 de 30 de novembro de 1937, no entanto, somente em contexto recente, após intensas práticas ligadas ao campo, surgiu um novo mecanismo de proteção do patrimônio regulamentado pela Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009, estabeleceu a chancela como instrumento de preservação dessa categoria do patrimônio cultural.

O artigo 1º da referida Portaria, no informa que constitui Paisagem Cultural Brasileira “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Rafael Winter Ribeiro (2007) alerta que é o caráter peculiar ou especial, próprio de algum lugar, o elemento essencial para que determinada paisagem possa ser reconhecida como de importância cultural, pois é ela que dá uma identidade e diferencia determinado contexto espacial, sendo, dessa forma, passível de mecanismos públicos de proteção.

O patrimônio cultural é um instrumento de desenvolvimento local, um processo voluntário enraizado na vida cotidiana da comunidade, suscetível a mudanças cultural, social e econômica. Assim, para que uma comunidade cresça e desenvolva o seu “capital” – o patrimônio cultural deve ser bem administrado, para que seja enriquecido é preciso que a comunidade que o detém tenha consciência da sua importância e do seu valor, participando ativamente de sua administração (VARINE, 2013).

Não obstante, as instituições museológicas, vistas como instrumento de proteção do patrimônio cultural, sofreram diretamente as influências da trajetória de ampliação desse conceito. Assim como ocorreu com a ampliação do termo do patrimônio, no

final da Segunda Guerra Mundial (1945), observamos as renovações que incidirão e interferirão nos estudos da Museologia. Novos princípios e práticas passaram a conceber a ideia de um “museu integrado”, a serviço do ser humano e de seu desenvolvimento, como estabelecido na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Esses princípios deram origem a uma Nova Museologia, que considera a tomada de consciência, que os museus devem considerar a realidade onde estão inseridos; as diferentes soluções que podem melhorá-los, condições essenciais para a integração desses equipamentos culturais à vida da sociedade, a fim de que possam desempenhar a função social para os quais foram criados.

Essa nova visão de uma Museologia Social busca se afirmar como ferramenta para uma vida sustentável, com base nos princípios de igualdade de oportunidades e de inclusão social e econômica. O trabalho dos museus é reconhecer e fortalecer as práticas sociais libertadoras desenvolvidas por grupos sociais através de diálogos solidários de saberes (SIQUEIRA, 2016).

Dentro dessa perspectiva, entendemos que a Museologia Social trabalha no campo da Inovação social que, segundo Luiz Bignetti (2011, p. 04) “[...] é o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”.

Quando se busca desenvolver processos museológicos inovadores, é fundamental perceber os lugares como espaços de experimentação, sob essa égide, a inovação social abre um leque de possibilidades na lógica do cotidiano local. A partir das relações sociais de cada lugar, as práticas sociais assumem caminhos peculiares, à medida que se preocupam em questionar os sentidos das transformações sociais na busca por soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

Segundo Pedro Leite (2014, p.08), “[...] uma museologia inovadora, ao procurar respostas para os problemas da comunidade pode encontrar soluções criativas e inovadoras que permitam criar alguma sustentabilidade nos seus próprios processos”. O autor ressalta ainda, a importância de se trazer questões globais para os processos museológicos e, assim, poder gerar novas formas de ação local, o que leva à criação de formas democráticas e participativas que guiam intervenções inovadoras na e para a comunidade.

Ademais, ao lado da diversidade do reconhecimento do contexto cultural e das suas representações plurais, dá-se a necessidade de definir o que preservar, por que, como, para quem..., conseqüentemente, faz-se necessário a criação de espaços públicos para usufruto da comunidade e tomada de decisões. Nesse cenário, o Estado, a sociedade e a academia têm fundamental importância no processo de seleção do que deve ser preservado (FONSECA, 2012).

As novas concepções do patrimônio cultural e a nova museologia deram aberturas à ressignificação do conceito de museu, que passam por uma reinvenção criativa e comprometida com a construção de uma nova prática social, pautada numa memória singular, que afirma os valores de uma comunidade aberta para desenhar modos peculiares de autoconhecimento e afirmação, fundamentados no patrimônio local, testemunhos concretos de sua história (PRIOSTI, 2010).

Nesse sentido, as reflexões em torno do papel social dos museus foram acontecendo em um processo gradual, provocadas pelas mudanças na sociedade como um todo, refletidas no interior das instituições, que passam a traçar diretrizes com o intuito de tornar os museus mais próximos dos novos anseios da sociedade (SANTOS, 2002).

Surgem, assim, os Ecomuseus, que, na visão de Maria Célia Santos (2002), trazem alguns princípios básicos como: identificar um território e seus habitantes, inventariar as possíveis necessidades e seus anseios; perceber a comunidade como detentora de seu passado e atores do presente; não necessita da existência de uma coleção para instalação de museu, concebido no sentido comunidade-museu e não objeto-museu.

Os Ecomuseus têm como espaço o território musealizável, incluindo o patrimônio cultural e natural, o caráter participativo da autogestão. Assim, atuam a partir de uma definição clara de território e caminham no sentido de estabelecer uma comunicação entre a população e o museu. Dessa forma, buscam desenvolver ações que extrapolam os muros institucionais e propõem a valorização do patrimônio cultural integral, incluindo os diversos grupos sociais envolvidos nessa relação, desencadeando uma gestão participativa.

Essa noção de museu integral, inicialmente empregada em Santiago do Chile (1972), surgiu, naquele momento, como uma tentativa de buscar processos museológicos distintos do museu tradicional. Frente a esse anseio, os museus passaram a considerar a

totalidade dos problemas da sociedade e das relações do ser humano com a natureza. A vida cotidiana passou a ser observada em todos os seus aspectos e priorizada nas ações do museu, visto como instrumento dinâmico de mudanças sociais, fazendo surgir novos processos museológicos de iniciativas comunitárias. Consequentemente, a tendência atual desses modelos de museus é se estenderem por todo território, indo além do sentido espacial para alcançar um sentido mais antropológico, construído por uma população usuária e que deve gerir esse equipamento cultural.

A tendência dos Ecomuseus atuais é se constituírem a partir de uma sede-matriz interligadas a uma série de núcleos museológicos que se constituem a partir de temas específicos, formando um sistema|rede polinuclear. Essa forma de concepção dos Ecomuseus permite o alargamento do conhecimento humano e das relações dos sujeitos com os diversos objetos do conhecimento inerentes ao território, propiciando uma atuação interdisciplinar.

Nessa perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Artes Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, concebe e coordena o projeto matriz o ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA – MUDE, que tem como objetivo ser a sede mãe de uma série de núcleos museológicos temáticos e representativos de um território multifacetado a APA Delta do Parnaíba.

No contexto do Projeto Matriz, a pesquisa-ação que estamos a realizar no Bairro do Coqueiro da Praia foi inserida nesse contexto musealizável e esse espaço foi assumido como um local de experimentação, com o desafio de ser pesquisado a fim de que se possa conhecer e reconhecer a diversidade do patrimônio cultural do lugar. Além disso, percorremos as demandas do lugar e desenvolvendo soluções criativas e inovadoras que seguem os princípios da participação e inclusão social num contínuo processo de gestão das referências culturais locais.

Maria Célia Santos (1999) considera que ao se selecionar e valorizar determinado bem cultural, a partir de práticas sociais, no seu ponto de vista, tais propostas são essencialmente inovadoras, pois rompe tradicionalmente com as ações voltadas para as coleções e, por outro lado, coloca em destaque o patrimônio construído a partir de um processo de dinâmica social. Dessa forma, o acervo deixa de se restringir à coleção de objetos para se constitui por peças ligadas às vivências reais do lugar, incluindo os objetos arquivísticos, iconográfico, depoimentos (acervo operacional); bem como, todo o acervo urbano apropriado socialmente.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do PPGAPM da UFPI primam pela natureza interdisciplinar e multiprofissional, buscam compreender as necessidades do lugar onde os projetos são desenvolvidos, estabelecendo diálogos e partilhando saberes de forma horizontal, com o intuito de integrar as populações em suas ações. Dessa forma, conseguem responder às necessidades das comunidades e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus moradores. Nesse diapasão, a pesquisa tem como escopo formular diretrizes para o processo museológico na gestão do patrimônio cultural, partindo-se de uma visão que integra conceitos abrangentes de museu, território, desenvolvimento.

O processo de musealização do território funciona como uma ferramenta de gestão pública, uma vez que promove a territorialidade por meio de técnicas da museologia social que asseguram a preservação da paisagem cultural e desperta um olhar cuidadoso sobre o patrimônio cultural, colocando-o a serviço da comunidade e do desenvolvimento local, bem como, assumindo um compromisso social por meio da inclusão cultural, promovendo um verdadeiro exercício da cidadania.

A partir da década de 1970, ao se perceber que o crescimento econômico era insuficiente para resolver, qualitativamente, de forma global e satisfatória, a vida em sociedade, os museus buscaram assumir uma postura conciliatória entre a lógica da produção econômica e os aspectos sociais com respeito ao meio ambiente, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. Passaram a se utilizar dos recursos e potencialidades de cada região com o intuito de alcançar a transformação social e reduzir as disparidades sociais. Para tanto, buscam percorrer vias concretas para essa realização por meio de parcerias entre a sociedade civil e as instituições interessadas nessa pauta.

À medida que o conceito de patrimônio foi ampliando, a busca pelo desenvolvimento sustentável passa a considerar as influências dos fatores culturais, materiais e tecnológicos da globalização, agregando suas vantagens sem, no entanto, desconsiderar as peculiaridades das comunidades locais com a redistribuição justa de seus benefícios.

Não obstante, a consciência da comunidade a respeito de suas referências culturais e potencialidades que reforçam sua identidade dependem da capacidade de participação e a das iniciativas coletivas que promovem a interação social e o senso de pertencimento, visto como garantia para se alcançar o desenvolvimento sustentável que, em cenário contemporâneo, deve estar atento às reivindicações que primam pela qualidade de vida, liberdade e autoestima da comunidade.

Dessa forma, os museus contemporâneos se tornam verdadeiros laboratórios sociais de intercomunicação entre pesquisadores e comunidade, conhecimento científico e conhecimento empírico, entre teoria e prática voltada para a sociedade. Esse exercício deve ser permanente, até mesmo como forma de reconhecimento da democratização do saber.

O espaço, lugar, território e paisagem são conceitos que embasam a retórica dos ecomuseus, importantes na constituição e leitura de determinada região, bem como para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas culturais efetivas. Neste sentido, necessário tecer algumas considerações sobre tais conceitos, partindo-se do que se entende por espaço, considerado, na sua gênese, como o mundo natural, espaço existencial e não construído, regido por leis próprias e que independem da intervenção do homem. Nele é inscrito os territórios, lugares carregados de sentimentos, emoções, vivências que vão atribuindo significados ao espaço e vão construindo um lugar cheio de sentido e identidade.

Segundo Yi-Fu Tuan (1983, p. 83), “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significados”. Corroborando com esse entendimento, apontamos Cosgrove (1998); Claval (2004), Andreotti (2008).

Na busca de tentar distinguir os conceitos de espaço e território, encontramos na literatura clássica a contribuição de Reffestin (1980, p. 144), que afirma “o espaço é, de certa forma, uma matéria-prima, preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática”. (1980, p.144). Ao se referir a território o autor nos informa que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1980, p. 143-144).

Não obstante, a todo momento nos referimos ao termo lugar, o espaço e as significações que nele se apresentam de acordo com a organização que o ser humano lhe confere. De forma simples, distingue-se do território, posto que esse abarca os comportamentos e as formas de se relacionar com o mundo em que vive.

Dessa forma, podemos dizer que o ser humano enriquece a natureza, apropriando-se do enredo que ela disponibiliza, transformando-a em natureza cultural, atribuindo a ela a ideia de significação, de afeto e percepção. Assim, atribui-se ao sentido de lugar uma relação íntima com a paisagem cultural que, conforme Carl Sauer é o objeto de estudo da geografia, e coloca que a “cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1988, p. 57).

No que tange à paisagem cultural, a mesma pode ser vista como elemento de identificação do patrimônio cultural, pois ressalta os aspectos de integração entre o ser humano e a natureza, entre a materialidade tangível do espaço e a imaterialidade refletida nos costumes, nas paixões, nos sabores e odores, nas cores, no canto e nos encantos que dão sentido aos lugares.

Assim, entendemos que a paisagem estabelece relações com o espaço e com o tempo em que se inserem. Os elementos que a integram, caracterizam-na e podem servir de alicerce para nortear a musealização de um território. Um território planejado é o pilar na construção de ambientes equilibrados que, por sua vez, possibilitam experiências de sentidos, provocando mudanças que se refletem e se transformam nas particularidades do lugar, na sua identidade cultural.

É o espaço e a forma com que ele é vivenciado pelos seres humanos que geram os significados. A partir das experiências pessoais de cada um, o indivíduo analisa e percebe esses significados, o que só é possível a partir de suas inter-relações com a experiência coletiva e que se altera a cada mudança de perspectiva. São essas experiências, individuais e coletivas, que tornam os lugares visíveis (TUAN, 1975 apud HOLZER, 1999).

Sobre esses lugares, carregados de significados, incidirem um conjunto de ações e relações comportamentais nos mais variados campos, sejam eles políticos, econômico, sociais, culturais que se imprimem no espaço e se traduzem no processo contínuo de construção do território (RAFFESTIN, 1993). São sistemas tecidos e comandados por princípios hierárquicos capaz de manter uma ou várias ordens e se revelam naquilo que revestem as relações de poder, muito bem apresentado por Raffestin:

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. [...]. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

O território é instável, depende das relações e escalas do tempo. É o lugar onde incidem as relações de poderes e que são indissociáveis da forma como seus atores o habitam e o conhecem. As relações de poder de grupos diversos são tecidas por atores que não se opõem, mas, ao contrário, buscam manter essas relações criando redes que utilizam o território como meio e como fim em busca de uma organização desejada. Daí a importância de, ao se pensar num processo de musealização de território, se planejar numa forma participativa e integrada, a fim de se fortalecer os laços do sistema.

As práticas museais que buscamos desenvolver se alicerçam em ações que recaem sobre o território de uma comunidade e o seu patrimônio integral. Temos ciência que o processo museológico antecede a existência concreta da instituição, fundamentando-se na pesquisa e não em coleções ou instituição, fincam-se em práticas sociais inovadoras, capaz de produzir conhecimentos com base no diálogo e contextos interativos da comunidade ou do seu entorno.

A paisagem urbana construída ao longo da história é a expressão concretizada da sociedade e de sua relação com a cidade. Dessa forma, as ruas, os edifícios, as praças, os monumentos, são testemunhos dos interesses da sociedade que vivenciam a cidade e refletem as influências dos elementos externos.

Podemos dizer que toda construção é política e, por essa razão, ao se projetar um edifício, o mesmo traz sempre implícito uma visão de mundo que se concretizará no espaço urbano. Nesse sentido, para compreender as relações que interferem na paisagem urbana de um determinado lugar, é preciso que se estabeleça uma interação com seus habitantes. Sob essa visão, o planejamento de espaços de uso coletivo ou espaços urbanos seriam mais bem desenvolvidos se passassem por um processo participativo.

Segundo Barone e Dobry (2002), o processo participativo é uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, vez que prima pela opinião e desejo da maioria como forma de garantir maior exercício da cidadania e democracia na concepção dos espaços urbanos.

A ideia de uma arquitetura que segue métodos pragmáticos e empíricos surge em meados do séc. XX através da experiência do Team 10¹², em oposição aos objetivos

12 Team 10 nome dado a um grupo de arquitetos é o nome que recebeu o grupo de jovens arquitetos encarregados de organizar o X Congrès International d'Architecture Moderne (CIAM). Teve como principais representantes: Jaap Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson, e Shadrach Woods (RAMOS, 2013)

globalizados e universais do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM¹³, que tinham uma visão mais sistêmica da arquitetura. O Team 10, por outro lado, defendiam a ideia do conhecimento e entendimento das relações entre a arquitetura e o urbanismo por meio da relação interativa do habitante com o lugar (MONTANER, 2013).

Foi o arquiteto Giancarlo de Carlos, membro do Team 10, que nas décadas de 1960 e 1970 iniciou as reflexões sobre a importância da “Arquitetura Participativa”, vendo-a como a possibilidade mais assertiva de adequação das necessidades humanas às soluções do projeto, pois se preocupa em enfrentar o problema de forma vinculada às condições reais de um determinado lugar (BARONE; DROBY, 2004).

Foi dentro dessas perspectivas que propomos desenvolver o projeto arquitetônico para a sede da AMBC. Acreditamos que a participação popular em projetos arquitetônicos para fim social desperta e o sentimento de pertencimento e apropriação, promovendo melhor qualidade do espaço e do envolvimento dos moradores com o seu bairro. Não pretendemos atribuir à arquitetura a solução dos problemas sociais, apenas ressaltar a interferência da mesma na paisagem urbana e o seu papel condicionante na produção de espaços com maior qualidade ambiental, quando estes são desenhados a partir de uma interação com o lugar e o envolvimento com seus moradores.

O Estatuto da cidade, Lei nº 10.257 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), em seu art. 2º, inc. II traz a gestão democrática como requisito básico para se ordenar o pleno desenvolvimento da cidade e da propriedade urbana através da participação popular e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A legislação acima mencionada surge com um caráter democrático, um mecanismo de superação de desigualdade, uma tentativa de promover a justiça social. Assim, a valorização da participação popular traz no seu bojo o reconhecimento dos direitos fundamentais e busca exercer o princípio da dignidade da pessoa humana em virtude da realização de uma gestão democrática da cidade, preocupando-se em construir e reconstruir a paisagem urbana, levando em consideração a opinião e a participação da população interessada. Por meio de uma democracia democrática,

13 Teve seu primeiro encontro realizado na cidadania de La Sarraz, Suíça, em 1938. Destacava a construção, e não a arquitetura, como atividade elementar do homem, ligada à evolução e ao desenvolvimento da vida humana.” (FRAMPTON, 1980)

promove-se um verdadeiro estímulo para o exercício da cidadania, indo além de uma mera participação periódica e formal, representada pelo voto secreto e universal.

O confronto de ideias e interesses em uma democracia participativa permite um maior grau de consenso sobre as alternativas e decisões a serem adotadas, o que representa a busca por justiça social, e colocam a sociedade na posição de sujeitos ativos que apontam problemas e buscam soluções para os mesmos, o que atribui sentido para a sua própria existência, diminui as desigualdades sociais, assegura os direitos fundamentais e promove a inclusão social.

De acordo com Paulo Freire (1988), as cidades são verdadeiras escolas para as gerações mais novas, é preciso reinventar o novo poder local, criar alternativas diversas que viabilizem a prática de experiências solidárias com o intuito de construir cidades e bairros educadores. Para o autor, cada membro de uma comunidade se torna educador, pois todos, a partir de uma pedagogia crítica, somos despertados para a solidariedade e nos tornamos capazes de construir um mundo verdadeiramente democrático.

A Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU (2012), na década de 1970, e o Ministério da Educação e Cultura – MEC, influenciados pelas ideias de Paulo Freire, passaram a reconhecer uma nova concepção de Universidade Pública e redefiniram as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, questionando a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passa a ser vista como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa “voltado para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (FORPROEX, 2012, p. 13).

Após o reconhecimento legal das atividades extensionistas, criou-se o Fórum Nacional de Pró-reitoria de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, em novembro de 1987, que redefiniu, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o conceito de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção

do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Corroborando com os conceitos estabelecidos no FORPROEX (1987), a metodologia adotada pelo PPGAPM da UFPI busca efetivamente acompanhar essas transformações da Extensão Universitária, funcionando como um instrumento de mudança da Universidade e da sociedade em direção à Justiça Social e ao aprofundamento da democracia.

A PNEU (2012) também apresenta as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, dentre elas: a Interação Dialógica, Interdisciplinariedade, Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social.

Conforta-nos perceber que são essas as diretrizes que a nossa atuação no território da APA do Delta do Parnaíba, preza. Reconhecemo-nos como agentes de transformação social, pois a Museologia Social é traduzida pela busca de adequação das ações museológicas às condicionantes da sociedade, busca se relacionar com o contexto social a qual é parte integrante. Além disso, caracteriza-se pela interdisciplinariedade, o que evidencia o alargamento das funções tradicionais dessas instituições.

Os Museus contemporâneos são compreendidos como entidades prestadoras de serviços e da mesma forma que as universidades e as gestões públicas, precisam permear os conhecimentos das áreas da inovação, comunicação, tecnologia da informação, design, tudo para aprimorar a qualidade da relação dessas instituições com o público que irá servir.

Sob a mesma visão atribuída aos estudantes no PNEU (2012), o museólogo e o pesquisador, dentro das percepções elencadas acima, não podem assumir sozinhos o protagonismo da sua formação técnica e cidadã. Esse protagonismo é estendido a todos os envolvidos, abrangendo as pessoas da comunidade, gestores públicos, entre outros. O espaço museal e a sala de aula não mais se limitam a um ambiente físico tradicional, ao contrário, esses espaços, no cenário contemporâneo, abrangem todo o território em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas multifaces. Museólogo, pesquisador e comunidade deixam de ser meros receptores de conhecimento e se tornam participantes do processo.



4

PRODUTOS
E SERVIÇOS

O PPGAPM dá ênfase à formatação dialógica universidade-comunidade, preocupando-se, principalmente, com a profissionalização e gestão das diversas formas de atividades socioculturais. Sua natureza interdisciplinar exige projetos de intervenção participativos e colaborativos que articulem habilidades criativas de gestão frente às necessidades impressas no território ao qual se destinam as ações, transformando produtos culturais, ideias e conceitos em valores, apontando soluções ou caminhos para as demandas locais.

Por conseguinte, as carências do lugar abrem oportunidades para diversos campos de investigação, incluindo educação, arquitetura, direito, design, publicidade, artes, fotografia, biologia, moda, dentre tantos outros, que permita a investigação aplicada, semelhantes aos movimentos sociais.

Os produtos e serviços que objetivamos desenvolver nasceram durante a pesquisa de campo no bairro do Coqueiro da Praia a partir de uma aproximação com a comunidade local por intermédio do PPGAPM e AMBC. Diagnosticamos algumas demandas, muitas delas inesperadas, decorrentes das dinâmicas do cotidiano.

A Museologia Social dentro de um território, ao buscar desenvolver a sua função social, proporciona condições para engendrar a inovação social e conceber o potencial emancipatório dos atores locais no alcance de transformações coletivas. Enquanto pesquisadora do PPGAPM, com vistas a alcançar mudanças sociais relevantes, bem como frente à competência profissional ligada à área da Arquitetura e Urbanismo, propomos desenvolver um projeto arquitetônico para a sede da AMBC.

No entanto, o referido projeto, inicialmente, foi um pretexto que se transformou ao longo do trabalho em um método no sentido de colaborar para a motivação daquele pequeno grupo de dez mulheres, despertar o interesse da comunidade para o conhecimento e reconhecimento do seu patrimônio cultural para, com base nos princípios da Museologia Social, iniciar um processo de musealização no território, despertando nos seus atores o interesse de construir um espaço cultural, tendo como parâmetro os museus de base comunitária.

O envolvimento com a AMBC também serviu para identificar as demandas institucionais. Por conseguinte, a autora da presente proposta, baseada também em sua

outra formação profissional ligada à área jurídica, com especialização no ramo do direito público, viu a possibilidade de prestar serviços de assessoria jurídico-administrativa e acompanhamento contábil para diretoria da associação, a fim de esclarecer dúvidas sobre a gestão da mesma e garantir qualidade e legitimidade à sua atuação, cada dia mais compelida a cumprir numerosas e rigorosas exigências legislativas do Estado e de entidades financiadoras de projetos.

Por meio dessa assessoria e acompanhamento jurídico-administrativo, demos suportes técnicos aos membros da diretoria da AMBC. Acreditamos que a informação auxilia na capacidade para elaboração de bons projetos, bem como na busca pela captação de recursos para realiza-los e o alcance de resultados. Por conseguinte, contribui no pleno funcionamento da instituição, adequando-se aos condicionamentos estatais e de parceiros.

Os serviços de assessoria jurídica também contribuem para que os membros da diretoria da associação conheçam as exigências legais da gestão de uma associação de moradores, tornando-os cientes dos direitos e deveres dos quais é titular, de modo que possam desempenhar efetivamente o exercício da cidadania. Uma gestão ativa dos membros da diretoria de uma associação de moradores repercute positivamente na comunidade a qual representa, fortalecendo a instituição na busca por melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Por outro lado, num processo museológico do território, os membros da diretoria são reconhecidos como agentes/multiplicadores na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural do lugar.

As alternativas de produtos e serviços apresentadas, como se viu, estão relacionadas com as habilidades profissionais da pesquisadora e o seu compromisso com a comunidade. Ao se pretender transformar a realidade, devemos atuar no plano do concreto, trabalhando a capacidade de ação e reflexão, assumindo o desafio de produzir conhecimento em diversos níveis de aprendizado, reconhecendo a relevância de cada participante da pesquisa nos seus resultados.

Maria Célia Santos (2002, p. 117), ao refletir sobre a atuação do profissional do museólogo, explicita que:

[...] a Nova Museologia pode ser então caracterizada como um movimento, organizado a partir da iniciativa de um grupo de profissionais, em diferentes países, aproveitando as brechas, ou sejam, as 'fissuras', dentro do sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus, de forma criativa,

interagindo com os grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o patrimônio cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social (SANTOS, 2002, p. 117).

A fim de se enquadrar nesses ditames, a arquiteta/pesquisadora buscou alinhar a demanda da comunidade ao programa de necessidades de um equipamento cultura, a exemplo dos museus de base comunitária. Dessa forma, partimos do princípio norteador da arquitetura social, vista por Loureiro e Amorim (2002) como aquela que se situa acima do nível individual e não reside apenas na sua beleza, mas na procura em ser útil à coletividade do lugar.

Embora não tenhamos conseguido envolver os participantes da pesquisa em todas as etapas de elaboração do projeto arquitetônico para a sede da AMBC, consideramos que a sua concepção foi do tipo participativa, tendo em vista o intenso envolvimento da arquiteta/pesquisadora com os associados da instituição. A relação de troca de saberes, os diálogos interativos e horizontais produziram um conhecimento e uma percepção sensível sobre a realidade do lugar que fomentaram e foram considerados durante todo o processo criativo de elaboração do projeto arquitetônico.

O projeto procurou valorizar os laços sociais e culturais existentes, bem como sua relação harmônica com a natureza, partindo-se da consciência plena dos efeitos da arquitetura na realidade urbana, preconizada em eixos de transformação, que dão autenticidade ao caráter participativo que vislumbra o respeito pela igualdade, diversidade e sustentabilidade.



50

A

AMBC

A Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro – AMBC nasceu aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, por iniciativa da Sra. Francisca de Oliveira Sousa – Dona Francisquinha (primeira presidente) e com a ajuda de mais 8 (oito) mulheres do Bairro que reivindicavam melhorias para a comunidade, especificamente os referentes à ausência de distribuição de água que causava sérios transtornos aos moradores, comprometendo até mesmo o funcionamento da única escola do local.

Para se constituir uma associação de moradores é preciso obedecer a determinações do Código Civil Brasileiro que estabelece os requisitos para sua constituição. Ciente disso, atendendo as determinações do referido instrumento legal vigente, aquele grupo de mulheres se reuniu em Assembleia Geral, definiram democraticamente o papel de cada uma enquanto membro da diretoria e, seguindo os preceitos legais pré-estabelecidos, realizaram todos os atos constitutivos necessários, ficando devidamente registrado na Ata de Constituição da AMBC (Anexo I).

Observaram, ainda, as determinações do art. 46 da Lei de Registro Público, Lei 6.015/73 (BRASIL, 1973) e procederam com a inscrição dos referidos atos constitutivos junto ao Cartório competente. Em seguida, providenciaram a elaboração do Estatuto da Associação (Anexo II), estabelecendo a estrutura e funcionamento da instituição com base na lei. Uma vez registrado em cartório os atos institucionais da AMBC, foi feito a sua inscrição junto ao Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), sob o nº 69.616.480/0001-86 (Anexo III).

Dessa forma, constituía-se legalmente, a AMBC. As participantes da pesquisa nos relataram que a Associação viveu períodos de forte atuação e conseguiu trazer programas do governo federal, estadual e municipal que beneficiavam a comunidade; realizavam festas em datas comemorativas (dia das mães, dos pais, das crianças, natal); promoviam eventos culturais e cursos de capacitação em parceria com instituições como: o Serviço Social do Comércio - SESC e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, o resultando dessa atuação foi o reconhecimento através da concessão do título de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 372 de 22 de outubro de 1988, pela Prefeitura Municipal de Luís Correia.

A associação de Moradores do Bairro Coqueiro nunca possuiu sede própria, inicialmente, funcionou com sede provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto, localizado na Rua José Quirino, 526, Bairro Coqueiro – Luís Correia, onde realizavam seus encontros e desenvolviam suas atividades.

A AMBC possui um terreno de aproximadamente 716 m² (setecentos e dezesseis metros quadrados), medindo 22,75 m (vinte e dois metros e setenta e cinco centímetros) de frente e 31,50 m (trinta e um metros e cinquenta centímetros) de fundo, adquirido por meio de doação em 31 de março de 1992, conforme certidão em anexo (Anexo IV) imóvel localizado na rua Miguel de Paulo, nº 11088, antiga Rua Projetada-09, s/n, Bairro Coqueiro, Luís Correia (Figura 06).

06

Figura 06 .

Terreno destinado à construção da sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2016



Depois de passar por seu período de forte atuação, a Associação, conforme relatos dos participantes da pesquisa, enfrentou alguns problemas operacionais, sobretudo os que dizem respeito à formação da diretoria e a falta de comprometimento de alguns representantes. Além disso, o fechamento do Grupo Escolar Dep. João Pinto, onde, provisoriamente funcionava a sede da AMBC comprometeu as atividades sociais desenvolvida pela instituição.

Vale ressaltar que, além da luta por melhoria da qualidade de vida do lugar, atribui-se às associações de moradores de bairro o papel de esclarecer, informar e formar a comunidade, com o intuito de que a mesma possa desempenhar o exercício da sua cidadania na reivindicação dos seus direitos. Por outro lado, as associações também precisam unir e organizar os moradores, agindo sempre de forma democrática. Promovendo encontros aberto aos moradores para que possam expressar suas ideias.

O interesse de construir uma sede definitiva para suas atividades passou a ser o alvo maior da comunidade do Coqueiro, no entanto, percebemos que essa busca, depois de várias tentativas de insucesso, foi causando uma desmobilização da comunidade à medida que a atuação da associação, já enfraquecida, foi perdendo forças, acomodando-se por trás da justificativa da ausência de uma sede para o bom desempenho da instituição.

Quando nos aproximamos da AMBC em agosto de 2016, a mesma estava praticamente desativada, mandado da diretoria vencido, os associados já não mais existiam, havia apenas um pequeno grupo de mulheres ainda lutavam e resistiam para manter a associação legalmente regularizada. Esse interesse em lutar por melhores condições de vida para a comunidade.

O interesse em continuar lutando perdurava, no entanto, faltava-lhes algo essencial para continuar essa luta; MOTIVAÇÃO. A quase que completa falta de participação e envolvimento da comunidade comprometia o desempenho da diretoria que não conseguia obter respostas favoráveis às tentativas de ações e mobilização das pessoas, nem tampouco captar recursos que pudessem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do bairro.

Percebemos, ainda que, como acontece com a maioria das associações do nosso país, os interesses mais percorridos pelos moradores eram os de cunho assistencialista, o que termina atribuindo a essas instituições a função de mera reprodutora de programas do governo.

Este perfil das associações de bairro é comum quando as mesmas deixam de ter uma atuação relevante. As reivindicações populares passam a ser recebidas pela gestão pública de forma isolada, carregadas de individualismo e interesses pessoais que nem sempre correspondem aos interesses da coletividade.

É inquestionável a importância de uma sede para a AMBC. Esses espaços sociais de convivência em um bairro é uma oportunidade para os moradores se encontrarem, reconhecerem-se, conversarem, trocar experiências e discutirem sobre os problemas do lugar. Entretanto, o que não se concebe, é atribuir a ausência desse espaço, a responsabilidades pela baixa atuação de uma associação de moradores na luta pela busca de qualidade de vida para o lugar, como alegam os representantes da AMBC, participantes desta pesquisa.

Não podemos esquecer que, nos dias de hoje, uma boa atuação de instituição comunitária depende, da capacitação, principalmente dos membros da sua diretoria, que deve, em primeiro lugar, conhecer bem sua comunidade, região, cidade e país. A diretoria deve conhecer todas as exigências estatais e fiscais para o funcionamento legal da

instituição, deve ter habilidade para apresentar projetos aos gestores públicos, negociar com as autoridades, fiscalizar as ações dos poderes públicos, discutir orçamentos, promover atividades culturais e recreativas, promover cursos de capacitação e o mais importante, buscar unir forças, agindo em conjunto com outras organizações, buscando apoio de instituições públicas e privadas.

Dallari (2000) ressalta a necessidade da conscientização de todos os membros da sociedade para os problemas políticos, segundo ele, é um dever de todos participarem da vida social para que se possa influir sobre as decisões de interesse comum. A participação coletiva e não só política, promove a conscientização sobre a igualdade de todos e essa só poderá ser desenvolvida por meio do diálogo, pois indivíduos excluídos do convívio social não são capazes de encontrar soluções e superar injustiças. Ainda segundo o autor:

[...] a associação é uma forma de participação política das mais convincentes, pois permite a conjugação de esforços, garante a continuidade das atividades e assegura a proteção legal para os participantes, uma vez que o simples registro de estatutos lhe dá existência legal e lhe confere direitos que as autoridades são obrigadas a respeitar (DALLARI, 2000, p.77).

Assim, comungando com o pensamento do autor e acreditando na importância das Associações de Moradores como ferramentas de gestão política e de planejamento, o PPGAPM propôs a parceria entre a Universidade Federal do Piauí e a AMBC, disponibilizando sua equipe multiprofissional de pesquisadores para colaborar com a associação do bairro na resolução dos problemas locais, nas diversas áreas que os mesmos se manifestassem. Não obstante, a parceria se caracteriza do tipo colaborativa e os projetos-ação, desenvolvidos em prol da comunidade, são de natureza participativa e/ou colaborativa.

Frente aos requisitos dessa parceria técnica cooperativa participativa. Este projeto ação surge como o pioneiro, no âmbito do PPGAPM, a ser desenvolvido no Bairro do Coqueiro e se constituiu a partir da necessidade e importância da mobilização e motivação necessárias para fomentar a participação popular nos projetos de natureza ação.

Foi nesse cenário que demos início a execução desse projeto-ação, ciente da responsabilidade e da importância que cada atividade desenvolvida no âmbito do PPGAPM assume dentro do Projeto Matriz – MUDE e que tem como desafio, dentro desse polo de atuação, o Bairro Coqueiro da Praia, a implantação e desenvolvimento do

processo museológico no lugar, desafio com o qual a pesquisadora dessa pesquisa-ação percebe como uma contribuição social aos objetivos do MUDE e como uma forma de retribuir o conhecimento adquirido em uma instituição pública universitária, financiado pela sociedade.

A partir da demanda por um projeto arquitetônico para a sede da AMBC, apontado pela diretoria como requisito imprescindível na busca dos recursos para a viabilizar a construção da mesma, utilizamos esse desejo coletivo, que para alguns representa um sonho, como método para iniciarmos um processo de mobilização da comunidade já afastada das atividades associativas e descrente da atuação da instituição.



6 MÉTODOS

Ao desenvolvermos processos museológicos com base nos fundamentos da Nova Museologia, difícil definir uma metodologia única, pois estudos e intervenções variam de acordo com o setor de atuação, das peculiaridades de cada comunidade e do lugar de destino das ações. Dessa forma, há uma infinidade de processos, que podem ser aplicados a diferentes tipos de “novos” museus, devendo os mesmos, obedecerem a princípios básicos da Nova Museologia, implantando ações, que busquem diálogos interativos, considerando os espaços de vivências onde se estabelecem as relações do ser humano com o lugar e o seu patrimônio cultural.

Essa nova forma de conceber os museus se respaldou na pedagogia da libertação de Paulo Freire, cujas ideias influenciaram a maioria dos participantes da Mesa Redonda e Declaração de Santiago do Chile (1972). Varine (2005) afirma que o profissional da Nova Museologia, em sua atuação, deve primar por uma “museologia da libertação¹⁴”, no sentido de auxiliar a comunidade a encontrar nela mesma e fora dela, a motivação e as ferramentas para viver e agir como atores do seu próprio futuro.

Através dessa sinergia entre os campos teóricos da Educação e da Museologia e utilizando estratégias inovadoras para as práticas sociais aplicadas, intentamos, com a contribuição dessa pesquisa-ação, iniciar um processo de musealização do território do Coqueiro da Praia e, dessa forma, buscar soluções para a preservação de seu patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável do lugar.

Assim, para garantir a identificação da metodologia e dos métodos mais adequados para atuar no território do Coqueiro da Praia, iniciamos a pesquisa por uma revisão de literatura que nos permitiu compreender as teorias e métodos no campo da Museologia Social e da Pedagogia da Libertação, a fim de conseguirmos selecionar formas de utilizar esses conhecimentos no mundo real.

O projeto proposto para o território do Coqueiro da Praia, assim como os demais projetos desenvolvidos no âmbito do PPGAPM, visa alterar as formas cartesianas de atuação da academia. Estamos sempre preocupados em com a democratização dos conhecimentos, aproximando a instituição das necessidades da vida cotidiana dos atores

14 Segundo Odalice Priosti (2010), é o processo pelo qual se busca a construção da memória em comunidade através de processos museológicos não convencionais, que surge a partir da musealização da vida cotidiana em suas múltiplas relações. A memória originada dessa relação é pela autora denominada de “memória híbrida”.

locais, como preceitua o PNEU (2012). Essa forma de atuação se assenta na diretriz da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:

A Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizadas e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do 'arsenal' analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais (FORPROEX, 2012, p. 33)

No trabalho de campo, fase essencial para o desenvolvimento dessa investigação, vivemos experiências e tivemos a oportunidade de aplicar a metodologia da pesquisa-ação, que se configura pela adoção de métodos de produção e socialização do conhecimento, inseridos no contexto da concepção e execução que partem da necessidade de resolver problemas práticos e atender às demandas sociais e econômicas da comunidade.

Essa relação de troca de conhecimentos acadêmico e empírico, segundo Thiollent (2011), é transformadora, pois além de vislumbrar a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, inova na forma de produzir conhecimentos. Acreditamos que essa troca democrática de construção de saberes contribui para a superação das desigualdades sociais e nos permite extrapolar os muros da academia, vez que seus parâmetros de atuação alcançam tanto os níveis da universidade, como o da pesquisa e da formação profissional.

Corroborando com esse pensamento, Boaventura Santos (2004) considera a pesquisa-ação a produção participativa de projetos, que envolvem comunidades e organizações sociais populares, unidas diante de problemas que podem ser beneficiados a partir dos resultados da pesquisa. O autor se reporta a ecologia dos saberes¹⁵ como uma extensão da pesquisa-ação, algo que provoca o confronto do conhecimento científico com outros conhecimentos, a fim de garantir o equilíbrio da relação entre a ciência e prática social, abalada na primeira modernidade.

15 A ecologia dos saberes é um conjunto de epistemologia que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clama sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entenda-o como ecologia de prática de saberes (SANTOS, 2006).

A partir de uma demanda de representantes da comunidade, apresentamos a proposta de elaborar um projeto arquitetônico para a sede da AMBC. Essa proposta se tornou um mote norteador, um instrumento e uma forma de fazermos uso da Nova Museologia e de promover a motivação dos atores locais, ou seja, usar desejos como ferramenta de educação libertadora e, dessa maneira, introduzir nesse território uma concepção de Museologia Social Libertadora.

Segundo Thiollent (2011), ações desenvolvidas no contexto organizacional associativo, são definidas do tipo reivindicatórias, pois são vistas como ações de caráter prático dentro de uma atividade coletiva e que visa frequentemente resolver problemas de ordem aparentemente mais técnica.

Diante do exposto, a pesquisa se define de caráter qualitativo, participativa, inclusiva e inovadora. Ao inserir a comunidade num projeto arquitetônico social e participativo para a construção da sede da Associação do Bairro em que vivem, buscamos despertar a atenção da comunidade para a importância da construção de um equipamento cultural de base comunitária, da participação cidadã e da responsabilidade de cada um por projeto e ações de interesse coletivo. A nossa função social enquanto museólogo é ser um mediador entre a comunidade e o seu patrimônio cultural integral. É preciso que esses atores passem a atuar com autonomia e possam gerir o seu patrimônio cultural, colaborando na construção, implantação e avaliação de políticas públicas destinadas ao território do qual fazem parte.

Por fim, o trabalho social é atravessado pela Etnografia como base metodológica necessária para descrever a cultura de um povo, suas manifestações e atividades culturais e materiais, revelando seus costumes, suas crenças, as interações coletivas, os conhecimentos empíricos, as técnicas, suas habilidades, modo de fazer, as normas de comportamento, transmitidos de geração em geração que merecem ser documentadas, com o intuito de se preservar memórias para as futuras gerações.

Importante ressaltar que o método da etnografia se baseia na observação e levantamento de problemas enfrentados pela comunidade, imprescindível para o pesquisador/mediador ao longo da realização da sua pesquisa de campo.

6.1. A imersão no território da pesquisa

Antes mesmo de iniciar a pesquisa de campo e estabelecer um contato direto com a AMBC e com realidade do Bairro do Coqueiro, a pesquisadora desse projeto-ação, conhecendo as diretrizes do PPGAPM, vislumbrava propor o desenvolvimento de

um Inventário Participativo (IP) das Artes e Artefatos da Pesca Artesanal, patrimônio cultural vivo daquela Vila de Pescadores. Por meio da construção de um IP seria possível, identificar, relacionar, capturar, registrar e divulgar o patrimônio cultural que uma comunidade se identifica, e que pela sua importância histórica cultural, merece ser salvaguardado pelos atores que a detém e reconhecido pela sociedade.

Foi com essa intenção que a pesquisadora adentrou no território e permaneceu com a mesma por um bom período, mesmo depois de iniciar a aproximação com a comunidade através da AMBC e já ter se comprometido em desenvolver o projeto arquitetônico para a sede da Associação.

Não podemos desconsiderar a importância que essa etapa teve para pesquisação, visto que a mesma ofereceu à pesquisadora a percepção do lugar e da sua paisagem cultural. Essas duas categorias, peculiarmente, se materializam no cotidiano de uma comunidade por meio de manifestações simbólicas diversas e são subsídios essenciais para a compreensão do espaço de cada comunidade.

A aproximação com a AMBC facilitou essa compreensão, vez que as associadas e participantes da pesquisa, em sua maioria, eram esposas de pescadores e intermediaram a aproximação da pesquisadora com esses personagens de potencial significativo à identidade do Bairro do Coqueiro que ainda hoje é reconhecida por muitos, como uma Vila de Pescadores.

Como já foi dito, para compreender as relações de uma comunidade e projetar espaço social urbano, temos que considerar cada comunidade no seu ambiente ou contexto particular. Conhecer a rotina do pescador foi uma forma de compreender a dinâmica do cotidiano dos nativos do Bairro do Coqueiro, que está atravessada pela atividade da pesca artesanal. Assim, uma das nossas primeiras ações no território foi a realização de roda de conversa com os pescadores.

Vale ressaltar que, durante a exploração do território, acompanhamos o dia-a-dia da atividade desses pescadores e conhecemos sobre suas artes e artefatos de pesca; conhecemos os mistérios do mar; os testemunhos dos perigos enfrentados no exercício da tarefa em alto mar; a escassez das espécies de peixes, muitas ameaçadas de extinção; o desinteresse das novas gerações pela atividade; os conflitos com os proprietários das segundas residências que ocupam espaços onde antes eram ocupadas por moradias de pescadores.

Todas essas informações nos oferece um conhecimento das dinâmicas sociais, econômicas e política do Bairro de especial valia tanto para elaboração de um

projeto arquitetônico, quanto para reforçar a importância da propositura de um processo museológico naquele território. Revelam-nos sobre os modos de vida conectados com a paisagem materializados em um universo de práticas e forma de utilizar os recursos naturais, além de valores e crenças arraigados nas diversas gerações e nos laços afetivos, singularidades que são camufladas por aspectos econômicos que invadem o lugar, desconsidera seus valores intrínsecos e os torna sem relevância.

Seguindo as recomendações da metodologia da pesquisa-ação de Michel Thiollent (2011), ficou clara a importância da fase exploratória da pesquisa, que sugere conhecer o território sob os seus mais diversos aspectos; buscar envolver-se com os atores locais; reconhecer suas expectativas; e estabelecer um primeiro diagnóstico da situação e dos problemas mais urgentes, a fim de propor eventuais soluções para os mesmos.

Após mais de seis meses de pesquisa e imersão no território, percebemos que construir um inventário participativo das artes de pesca tradicional não seria o caminho a ser trilhado naquele momento. Mais uma vez, a metodologia da pesquisa-ação de Thiollent, trouxe respostas às nossas inquietações. Segundo o autor, a pesquisa-ação segue instruções diferentes das aplicadas nas pesquisas acadêmicas:

Muitos autores consideram que, na pesquisa-ação, não se aplica o tradicional esquema: formulação de hipótese/coleta de dados/comprovação (ou refutação) de hipóteses [...] podemos considerar que a pesquisa-ação opera a partir de determinadas instruções (ou diretrizes) relativas ao modo de encarar os problemas identificados na situação investigada e relativa aos modos de ação. Essas instruções possuem um caráter bem menos rígido do que as hipóteses, porém desempenham uma função semelhante. Com os resultados da pesquisa, essas instruções podem sair fortalecidas ou, caso contrário, devem ser alteradas, abandonadas ou substituídas por outras. A nosso ver a substituição das hipóteses por diretrizes não implica que a forma de raciocínio hipotética seja dispensável no decorrer da pesquisa. Trata-se de definir problemas de conhecimento ou de ação cujas possíveis soluções, num primeiro momento, são consideradas como suposições (quase hipóteses) e, num segundo momento, objeto de verificação, discriminação e comprovação em função das situações constatadas. (Thiollent, 2011, p. 40).

Percebemos que propor um inventário participativo para identificar e reconhecer o patrimônio cultural identitário do lugar e ter os atores locais como participantes desse projeto seria uma tarefa, naquele momento, muito difícil. Como falar sobre patrimônio para um grupo de pessoa ainda não motivada, sem interesse sobre o assunto de patrimônio cultural? Como motivá-los para discutir sobre as questões referentes às temáticas do patrimônio cultural, aos museus, em meio a tantas outras questões para o grupo mais

urgentes? Essas interrogações começaram a nos causar uma série de preocupações evidenciando a necessidade da mudança dos rumos da pesquisa.

Entendemos que a condição favorável para se desenvolver uma pesquisa-ação é quando o pesquisador não aceita fazer suas investigações limitado aos aspectos acadêmicos, sobretudo aqueles que se vinculam às pesquisas cartesianas, opondo-se ao mesmo na busca pelo desempenho de um papel ativo na realidade do território da pesquisa.

6.2. Apostando em ações e participação

No dia 19 de agosto de 2016, na Creche Tia Neuza, localizada no Bairro do Coqueiro, na condição mestranda, estive juntamente com outros colegas de turma e a coordenação do PPGAPM reunidos pela primeira vez com um pequeno grupo de mulheres da comunidade. Esse grupo representa as mulheres, mães, esposas de pescadores, atuando na linha de frente da AMBC e que, por sua vez, passaram a participar diretamente desta pesquisa-ação.

Durante esse encontro, ouvimos os relatos, já apontados, sobre a história da AMBC, suas lutas, seus problemas, seus interesses, seus desejos e sonhos. Dialogamos sobre as fragilidades da Associação e a falta de reconhecimento da instituição grande maioria dos moradores do Bairro. Ainda nessa oportunidade, também apresentamos as nossas propostas de projetos para o Bairro, justificadas pelo interesse de colaborar com a AMBC, estabelecendo e mantendo uma relação de troca de experiências e saberes que contribuam para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural vivo e presente no lugar, manifestado nas suas tradições, costumes, saberes e fazeres ancestrais, que representam a identidade local e que podem contribuir para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

No entanto, todo o foco do diálogo, durante aquele primeiro encontro, voltava-se para o mesmo ponto: a falta de um projeto arquitetônico para a sede da AMBC. Esse era o motivo de todos os problemas que impediam o desempenho de uma boa atuação da instituição e sem o mesmo, não conseguiriam pleitear, junto às instituições públicas, os recursos necessários para a sua construção. Já possuíam o terreno, faltava o projeto.

Diante da demanda apresentada e ciente de que em uma pesquisa-ação os caminhos não seguem uma ordem previsível, na condição de arquiteta/pesquisadora, apresentei-me como tal e firmei o compromisso com aqueles representantes da comunidade de, na próxima oportunidade de encontro, apresentar uma proposta de projeto arquitetônico para a tão sonhada sede da Associação. Por outro lado, os participantes ali presente, moradores do Bairro, comprometeram-se em divulgar para a comunidade a data do nosso próximo encontro, bem como a pauta da mesma: a apresentação do projeto arquitetônico para a AMBC, ou seja, utilizamos esse desejo para tentar aumentar o número de moradores na reunião e conseqüentemente, mais participantes para a pesquisa.

A data marcada para a segunda reunião foi combinada para o dia 11 de setembro de 2016. Não obstante, o primeiro passo para a propositura da proposta de projeto para a AMBC, seria o reconhecimento do terreno destinado à sua construção. Dessa forma, no dia seguinte àquele encontro, continuamos nossa imersão no território e juntos com as representantes da comunidade, fizemos o reconhecimento do terreno que há mais de 20 (vinte) anos está destinado à construção da sede.

Já mencionamos que, para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico, o arquiteto deve se guiar por algumas etapas preliminares que, naquela ocasião, propositalmente não nos aprofundamos. Primeiramente, seria necessário dialogar com a comunidade no sentido de entender o programa de necessidades para a sede, fazer um estudo sobre os aspectos físicos do terreno, escolha do partido arquitetônico e justificativas das soluções propostas para a edificação e ainda, o mais importante, compartilhar todas essas decisões com os participantes, afinal, eles teriam que se sentir parte do processo a fim de buscar condições viáveis para a execução. A intensão é desenvolver um projeto arquitetônico participativo, para tanto, é importante colaboração da comunidade em todas as etapas conceptivas do Projeto até a fase executiva final.

Apesar de ter acertado que levaria uma proposta de projeto arquitetônico para a sede da associação, a intensão, na verdade, era apresentar um croqui em formato digital com interesse de, naquele momento, apenas poder introduzir um diálogo com o grupo sobre a temática da mobilização, do associativismo, do papel de uma Associação. Ademais, contávamos que a expectativa pelo projeto arquitetônico pudesse repercutir e trazer para a reunião seguinte um número maior de moradores.

Como havíamos prometido, no segundo encontro, marcado e realizado dia 11 de setembro de 2016, apresentamos o “projeto” para a sede da Associação, que, na verdade,

não passava de imagens ilustrativas (Figuras 07, 08, 09 e 10), uma ideia de projeto, um pretexto para avançarmos nas discussões do sentimento de pertença e de responsabilidade de cada um na busca por melhores condições de vida para a comunidade.

Importante destacar que essas imagens, apesar de serem ilustrativas, mas seguiram algumas recomendações que os participantes apontaram no nosso primeiro encontro e expresso em um croqui amador (Figura 11). Não houve preocupação técnica para elaboração dessa ideia inicial, mas entendemos que o mesmo seguiu critérios de necessidades apontados pelo grupo e que merece ser considerado também quando da real elaboração das demais etapas do projeto.



07	09
08	10

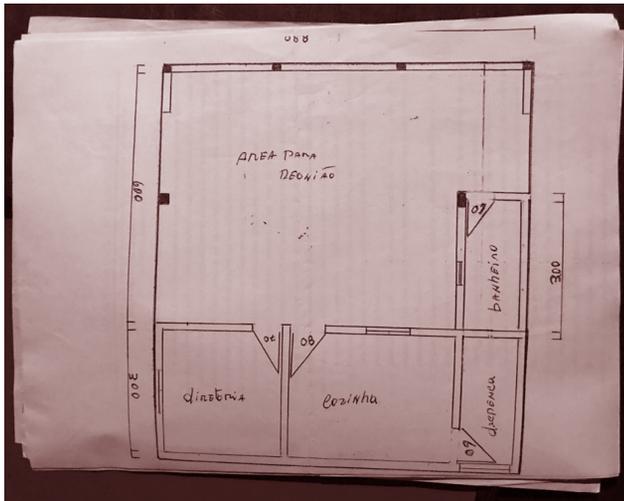
Figura 07 .
Imagens meramente ilustrativas da sede da AMBC – Vista frontal

Figura 08 .
Imagens meramente ilustrativas da sede da AMBC – Vista aérea

Figura 09 .
Imagens meramente ilustrativas da sede da AMBC – Fachada Oeste

Figura 10 .
Imagens meramente ilustrativas da sede da AMBC – Fachada Leste

Fonte: Acervo de Gardênia Angelim, 2016



11

Figura 11 .

Croqui da comunidade apresentado como projeto para a sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2016

Utilizamos as imagens para explicar o processo construtivo estrutural para de edificação, que se inicia com os alicerces e os pilares, muito bem pensados, calculados e dimensionados para suportar todas as cargas e as intempéries que a mesma irá sofrer ao longo da sua existência. Além disso, apontamos a importância de cada um dos insumos (cimento, pedra, areia, tijolo, telha etc.) utilizados em uma construção para que, ao final, a mesma venha a adquirir a forma e desempenhar a função para a qual foi construída. A partir dessas informações técnicas, iniciamos discussões que nos permitiram apresentar a importância do trabalho coletivo.

Utilizando-se de metáforas e analogias, demonstramos que, considerando o exemplo de uma Associação de Moradores, os alicerces poderiam ser comparados às necessidades de união dos associados, os insumos seria o papel que cada um deve assumir para garantir o pleno e eficaz funcionamento da instituição. A comunidade precisa estar ciente sobre “o que é” e “para que serve” uma Associação; compreender que o interesse da coletividade deve estar acima dos interesses individuais; e que é preciso haver a união de todos os membros para se alcançar os objetivos comuns. Esses são princípios básicos necessários para a gestão de uma associação, uma tarefa conjunta e que deve ser desempenhada por todos os seus integrantes.

Fontes (2003) ressalta que as redes sociais nas quais os indivíduos estão inseridos têm papel na determinação de sua trajetória de participação na estruturação de sociedade civil e o seu sucesso é medido a partir do engajamento cívico em associação voluntária.

Outro tema abordado naquele momento foi a autossustentabilidade, vista como a capacidade dos moradores de trabalharem em conjunto, não como meros receptores

de serviços oferecidos pela Associação, mas na condição de ativos participantes de sua gestão. Não se trata de excluir as possibilidades de buscar apoio a outros atores, mas comprometer-se, engajar-se, construir ou ressignificar o conceito de comunidade, no sentido de promover ações que possam garantir a inclusão de seus agentes locais e a emancipação da comunidade em relação a apoio externo.

Após esse segundo encontro, percebemos uma motivação e uma esperança maior dos participantes. E, como primeira ação desse projeto-ação, desenvolvido junto com os participantes, discutimos e decidimos promover um bingo para arrecadação de fundos, buscando a viabilização da construção da sede da Associação.

O bingo aconteceu aos 16 dias do mês de outubro de 2016, na ocasião, aproveitamos para fazermos uma distribuição de lanches em comemoração ao dia das crianças. A realização foi uma demonstração de que a comunidade começava a interagir e se mobilizar em prol de objetivos em comum. Conseguimos arrecadar uma quantia de aproximadamente R\$ 1.000,00 (mil reais), o que avaliamos como um bom começo (Figura12).

Os participantes demonstraram a preocupação de voltar a desenvolver eventos comemorativos nas datas especiais. Com as proximidades do natal, combinamos de promover a “Gincana de Natal” voltada para as crianças, com a distribuição de presentes e realização de brincadeiras. A mesma ocorreu em dezembro de 2016 e aconteceu com a participação e colaboração dos participantes da pesquisa e de muitos atores locais. Percebemos a importância da realização de eventos dessa natureza, pois traziam recordações dos tempos de boa gestão da AMBC e geravam esperança de retornarem a aquelas condições novamente.

Falar de patrimônio imaterial é falar de memória, de história oral, é através delas que esta tipologia de Patrimônio sobrevive. Pensando assim, outro momento importante de partilha e diálogo foi a realização do “Cine na Praça”. A intenção era, por meio de filmes, propor um momento de lazer e discussão sobre a importância do patrimônio cultural do lugar para o seu autodesenvolvimento, preservando a sua identidade e ressaltando as suas heranças culturais como instrumento de desenvolvimento do lugar.

Iniciamos o momento com a apresentação do vídeo da série Conhecendo Museus - “Museu Comunitário Lomba do Pinheiro”, em seguida, apresentamos o filme: “Narradores de Javé”. Ambos ressaltam a valorização do patrimônio cultural de uma comunidade, através do resgate da sua própria história (Figura 13). Acreditamos que a apresentação de

exemplos de equipamentos dessa natureza seja importante para despertar o interesse desses atores pelo desejo de museus.

A formação de cidadãos conscientes da sua história e do valor de seu patrimônio é o caminho, não basta apenas dialogar, mas praticar ações que contribuam na formação e conscientização de seus atores.

Dessa forma, fomos construindo uma relação de interação, confiança e respeito com a AMBC e os moradores locais. Vemos essa inter-relação do PPGAPM, a comunidade local e outros setores da sociedade como uma atuação transformadora, preocupada em atender os interesses e as necessidades da coletividade, buscando promover o desenvolvimento social e territorial, aberta para colaborar com as políticas públicas.

Durante o período compreendido de janeiro a junho de 2017, nossas ações se voltaram para a regularização institucional da AMBC, conforme será apresentado mais adiante. Todavia, após esse período, voltamos a promover eventos com o intuito de conseguir recursos para a construção da tão sonhada sede. Para isso, os participantes sugeriram que promovêssemos um bazar de roupas e acessórios a ser realizado durante todo o mês de julho de 2017 na praça do Bairro (Figura 14).



Figura 12 .

Bingo realizado na praça do Bairro do Coqueiro

Figura 13 .

Realização de cinema na praça do Bairro do Coqueiro

Figura 14 .

Bazar da AMBC realizado na Praça do Bairro do Coqueiro

Fonte: Gardênia Angelim, 2016

Paralelo ao bazar, o PPGAPM promoveu uma série de atividade envolvendo os novos pesquisadores que estavam iniciando suas pesquisas no território. Essas atividades serviram para fortalecer a ação que teve resultados surpreendentes.

O bazar, além da mobilização e participação da comunidade, pudemos verificar a possibilidade de resgate da identidade da associação e o seu distanciamento dos elos de caráter clientelista/assistencialista, típicos das organizações de natureza comunitária. As ações realizadas durante todo o período do mês de julho renderam para o caixa da associação a soma de aproximadamente R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Conforme acordado entre os associados, a quantia ficou destinada para dar início a primeira parte da execução do projeto da associação.

Como será apresentado adiante, o projeto arquitetônico desenvolvido para a sede da Associação, pensando nas dificuldades de captação de recursos, foi elaborando de modo a poder ser executado por etapas, acompanhando as possibilidades e oportunidades alcançadas, gradativamente, até a sua etapa final. Dessa forma, a quantia arrecadada, somado ao montante que se tinha em caixa era suficiente para dar início à obra.

Conseguimos mostrar, através dessas atividades desenvolvidas com a colaboração e participação dos participantes da pesquisa e da comunidade, que é possível desenvolver ações no território que garanta sustentabilidade e independência de apoio ou suporte externo. Comprovamos o que discutimos naquele nosso primeiro encontro com a AMBC: o apoio e a mobilização da comunidade são os alicerces fortes para suportar toda estrutura da organização.

É importante que os impactos e as transformações causadas por meio dessa inter-relação Universidade-comunidade recaiam sobre ambas. Ao se estabelecer uma relação horizontalizada, não se permite mais hierarquizar o conhecimento e atribuir às Universidades o título de detentora do saber em patamar superior à sociedade, mera receptora de conhecimento. Vemos a Instituição de Ensino Superior como parte integrante da população, interagindo com a mesma e buscando soluções para os problemas e anseios dos diversos grupos sociais existentes em nosso país.

As prestações de serviços que os pesquisadores do Mestrado desempenham em favor da comunidade são vistas como produtos de interesse acadêmico e encarado como um trabalho social constituído a partir e sobre a realidade objetiva, Estamos na constante busca pelo conhecimento e por transformação social, construída a partir de

um processo dinâmico com a participação de diversos atores envolvidos com a história da comunidade, que busca construir sua realidade futura, gerindo seu patrimônio cultural e se utilizando do mesmo em prol de um desenvolvimento sustentável para o lugar.

6.3. Organização, transparência e legalidade

As ações e atividades que durante os três primeiros meses de trabalho em conjunto com os participantes da pesquisa, começaram a surtir efeito. Os moradores passaram a se reaproximar da AMBC e participar das atividades e se envolver nas ações. A associação precisava se reestruturar institucionalmente e observar as diretrizes estabelecidas no seu Estatuto.

A instituição, enquanto pessoa jurídica funcionava de forma legal, dentro dos parâmetros exigidos pelo Código Civil Brasileiro. No entanto, além de precisar reanimar seu quadro de associados inativos e desmobilizados, observamos que algumas recomendações previstas no Estatuto da AMBC precisavam ser regularizadas, sanando quaisquer pendências que compromettesse o seu pleno funcionamento, a fim de que a mesma pudesse atuar frente à comunidade e todos os órgãos de fiscalização de maneira organizada, transparente e legal. Nesse sentido, a pesquisadora passou a auxiliar as participantes a atuarem na busca por essa regularidade.

O primeiro passo foi a elaboração do livro de filiação dos associados da AMBC, bem como a fixação do valor que deveria ser pago pelos mesmos a título de mensalidade. Para nossa surpresa, apareceu um número significativo de moradores interessados em se associarem, totalizando um número de 23 (vinte e três) novos associados, em três meses da atuação da Associação em parceria com o PPGAPM.

Por conseguinte, de acordo com o art. 27 e 28 do Estatuto da AMBC, o mandato da diretoria tem vigência de dois (dois) anos e uma nova eleição deve ser proposta 15 (quinze) dias antes do término de cada mandato. Ocorre que, em virtude da baixa atuação da associação e a desmobilização de seus associados, o mandato em vigência já se encontrava vencido e não se percebia nenhum interesse da Presidente, mesmo com o mandato vencido, em realizar novas eleições, ainda que sob as provocações por parte dos associados.

Dessa forma, providenciamos a convocação de uma Assembleia Geral para eleger uma nova diretoria para a AMBC, ocasião em que ficou agendado para o dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, a data para a referida eleição. Conversamos sobre a importância dessas reuniões serem registradas no livro de ata e passamos a orientá-los na elaboração das mesmas.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezessete, realizamos uma Reunião Ordinária que trouxe como pauta a Convocação para formação de chapa para Eleição da nova Diretoria. Estabelecemos a data de vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, às dezoito horas para a realização da eleição e posse da nova diretoria.

Na data prevista, nos reunimos na Rua Miguel de Paulo, 11.048, Bairro Coqueiro, a reunião contou com a presença de muitos moradores da comunidade, no entanto, nenhuma chapa foi inscrita para concorrer ao mandato da nova Diretoria, razão pela qual foi formada e aclamada, com a anuência dos presentes, a constituição da nova diretoria da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro, conforme Ata de Aclamação da Diretoria da AMBC, exercício 2017/2018, devidamente registrada em Cartório competente (Anexo V).

Com a nova diretoria constituída, as reuniões passaram a ocorrer regularmente, e todas passaram a ser registradas no “Livro de Ata”. Além disso, os associados também passaram a ser registrados nos “Livro de Filiação”; desenvolvemos um “Livro Caixa” para a Associação a fim de registrar todos os recursos adquiridos para a construção da sede da associação. As doações que a instituição começou a receber, as atividades desenvolvidas, bem como as mensalidades pagas pelos associados, geraram recursos financeiros que precisavam ser registrados e submetidos à prestação de contas com a comunidade, mostrando a transparência da gestão financeira da instituição.

Verificamos também a necessidade de confecção e distribuição de carnê de pagamento para os associados, assim, confeccionamos os carnês identificados para cada associada, de acordo com o seu número de registro no livro de filiação.

O art. 5º do Estatuto da AMBC prevê três (três) categorias de sócios: Fundadores, Contribuintes e Beneméritos. As Reuniões Ordinárias passaram a ocorrer nas segundas terças-feiras de cada mês. Na ocasião da reunião do mês de junho de dois mil e dezessete, os associados presentes homenagearam a arquiteta/pesquisadora, autora deste projeto, com o título de sócia Benemérita, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade, conforme podemos verificar na Ata da Reunião Ordinária da AMBC – Junho/2017 (Anexo VI).

No que se refere a situação institucional burocrática da Associação, até esta etapa da pesquisa, a AMBC encontrava-se legalmente constituída; possuía um Estatuto social devidamente registrado em cartório competente; seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ estava devidamente registrado junto a Receita Federal (faltando, após a constituição da nova diretoria, atualizar a titularidade da mesma em nome da atual presidente); encontrava-se em dia com as Declarações de Imposto de Renda; possuía Título de Utilidade Pública Municipal; disponibilizava de livro de ata para registro das reuniões; livro de afiliação dos seus associados. Assim, no tocante aos requisitos necessários para a organização e bom funcionamento de uma Associação, pleiteava-se ainda: abertura de conta bancária vinculada ao CNPJ da Associação; Declaração de Utilidade Pública Estadual; e, uma sede.

Dessa forma, esses seriam os próximos passos a percorrer. Primeiramente, tratamos de providenciar, junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o pedido de abertura de contas vinculada ao CNPJ da associação. Em seguida, informamos acerca dos requisitos necessários para que uma associação de moradores fosse reconhecida como de utilidade pública estadual e, por conseguinte, após a regularização da nova diretoria, retornamos as estratégias-ações a serem postas em prática, com finalidade de arrecadar fundos para construção da sede da AMBC.

Varine (2014) afirma que, no processo de desenvolvimento de um lugar, é preciso produzir mudanças positivas, deslocando-se de baixo para cima - embora não se desconsidere alguns fatores de cima para baixo, visto que alguns deles também são importantes – para tanto, devemos promover a participação e a estrita ligação da comunidade com o processo de tomada de decisões, identificação e administração dos recursos locais com a mobilização de todos os autores do território e que se encontram dentro da própria comunidade.

Ainda segundo Varine (2014), assim como ocorre no processo de desenvolvimento do lugar, o museu de comunidade também é um processo e não uma instituição com estrutura acabada, mas ao contrário, é um ser vivo e como a própria comunidade, está em constante movimento. É esta percepção que buscamos inserir em toda etapa de implantação do processo museológico no território do Coqueiro da Praia. Nossas ações não nascem prontas, não são delegadas a técnicos competente, elas acompanham a dinâmica do lugar e por isso, algumas vezes, são imprevisíveis.

Durante o processo de abertura de conta vinculada ao CNPJ da associação, fomos surpreendidos com a informação que existia uma restrição em nome da Associação junto a Receita Federal. Desconhecíamos a existência de tal débito e precisávamos saber a sua origem. Para tanto, agendamos atendimento junto à Receita Federal e nos foi informado que seria preciso a presença de um profissional de contabilidade, devidamente autorizado pelo representante legal AMBC, para fazer a solicitação e verificação da origem da dívida e proceder com os trâmites necessários para liquidação da mesma.

Visando estabelecer a legalidade e regularidade da AMBC junto aos órgãos estatais fiscalizadores, contratamos os serviços de um contador para a Associação, tais serviços, anteriormente, só eram realizados uma vez ao ano, na ocasião da Declaração do Imposto de Renda da instituição.

O profissional contratado, legalmente habilitado, identificou a procedência da dívida e nos informou que a mesma tinha sido gerada em decorrência de multa pela ausência da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social – GFIP. Segundo a Receita Federal, desde a competência janeiro de 1999, todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, conforme estabelece a lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990 e legislação posterior, bem como às contribuições e/ou informações à Previdência Social, conforme disposto nas leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 e legislação posterior, estão obrigadas ao cumprimento desta obrigação e deverão informar os dados da empresa e dos trabalhadores e realizar a entrega da GFIP declaratória, caso não haja recolhimento para o FGTS, sob pena de geração de multa pela ausência de tais informações.

Sobre os desafios de sustentação das associações de moradores, Lana (2015) pondera:

[...] na tentativa de angariar dinheiro para regularização jurídica e fiscal, comumente é possível observar o endividamento de associações de moradores face ao dispêndio com taxas, impostos, contadores e advogados. Mais comum ainda é observar entidades que realizam festas, bingos e grandes mobilizações para arrecadar recursos financeiros que, ao invés de serem revertidos diretamente à comunidade, são destinados à simples outorga de carimbos e certidões públicas. (LANA, 2015, p. 15).

Reforçando o seu pensamento, Lana (2015, p. 15 apud ANDRADE, 2013, p. 15) “isto custa caro e está inviabilizando ainda mais a organização interna das entidades”.

Observa-se que esses problemas são comuns a muitas associações de bairro do nosso país. Infelizmente, estas burocracias estatais não colaboram com a atuação dessas organizações, de caráter social e que atuam sem fins lucrativos e que tem um relevante papel na garantia do exercício da cidadania, impedindo-as de participarem de editais públicos e de instituições privadas, bem como participar de financiamentos e premiações, apenas por ausência de registros legais que habilitam a representatividade legal das mesmas. Dessa forma, os prejuízos dessa irregularidade, apontaram que o caminho emergencial, naquele momento, seria o de promover a regularização da AMBC.

Solicitamos ao profissional da contabilidade para levantar todo o montante devido e as condições para quitação da dívida. O valor total corrigido somou uma quantia de R\$ 2.618,14 (dois mil seiscientos e dezoito reais e quatorze centavos). Precisávamos regularizar a situação contábil da Associação para que pudéssemos ter acesso a todas as certidões negativas exigidas pelas instituições públicas exigidas no momento de realização de convênios, parcerias, aprovação de projetos, abertura de conta vinculada ao CNPJ da Associação, entre outros.

Essa situação inviabilizou o processo de alguns benefícios que intentávamos pleitear naquele momento, são eles: pedido de declaração de utilidade pública junto à Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí; solicitação, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do pedido de doação de madeira apreendida para a construção da sede da associação; abertura de Conta Corrente em nome da AMBC. Ambos os benefícios perseguidos junto a essas instituições públicas, exigem que se apresente Certidão de Regularização do FGTS – CRF.

Por todo o exposto, parte dos recursos que havíamos destinado a compra de materiais e pagamentos de diárias para dar início a construção da sede, tiveram que ser destinados ao pagamento da dívida junto à Receita Federal.

Acreditamos que todas as contribuições que realizamos até o início da vigência do mandato da nova diretoria, tiveram como propósito maior a mobilização e motivação da comunidade no sentido de resgatar a credibilidade da associação. Observamos que os resultados das ações desenvolvidas alcançaram tal objetivo, vez que vimos a participação da comunidade aumentar gradativamente.

Na primeira reunião, tivemos o envolvimento de apenas sete (sete) associados. Após a segunda reunião, com a criação das fichas de filiação, esse número subiu para 23 (vinte e três) associados e na data da eleição, já havíamos quase duplicado esse último número, chegando a 44 (quarenta e quatro) associados.

Infelizmente, o tempo da pesquisa e as exigências que o processo de extensão estabelece, não acompanha o tempo da comunidade e o imprevisto interrompeu o sonho. A trajetória dessa pesquisa-ação que teve como produto, o projeto arquitetônico para a sede da AMBC, quase testemunhou a ideia materializada em prancha, sair do papel e se erguer em bases firmes.

Alegremo-nos por saber que “as bases firme” que suportam todas as cargas e as intempéries, como dissemos aos participantes no início da pesquisa, já foram encravadas no solo do terreno da AMBC, como testemunhas de toda essa parceria. Graças às arrecadações provenientes das atividades e doações desenvolvidas com os participantes locais, foi iniciada a obra para a construção da sede da Associação (Figura 15), no entanto, devido a todos os contratemplos já apresentados, a mesma teve que ser paralisada.



15

Figura 15 .
Obra iniciada
para a
construção da
sede da AMBC

Fonte: Gardênia
Angelim, 2016

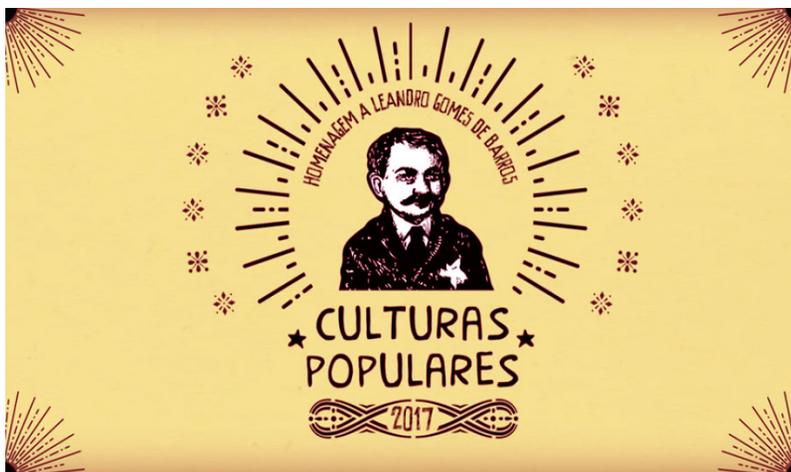
Por outro lado, conseguimos deixar a AMBC funcionando em plena regularidade, cumprindo todos os requisitos legais exigidos para a sua plena atuação, conforme certidões que atestam a regularidade jurídica e fiscal anexas (Anexo VII) e com Conta Corrente aberta, junto ao Banco do Brasil, pronta para continuar a trajetória do sonho.

Estamos certos de que a parceria Universidade/comunidade, aos poucos, vem contribuindo para o desenvolvimento do Bairro do Coqueiro da Praia, por meio de uma relação aberta à participação da população. Paulatinamente, temos conquistados

benefícios que contribuem para a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental, cultural e social dos projetos desenvolvidos.

Dessa forma, a mudança social é um dos principais objetivos do PPGAPM que visa a sempre a melhoria da qualidade de vida das pessoas assistidas, a partir da utilização do seu patrimônio que é o capital para o desenvolvimento do lugar. A trajetória dessa pesquisa-ação não interrompe a continuidades das ações para a comunidade do Coqueiro da Praia, e nos conforta saber que demos nossa contribuição para essa missão contínua.

A regularização da AMBC abriu portas para participar de editais oficiais, o que levou o PPGAPM a concorrer ao Edital de Seleção Pública nº 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares na 5ª Edição Leandro Gomes de Barros (Figura16), promovido pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. O objetivo era premiar 500 (quinhentas) iniciativas de mestres, grupos/comunidades e instituições privadas que mantêm vivo o patrimônio da cultura popular do país, com o objetivo de estimular a cultura feita pelo povo do Brasil.



16

Figura 16 .

Slogan da 5ª Edição do prêmio Culturas Populares do Brasil

Fonte: Ministério da Cultura.

Disponível em <<http://culturaspopulares.cultura.gov.br/>>. Acesso em 21 abr. 2018

A Portaria nº 15, de 15 de novembro de 2017, publicou no Diário Oficial da União – seção 1, nº 227, de 28 de novembro de 2017, p. 11, trouxe a homologação do resultado final da referida seleção. Dentre os 273 (duzentos e setenta e três) classificados e 72 (setenta e dois) premiados, a Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro foi contemplada com o terceiro lugar e ganhamos o prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que será destinado à construção da sede da AMBC.

6.4. A concepção do Projeto Arquitetônico e a participação de atores locais

A apresentação da primeira proposta de “projeto” para sede da AMBC foi apenas um método para discutirmos questões inerentes ao associativismo, mostrar o verdadeiro sentido de comunidade, a fim de despertar o interesse do grupo em buscar soluções para problemas coletivos dentro do território que habitam e compartilham suas vivências diárias.

Quando dizemos que a proposta do Projeto Arquitetônico foi apenas um “método”, não estamos desmerecendo a importância e necessidade da construção desse equipamento para a comunidade. Ocorre que, como integrante de um Mestrado Profissional em Artes Patrimônio e Museologia regido pelos princípios da Museologia Social, pelo seu caráter profissional, o programa requer como trabalho final do discente a apresentação de produtos ou serviços para a solução de problema diagnosticado no território pesquisado. Assim, a imersão no território nos mostrou problemas reais mais urgentes, mas que permaneciam distante do olhar pela falta de consciência histórico-cultural que, por sua vez, impede o despertar do sentimento de pertencimento ao lugar por seus dos atores locais.

Ao adentrarmos no território, identificamos suas potencialidades e detectamos as ameaças que acometiam suas heranças patrimoniais, especialmente os referentes às artes, artefatos e embarcações ligados à pesca tradicional. Desta forma, vimos a necessidade de trabalharmos com o objetivo de salvaguardar as memórias e o patrimônio cultura que remete à identidade cultural presente no lugar, tendo em vista a sua importância e significado histórico, afetivo e simbólico para os atores locais.

A aproximação com a AMBC nos apontou o objeto motivacional que despertava interesse da comunidade - a construção de uma sede para a Associação - dessa forma, quando falamos em usar o projeto arquitetônico como “método”, foi no sentido de aproveitar a motivação que o mote traz aos participantes e, por meio desta, introduzir discussões relativas à preservação e salvaguarda do patrimônio, despertando a atenção dos mesmos para o fato de utilizar o seu patrimônio como instrumento capaz de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do lugar.

A etapa inicial de todo projeto arquitetônico requer um estudo preliminar integrado do lugar e as suas relações com a comunidade. A convivência após um

ano participando do cotidiano do lugar e desenvolvendo ações sociais com e para a comunidade, serviu de suporte necessário para compreender as problemáticas sociais e os desejos da coletividade. Assim, entendemos que essa etapa foi, exaustivamente, cumprida, pois nos ofereceu informações suficientes a serem aplicadas e observadas no momento da criação do projeto arquitetônico para a sede da AMBC.

Vencido esse primeiro momento, iniciamos o levantamento do terreno destinado à construção. A visita e apresentação do terreno destinado à construção da AMBC foram feitas com os participantes e acompanhada pela pesquisadora/arquiteta, ainda no momento do nosso primeiro contato, ocasião em que pudemos fazer o levantamento métrico do mesmo. Mas, as visitas ao local não se limitaram à essa primeira apresentação. Desenvolvemos alguns encontros no lugar junto com os participantes, com o intuito de despertar algum tipo de sentimento afetivo que os aproximasse do espaço e os fizesse se sentirem inseridos no mesmo (Figura 17).



17

Figura 17 .

Visita ao terreno destinado à construção da sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2016

Foi durante um desses momentos de aproximação com o lugar, que fomos alertados sobre a existência, em tempos remotos, de uma lagoa naquele terreno e que, durante o período chuvoso, o espaço fica alagado. Já havíamos observado o desnível do terreno em relação à via pública, no entanto, em um primeiro momento, pensamos em aproveitar essas condições físicas no projeto, todavia, a informação obtida foi relevante e serviu para nos alertar sobre a necessidade de aterro, a fim de alcançar o nível da via pública e evitar problemas futuros.

Seguimos analisando as demais condicionantes limitadoras do processo criativo e, ainda na ocasião daquele primeiro encontro entre a Universidade e os membros da AMBC, os participantes apresentaram um programa de necessidade simples. Para eles, a sede precisaria de espaços para diretoria, depósito, dois banheiros, cozinha/refeitório e a área coberta que pudesse ser usados como auditório, espaço de lazer, encontros etc.

Não obstante, intentamos que o edifício construído para abrigar a sede da AMBC também possa funcionar como um museu de base comunitária e se integrar ao Projeto Matriz do PPGAPM, como um núcleo do MUDE. Diante dessa possibilidade, pensamos em ampliar o programa de necessidades para que o espaço também pudesse atender à essa função.

Concomitante a essa expectativa do PPGAPM exposta no parágrafo acima, durante o período da pesquisa-ação e dos trabalhos e serviços desempenhado em prol de uma melhor atuação da AMBC junto a comunidade, pudemos ter acesso aos seus documentos institucionais, arquivados durante o período de mais de 30 anos de fundação. Assim, durante os nossos diálogos com os participantes, constatamos que, em ocasiões passadas, a ideia de construção de um museu do pescador, já havia sido pauta de discussões entre os associados, conforme documentos informais, sem registro de datas, que tivemos acesso (Anexo VIII).

O desejo manifestado nesse documento da AMBC se adequa as perspectivas do acima mencionada. Em razão disso, abriu-se espaço para discussões sobre a proposta de ampliação do programa de necessidades apresentado pelos participantes, de modo a adapta-lo ao funcionamento paralelo de um museu de comunidade. Por outro lado, esse desejo por museus manifestado pelos participantes facilitou os diálogos de assuntos pertinentes àquela perspectiva: patrimônio cultural do lugar, a importância do seu reconhecimento e preservação e o papel dos museus como suportes da memória e elementos de afirmação da identidade cultural de um grupo, instrumento de geração de emprego e renda para os moradores do lugar.

Assim, entendemos que os diálogos relativos à construção da sede da associação estabelecidos com os participantes locais, serviram para alimentar essa etapa preliminar dentre as quais consideramos a mais importante para a boa qualidade do projeto e o desempenho das funções do edifício. Entendemos, ainda, que essa forma de conceber o projeto é do tipo participativa, vez que não leva em consideração apenas os conhecimentos técnicos para a sua elaboração.

Como mencionado, o bairro do Coqueiro é um local onde o turismo é intenso no período de “alta estação¹⁶”, como consequência, existe problema relacionado à quantidade de lixo e entulhos de construção que se espalham pelo local. Frente a essa problemática, apresentamos o projeto aos gestores municipais, solicitando o apoio no sentido de recolher entulhos de construções presentes no bairro para servir de aterro necessário no terreno. A gestão pública se mostrou interessada em colaborar, razão pela qual a Prefeitura Municipal de Luís Correia, após nossas provocações, chegou a recolher algumas carradas de entulhos de construções encontradas pelo bairro e levar para servir de aterro na construção.

Por todo o exposto, confirmamos que o pretexto de utilizar o projeto arquitetônico para construção da sede da AMBC como método para envolver a comunidade em um processo hegemônico focado no exercício da cidadania e da participação, ultrapassando o assistencialismo e buscando a autossustentabilidade do lugar, nos ofereceram bons resultados. No entanto, ressaltamos a nossa dificuldade de um envolvimento mais efetivo dos participantes na execução do projeto.

A presente pesquisa teve como objetivo de despertar o interesse dos participantes sobre o seu patrimônio cultural, a fim de que os mesmos se tornem agentes multiplicadores em defesa das suas tradições. Não obstante, o programa do Mestrado, por seu caráter profissional, exige como resultado da pesquisa-ação a apresentação de produto e/ou serviço em benefício da comunidade. Dessa forma, o Projeto Arquitetônico para a sede da AMBC, bem como a prestação de serviço de assessoria jurídica, foram os produtos e os serviços deixados para a comunidade a partir das demandas diagnosticadas no território de intervenção no decorrer dessa pesquisa-ação.

Vimos na teoria que na pesquisa-ação não podemos prever os resultados que encontraremos ao final da mesma, pois as demandas que surgem durante o percurso, exigem soluções criativas e inovadoras para resolvê-las. Aliado a isso, reportamo-nos ao desafio de conciliar o tempo da academia ao tempo da comunidade. A ideia inicial era envolver os participantes e conduzir o caminho da pesquisa-ação voltado para a concepção de um projeto arquitetônico mais participativo, envolvendo-os nas diversas

16 Considera “alta estação” no Bairro do Coqueiro da Praia o período em que há mais presença dos moradores de segunda residência e visitantes. Essa época, no entanto, coincide com o período de férias escolares no Brasil, ou seja, os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho.

fases do mesmo, inclusive na sua execução. Porém, a necessidade de atravessar demandas imprevistas no curso do projeto, comprometeu o avanço, tanto da execução da obra, quanto o envolvimento mais direto dos participantes.

Dessa forma, apresentamos este Projeto Arquitetônico na fase de Anteprojeto¹⁷, visto que, as condicionantes financeiras são limitantes para que, nesta fase, já se estabeleça, de forma definitiva, a especificação de todos os materiais a serem utilizados na execução do mesmo. Assim, as especificações apresentadas no projeto são meramente ilustrativas, passíveis de alterações futuras que dependerão das dinâmicas do lugar.

6.4.1. Um projeto arquitetônico em constante adaptação

As estratégias para a viabilização da construção da sede para AMBC provocaram a mobilização da comunidade no sentido de conseguir recursos para iniciar a execução. Foram bingos, bazares, rifas, doações etc., até conseguirmos alcançar quantia suficiente para a compra do material necessário para a construção do primeiro núcleo da sede, um espaço coberto, com 7,00 x 5,00 m (sete metros de comprimento por cinco metros de largura), totalizando uma área de 35 m² (trinta e cinco metros quadrados), suficiente para realizar encontros e reuniões mensais, o que provocou ainda mais a motivação dos associados, além de aproximar outros atores locais, interessados em colaborar o grupo.

A construção desse espaço foi iniciada, entretanto, por motivos já exposto neste trabalho, fomos impossibilitados de prosseguir com o andamento da mesma. Vale ressaltar que, durante a concepção do projeto arquitetônico, levamos em considerações todas as dificuldades financeiras da AMBC. Dessa forma, o mesmo foi idealizado de forma que pudesse ser construído em etapas. Para isso, pensamos na constituição de um todo integrado, mas formado a partir de volumes com estruturas construtivas autônomas, conforme será apresentado no memorial descritivo do produto.

17 Fase em que o arquiteto desenvolve plantas mais detalhadas do projeto, bem como maquetes virtuais do mesmo, de modo que o contratante possa, após compreender a proposta e o seu conceito, aprova-lo. Assim, este produto que entregamos, já aprovado, está apto a seguir para as etapas posteriores, onde será desenvolvido os projetos complementares como: estrutural, hidrosanitário, elétrico e preventivo de incêndio (quando necessário).

Vale ressaltar que, após o término da pesquisa de campo e aprovação desse Anteprojeto, os participantes apresentaram demandas que exigiram intervenções no mesmo, a fim melhor responder as necessidades emergenciais para a continuidade da obra.

Atendendo a nova demanda, este espaço que seria aberto ganha alvenaria de tijolo para se transformar em um ambiente multiuso, onde possa funcionar, provisoriamente, a administração da associação e como espaço de reuniões e realização de atividades diversas.

Outra intervenção foi a inserção, nesse projeto, do “Espaço de Referência”. A comunidade do Coqueiro da Praia teve sua origem tradicionalmente ligada à pesca artesanal que, além de ser uma técnica de exploração de recursos marinhos sustentáveis e que preserva a biodiversidade do ecossistema, ainda carrega uma série de conhecimentos ancestrais, são saberes e fazeres populares, remanescentes da cultura indígena, transmitidos oralmente de geração em geração que merecem ser valorizados como manifestações originais e contribuição dos pescadores para a formação da identidade do lugar.

Dessa forma, o processo de musealização que se deseja implantar objetiva pesquisar, preservar e comunicar, principalmente as artes, artefatos e embarcações ligados a essa atividade identitária da comunidade. Assim, durante este processo de musealização que iniciamos no território, adquirimos nosso primeiro objeto que integrará o cenário da futura sede da AMBC. Trata-se de uma embarcação que há tempos estava abandonada na praia, tendo em vista que a mesma não mais apresentou condições de ser recuperada para continuar navegando (Figura 18).



18

Figura 18 .

Embarcação utilizada na atividade da pesca artesanal. Primeiro objeto musealizados e se encontra no terreno da AMBC

Fonte: Cassia Moura, 2017

Marília Cury (1999) acredita que a musealização é um processo de valorização de objetos que passa por diversas fases: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. Nesse diapasão, a retirada física da embarcação abandonada da praia e a sua transferência para o terreno destinado à construção da sede da AMBC, que também se constituirá como um polo do MUDE, deve ser encarada como uma mudança de contexto do objeto que irá favorecer o estudo do mesmo visto como “testemunho material e imaterial do homem e seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim, uma realidade específica” (DESVALÉES e MAIRESSE, 2010, p. 48).

O “Espaço de Referência” foi desenvolvido no projeto arquitetônico para abrigar essa embarcação que carrega memórias e informações da vida do pescador e da atividade da pesca que estão sendo pesquisadas e documentadas de forma sensível, para que essas memórias sejam preservadas, agregando-lhes valores e lhe atribuindo função de documento e divulgação dentro do contexto e da realidade local de que faz parte. É nesse sentido abrangente que pensamos a musealização, além da manutenção da integridade física do objeto, desenvolvemos atividades de documentação, registro, preservação e comunicação para toda a sociedade, incluindo as futuras gerações.

Essas demandas foram analisadas e já incluídas no Anteprojeto. Dessa forma, percebemos que não podemos estabelecer amarras para a criatividade e ideias inovadoras que ainda possam surgir até o final do percurso e execução do projeto arquitetônico. A pesquisa-ação, como um “subprojeto” do Projeto Matriz, pode ser assumida por um outro pesquisador que venha a intervir nesse território, bem como, na ausência da autora desse “subprojeto” no território, outro profissional, devidamente habilitado, poderá realizar intervenções no mesmo, desde que sejam resguardado o interesse da comunidade.

Um dos objetivos do projeto-ação é buscar a autossustentabilidade do lugar. Durante nosso trajeto, encontramos formas de demonstrar aos participantes que é possível alcançar os objetivos percorridos quando unimos forças e buscamos soluções inovadoras, criativas e de resistência dos participantes, para alcançá-los. A comunidade é um ser vivo e se movimenta. Tornar ad perpetum este projeto arquitetônico que foi idealizado para as necessidades do hoje frente a latência do cotidiano, é condenar a sua sobrevivência no futuro. Dessa forma, mesmo reconhecendo a responsabilidade

sobre o mesmo e estando disposta a continuar acompanhando e contribuindo com o PPGAPM, liberto-me de qualquer vaidade sobre a sua autoria em favor de uma comunidade viva e criativa, em constante mudança.

Trazemos, mais adiante, o Memorial Descritivo do Projeto Arquitetônico que irá fornecer todo suporte gráfico digital para facilitar a percepção e entendimento do mesmo, permitindo, ainda, explicar e justificar as escolhas de ordem funcionais, tecnológicas ou estéticas do Projeto Arquitetônico.



MEMORIAL DESCRITIVO- JUSTIFICATIVO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

O presente Projeto Arquitetônico, em fase de Anteprojeto, destina-se a implantação da sede da Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro – AMBC, edificação de uso social que visa atender a comunidade local, desenvolvendo atividades culturais, recreativas e profissionalizantes, podendo desempenhar o uso, paralelamente, de um espaço de memória, informação e divulgação das referências culturais do lugar, a exemplo dos museus comunitários.

O Memorial Descritivo traz todo o projeto da forma exata em que o mesmo será executado, apresentando suas estruturas, acabamentos e instalações. Entretanto, o presente projeto arquitetônico, como já explicitado, ainda poderá passar por transformações e/ou adaptações, tendo em vista a condicionante, principalmente, de ordem financeira da AMBC. O memorial justificativo, por sua vez, busca enfatizar os porquês e as intenções da responsável técnica pelo projeto aos usuários. Assim, descrevemos as nossas intenções e propomos alternativas referenciais para o edifício que pode ser considerado ao longo do seu processo de execução.

O anteprojeto é desenvolvido a partir do estudo preliminar e deverá abranger os aspectos referentes à concepção, dimensionamento e caracterização dos espaços com proposta para todos os ambientes, a volumetria do edifício e a definição do esquema estrutural e das instalações gerais. Tais definições serão estabelecidas com base nas orientações e considerações de aspectos como: conforto ambiental, tecnológico e econômico.

Assim, o anteprojeto visa a aferição e aprovação da proposta pelo contratante, proporcionando informações técnicas sobre o edifício, que darão suporte aos projetos complementares ao projeto de arquitetura, bem como possibilitar o cálculo estimativo orçamentário. Dessa forma, apresentamos os seguintes documentos: planta de situação, planta baixa, planta de cobertura, cortes, fachadas, memorial justificativo abrangendo aspectos construtivos, discriminação técnica, sugestão de materiais, além de perspectivas, maquete virtuais e uma planilha orçamentária de custo, conforme Projeto Arquitetônico apensado (Apêndice - Volume II).

Partimos da premissa básica de desenvolver uma arquitetura com linguagem simples, inovadora e ao mesmo tempo funcional e confortável e intimamente relacionada

com o lugar e as pessoas. Acreditamos que a qualidade dos espaços interfere na qualidade de vida e bem estar do usuário e foi a partir dessa certeza que desenvolvemos esta proposta, considerando relevante os diálogos e as opiniões de representantes da comunidade sobre suas carências, problemas, necessidades, anseios e preocupações. Todos os diálogos, formais e informais, estabelecidos com os participantes foram significativos e tiveram responsabilidade sobre as alterações e adequações com relação aos aspectos formais e a funcionalidade dos ambientes projetados.

Para descrever este memorial, seguimos uma ordem projetual disposta em três segmentos: Estudo Preliminar, Condicionantes do Partido Arquitetônico e o Projeto Arquitetônico, a fim de justificar as escolhas técnicas concebidas, servindo como parâmetro para a execução da obra.

7.1. Estudo Preliminar

O trabalho do arquiteto segue condicionantes de dois aspectos essenciais, a natureza e a sociedade. Dessa forma, antes de partir para as observações de caráter mais técnico, o projeto arquitetônico deve ser concebido sob uma ótica sensível das relações do homem com o espaço em que vive e transforma.

Temos que a arquitetura é um instrumento cultural e durante seu processo de criação deve se alimentar de valores incorporadores de relevância ao passado, funcionalidade no momento presente e de respeito às necessidades do homem no futuro. Desconsiderar tais premissas é curvar-se diante de uma materialização descuidada de construção do espaço em nossas cidades, deterioração da paisagem cultural e sem comprometimento com a qualidade de vida. Habitamos o campo das nossas relações cotidianas, qualificar esse espaço é uma questão cultural urgente.

Diante de tais considerações, manifestamos a relevância da pesquisa de campo no cumprimento exaustivo dessa primeira etapa.

Figura 19 .
Acesso ao Bairro do Coqueiro pela PI-116

19

Fonte: Gardênia Angelim, manipulado por Jordana Souza, 2018.

7.1.1. Dados Gerais

Proprietário: Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro – AMBC

Endereço: Rua Miguel de Paulo, 11088, Bairro Coqueiro, Luís Correia-PI

Tipo de Obra: Uso social e cultural

Finalidade: Construção da Sede da AMBC

Descrição: Edifício de térreo

Terreno: Localizado na Macrozona Urbana - Zona de Consolidação II (ZCO II) do Município de Luís Correia – PI

Área do terreno: 716,00 m² (31,50 x 22,75m)

7.1.2. Levantamento e implantação

No levantamento procuramos apresentar os aspectos urbanos, bem como as características de infraestrutura existente na região e que foram considerados relevantes na definição do partido arquitetônico.

O Município de Luís Correia-PI está a aproximadamente 350 km da Capital do Estado, Teresina. O percurso principal entre as duas cidades se dá através da BR-343 que liga Teresina à Parnaíba, seguindo pela PI 116 até Luís Correia. O Bairro do Coqueiro fica a 11 km da sede desse município e o percurso até lá continua pela PI-116 (Figura 19).



O terreno destinado à construção da sede da AMBC encontra-se em uma localização de fácil acesso dentro do Bairro do Coqueiro que, apesar de possuir um sistema viário básico, com vias locais sem pavimentação, utiliza-se da PI-116 como via estruturante de acesso ao bairro com duas entradas principais. Além disso, para facilitar a localização do edifício no bairro, sugere-se uso de placas indicativas em pontos estratégicos, conforme apontado na figura abaixo (Figura 20).



Figura 20 .
Vias de acesso ao terreno da AMBC no Bairro do Coqueiro
Fonte: Gardênia Angelim, manipulado por Jordana Souza, 2018.

A análise da implantação de um edifício deve percorrer o conceito de formação da cidade ou localidade onde o mesmo será inserido. Esse estudo é feito caso a caso, visto que cada terreno possui características peculiares relativo à sua morfologia, orientação, inserção social. A implantação deve observar ainda a rede de oportunidades de infraestrutura do lugar, ou seja, proximidades com escolas, hospitais, pontos de ônibus, praças públicas. Dessa forma, traçamos o raio de aproximação do terreno com as oportunidades vizinhas (Figura 21).

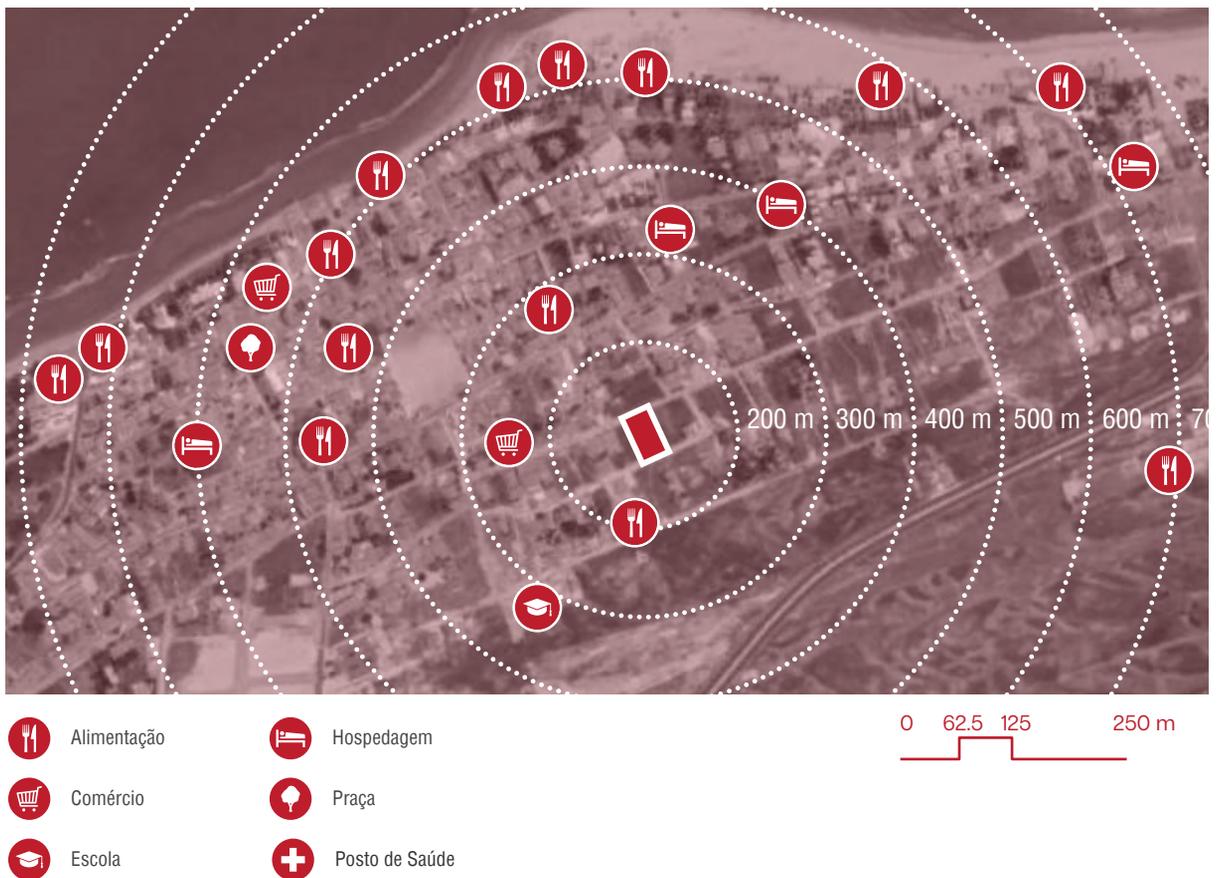


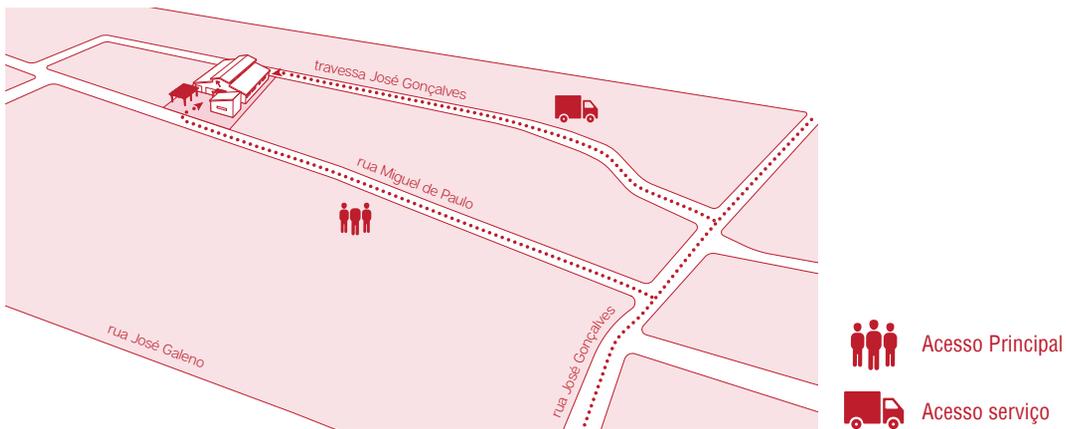
Figura 21.

Raio de oportunidade de infraestrutura no entorno do terreno da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, manipulado por Jordana Souza, 2018.

O lote onde será construído o edifício vai de um lado a outro da quadra e, portanto, possui duas vias de acesso. Optou-se por implantar a edificação com a fachada principal voltada para a rua Miguel Couto, vez que o tráfego por essa via possui maior fluidez e continuidade, ao passo que a rua da fachada posterior é uma travessa com fluxo interrompido, razão pela qual ficou destinada para o acesso de serviço (Figuras 22, 23 e 24).

Importante ressaltar que as quadras e lotes do bairro apresentam conformação variada, sem um padrão estabelecido, dessa forma, é comum a presença de travessas, becos e vielas, denotando a falta de planejamento do bairro.



22

Figura 22 .

Localização do terreno da AMBC e ruas de acesso

Fonte: Gardênia Angelim, manipulado por Jordana Souza, 2018.

23

Figura 23 .

Fachada de acesso a serviços na sede da AMBC

24

Figura 24 .

Fachada de acesso do público à sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

Quando se projeta um edifício observando os aspectos urbanísticos e complementares da cidade, torna-se mais fácil a sua integração à paisagem urbana. Pensando nessa integração, o projeto arquitetônico para a sede da AMBC intenta trazer um novo vigor para o lugar, partindo de uma visão macro do local e de todas as suas interfaces, recriando e respeitando o entorno, a vizinhança e a história do bairro. O conceito que envolve todo o projeto repousa sobre o desejo de que o mesmo seja o reflexo da integração das soluções, espaço, pessoas e sonhos.

7.2. Condicionantes do Partido Arquitetônico

A elaboração de um projeto para construção de uma edificação precisa ser desenvolvida de acordo com as necessidades do usuário e em observância a uma série de outros fatores e requisitos, considerando o clima local, o terreno, os condicionantes legais e financeiros, as técnicas construtivas disponíveis na região como veremos cada uma delas, de forma pontual, aplicadas a esse projeto específico.

7.2.1. Programa de Necessidades

Cabe ao arquiteto criar espaços para a sociedade, o que requer domínio no processo de produção, tanto nos seus meios, quanto nos seus fins. Além disso, sugere um repertório cultural abrangente, principalmente por lidar com anseios das pessoas e a concretização de seus objetivos. Em razão disso, o espaço físico deve ser pensado de modo a adquirir estabilidade, funções adequadas e proporcionar bem-estar ao usuário na sua vivência em sociedade.

É preciso se ter definido qual o objetivo do projeto, a quem irá atender e a função que irá desempenhar. Este projeto se destina a instalação de uma sede para uma Associação de Moradores de Bairro, o que já prever um uso social aberto ao público, principalmente, local. Não obstante, o mesmo poderá desempenhar a função de um museu de base comunitária, que na sua essência, já desempenha funções semelhantes das Associações de Bairro, qual seja, estar a serviço da comunidade onde está inserido.

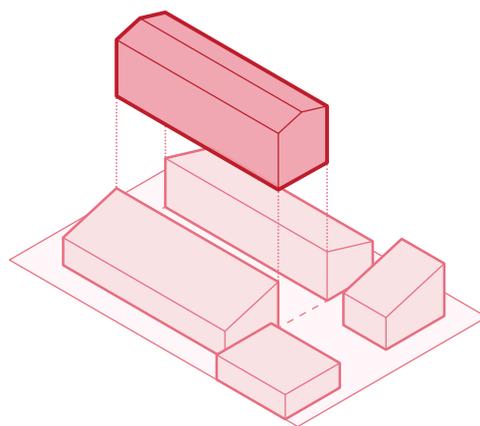
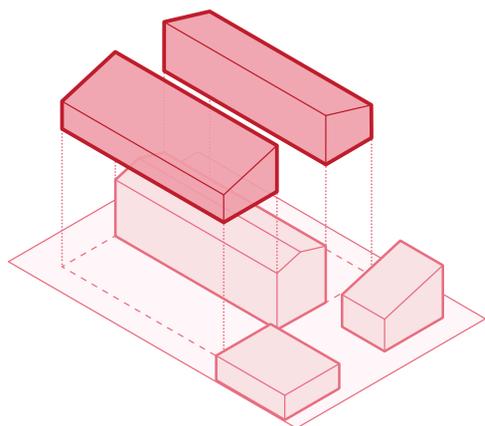
Atendendo a tais requisitos preliminares de desejos da comunidade, o edifício principal abrigará salas de multiuso, administração, almoxarifado, auditório, cozinha/escola, despensa, depósito, banheiros e espaço coberto para eventos. Adota-se a configuração de uma arquitetura de simples linguagem, preocupada, especialmente com a funcionalidade e conforto (Figura 25).



25 **Figura 25 .**
Programa de necessidades, em planta, da sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

O programa reduzido e funcional para o prédio sede foi resolvido a partir da implantação de dois blocos lineares com estruturas construtivas independentes (Figura 26) que se ligam por uma cobertura com características bioclimática formando um todo integrado de volume único (Figura 27), aqui denominado de “Espaço Sede” (Figura 28).



26 27

28

Figura 26 .

Volumes independentes para composição do Edifício Sede da AMBC

Figura 27 .

Inserção da cobertura unindo os dois volumes independentes que compõem o Espaço Sede da AMBC

Figura 28 .

Maquete virtual do Espaço Sede da AMBC

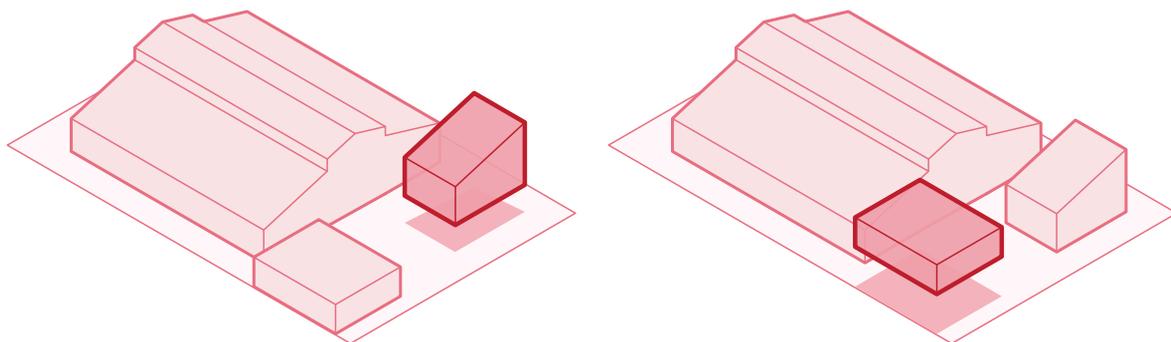
Fonte: Gardênia Angelim, 2018.



O projeto contempla um “Espaço de Acolhida”, ambiente externo onde o morador e/ou visitante possa receber ser recebido e convidado a entrar e a compartilhar de momentos em sociedade, estabelecendo uma relação de troca de experiências particulares e o cotidiano do lugar. Inicialmente pensamos que o mesmo pudesse funcionar como recepção, no entanto, o conceito desse projeto, prima pela participação, onde se considera importante todas as relações de partilha. Assim, o formalismo impresso pelo espaço tradicional de uma recepção poderia intimidar a visita espontânea, envolvimento e participação voluntária de um espaço projetado para todos, sem hierarquia (Figura 29).

A preocupação com a identidade cultural é um fator predominante nesse projeto que pensa também em abrigar um museu comunitário e que, durante o desenvolvimento dessa pesquisa-ação, já adquiriu o seu primeiro objeto musealizados, uma embarcação doada por um pescador local que carrega memórias e histórias da

antiga Vila de Pescadores do Coqueiro. Essa embarcação é testemunho material e imaterial da atividade da pesca tradicional e da paisagem cultural do lugar, portanto, merece um lugar de destaque dentro do projeto, a fim de que seja conservada e sirva como instrumento de comunicação e divulgação do patrimônio cultural do Bairro do Coqueiro, tanto aos seus moradores, quanto para os visitantes, o qual chamamos de “Espaço de Referência” (Figura 30 e 31).



29 30
31

Figura 29 .

Indicação do “Espaço de Acolhida” no terreno da AMBC

Figura 30 .

Indicação do “Espaço de Referência” no terreno da AMBC

Figura 31 .

Maquete Virtual dos espaços que compõem o conjunto da sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.



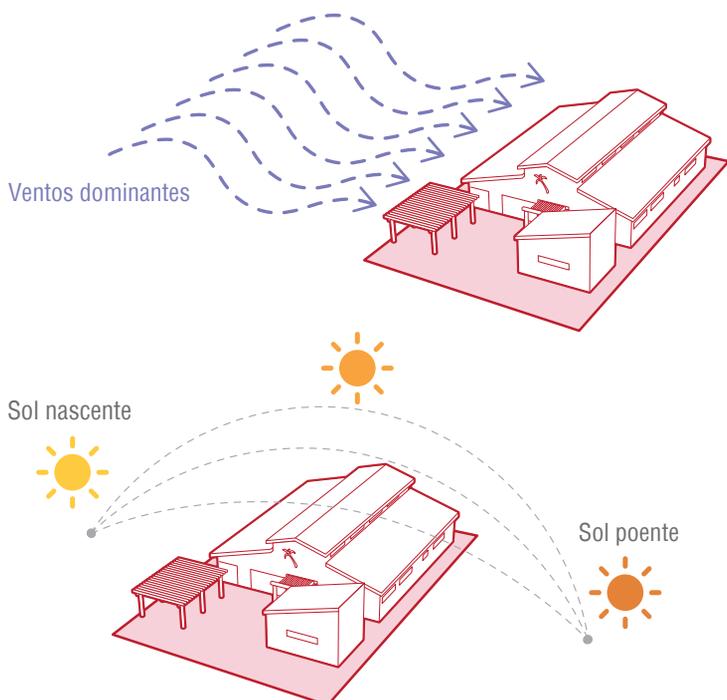
O Espaço de Referência, apesar de ser apresentado como um volume construtivo, na verdade se trata de um caramanchão, estrutura de uso paisagístico feita para comportar trepadeiras e permitir que elas se desenvolvam sem empecilhos e de forma natural, e que, nesse caso, foi pensada para abrigar a embarcação, elemento representativo da memória do lugar.

7.2.2. Aspectos Climáticos

Dentre as condicionantes relevantes para a escolha do partido arquitetônico para um edifício, temos a necessidade da análise climática do lugar onde o mesmo será implantado, para que possamos tomar decisões, considerando o clima da região, impedindo a incidência de um ou mais agentes climáticos desfavoráveis, com o intuito de propiciar situações de conforto.

Segundo, Bittencourt, Dominguez e Filho, o Município de Luís Correia apresenta clima quente tropical e com temperaturas mínimas de 25° C e máximas de 32°. A precipitação pluviométrica média anual é determinada pelo período de 5 a 6 meses, onde as chuvas são frequentes, com umidade maior nos meses de fevereiro, março e abril. O período restante do ano apresenta estação seca.

Os ventos dominantes (Figura 32) e a trajetória solar (Figura 33) oriundas do Leste, foram determinantes na escolha do formato alongado para o edifício, o que visa garantir a iluminação no interior do mesmo; bem como, na sugestão de uso de alguns elementos construtivos na edificação para aproveitar a ventilação natural e garantir o conforto climático, principalmente no Espaço Sede, conforme veremos mais adiante.



32

Figura 32 .

Incidência dos ventos dominantes no terreno da AMBC

33

Figura 33 .

Incidência da trajetória solar no terreno da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, manipulado por Jordana Souza, 2018.

A presença do sol o ano todo e o clima tropical quente necessitam de soluções que promovam a ventilação natural e conforto térmico suficientes para evitar o uso de sistemas de ar-condicionado e contribuir com a sustentabilidade do edifício.

7.2.3. Condicionantes Físicas

Depois de analisar o espaço destinado a construção do edifício no seu contexto urbano, observando: o entorno, acessos, equipamentos e facilidades urbanas disponíveis, clima, entre outros, passamos a análise das condicionantes físicas do terreno.

O lote destinado a construção da Sede da AMBC, embora não tenha sido submetido a um estudo topográfico, apresenta um visível desnível em relação ao nível da rua, mensurado por um participante da pesquisa, Sr. Francisco, pedreiro da região. Trata-se de um desnível leve que se dá, de forma gradativa, da fachada norte para a fachada sul, sem alcançar grandes alturas.

Segundo informações do Sr. Francisco, essa característica física do terreno é decorrente da existência, no passado, de uma lagoa no local. Segundo ele, em período chuvoso, o espaço acumula água. Com base nessa informação, considera-se a possibilidade de uso de aterro no lugar com o intuito de evitar problemas futuros. Entretanto, para garantir um melhor diagnóstico e checagem dessas informações, ressalta-se a necessidade de uma avaliação técnica de profissional capacitado e assim, após cuidadoso levantamento topográfico, obtermos um mapeamento completo das características da superfície do terreno.

7.2.4. Condicionantes Legais

Cumprando ao Município, juntamente com outros órgãos públicos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Corpo de Bombeiros, etc.), estabelecer normas e decretos limitando e orientando os parâmetros para cada zona ou bairro

da cidade, aspectos que não podem passar despercebidos pelo arquiteto. Neste caso específico, por se tratar de um projeto arquitetônico em fase de Anteprojeto atentamos especialmente aos parâmetros pré-estabelecidos pelo Município de Luís Correia sobre Uso e Ocupação do Solo, Lei nº 697/2010 (LUÍS CORREIA, 2010).

Dessa forma, o terreno se enquadra dentro da ZCO II e a lei prevê os usos permitidos para cada Zona. Edifícios construídos para desempenhar função institucional tem uso prioritário dentro da ZCO II, o que se aplica ao caso das Associações de Moradores do Bairro, conforme definido no artigo 9º da citada lei e demonstrado na tabela abaixo (Tabela 01)

ZONA DE USO	CATEGORIAS DE USOS PERMITIDOS		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO		DENSIDADE RESIDENCIAL BRUTA MÁXIMA (hab/ha)	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA	ALTURA MÁXIMA (m)	RECUOS MÍNIMOS (m)		
	PRIORITARIAMENTE	SECUNDARIAMENTE	MÍNIMO	BÁSICO					FRENTE	FUNDO	LATERAL (no caso de aberturas)
Zona de Consolidação I (ZCO I)	CS1/CS2 IA1/IA2	HB1/HB2 INST1 INST2/PE	0,3	1,0	180	0,7	0,2	12,5	3,0	2,0	1,50
Zona de Consolidação II (ZCO II)	CS1/CS2 INST1/IA1	HB1/HB2/ PE	0,2	1,0	120	0,7	0,2	12,5	-	2,0	1,50
Zona de Uso Residencial e de especial Interesse Turístico I (ZURIT I)	HB1/HB2	CS1/CS2 INST1/IA1 PE	-	1,0	50	0,6	0,3	15	3,0	3,0	1,50
Zona de Uso Residencial e de especial Interesse Turístico II (ZURIT II)	HB1/HB2	CS1/CS2 INST1/IA1 PE/ESP	-	2,5	80	0,6	0,3	20	3,0	3,0	1,50
Zona de Uso Comercial (ZUC)	CS1/HB1 HB2	INST1/IA1 PE	0,3	1,0	-	0,7	0,2	15	-	3,0	1,50
Zona de Interesse Turístico (ZIT)	CS1/HB1	ESP	-	1,0	-	0,7	0,2	15	-	3,0	1,50
Zona Portuária e Industrial (ZPIN)	CS1/CS2 IA1/IA2	HB1/HB2 INST1 INST2/PE	-	2,0	-	0,7	0,3	20	3,0	3,0	1,50
Zona de Contenção Urbana (ZCU)	HB1/HB2	CS1/INST1 IA1/PE	0,2	1,0	50	0,7	0,3	7	2,0	2,0	1,50
Zona de Ocupação Controlada (ZOC)	HB1/HB2 HB3	CS1/INST1 IA1/PE	0,2	1,0	25	0,6	0,4	7	2,0	2,0	1,50
Zona Especial de Interesse Paisagístico (ZEIP)	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona Especial de Interesse Social com Prioridade de Remoção (ZEIS I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona Especial de Interesse Social de Qualificação e Urbanização (ZEIS II)	HB1/HB2	CS1/INST1 IA1/PE	-	1,0	120	0,7	0,3	7	-	2,0	1,50

Tabela 01.

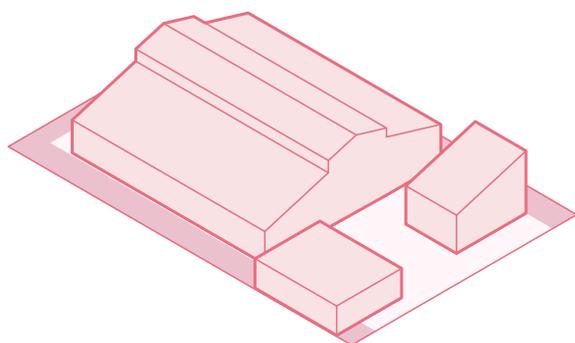
Atividades permitidas e índices de ocupação do solo no Município de Luís Correia. Destaque para Zona de Consolidação II – Coqueiro da Praia

Fonte: Lei nº 697/2010 (LUÍS CORREIA, 2010)

Seguindo as demais condicionantes legais, especificamente as determinadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Luís Correia, o projeto arquitetônico buscou se adequar a todas as determinações estabelecidas pela norma, conforme demonstrado na tabela (Tabela 02) e imagem (Figura 34) abaixo.

QUADRO DE ÁREAS	Terreno (31,50 x 22, 75)	716,62 m ²
	Área de construção total	365,82 m ²
	Área de Cobertura	485,35 m ²
	Área Permeável	96,01 m ²
	Taxa de Ocupação	51,04%

Tabela 02 .
02 Quadro de áreas do Projeto Arquitetônico da sede da AMBC
Fonte: Gardênia Angelim, 2018.



Delimitação dos recuos no lote			
ZCO II RECUOS MINIMOS	FRENTE	FUNDO	LATERAL (no caso de aberturas)
	0 m	1,5 m	2 m

Figura 34 .
34 Recuos da implantação do edifício no lote

Fonte: Gardênia Angelim, 2018

Segundo o inciso XIV, da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Luís Correia, considera-se recuo mínimo a menor distância da edificação à testada do lote (LUÍS CORREIA, 2010).

7.2.5. Condicionantes Financeiras

Dentre todas as condicionantes deste projeto arquitetônico, têm-se a de ordem financeira como a mais limitante a concretização do mesmo. É ela também que impossibilita a determinação prévia dos materiais a serem usados, bem como, o cronograma de obra. Por se tratar de uma obra comunitária, tudo vai depender da

capacidade dos atores locais para a captação de recursos e mobilização do grupo, necessários para dar seguimento à obra. Por essa razão, o projeto foi pensado de modo a poder ser executado em etapas e com flexibilidade para se adaptar às demandas da comunidade.

A flexibilidade pensada para o partido arquitetônico adotado, composto por espaços independentes e volumes com estruturas autônomas, permitiu, antes mesmo do término desta pesquisa-ação, a adequação de uso dos espaços, a fim dar soluções à problemas que surgiram no decorrer do trabalho e que não puderam ser previstos.

Assim, em decorrência da pendência fiscal da AMBC junto a Receita Federal, a Associação teve que usar todo o seu recurso destinado à construção da sede para quitar a dívida gerada junto àquele órgão público. Dessa forma, o “Espaço de Acolhimento” - inicialmente pensado como: um espaço externo coberto, para realização de oficinas ao ar livre, roda de conversas, atividades com crianças, entre outros – agora, que já conta com as bases estruturais prontas, receberá paredes para poder funcionar como espaço administrativo temporário e multifuncional, onde se possa realizar as reuniões, encontros e atividades com a comunidade.

7.2.6. Técnicas Construtivas

Em projetos sociais e de uso comunitário é importante que as peculiaridades arquitetônicas regionais sejam resgatadas, a fim de promover experiências culturais enriquecedoras a todos os usuários. Ressaltamos a importância de se pensar na autoconstrução, encabeçada pelos moradores com o desenvolvimento de técnicas construtivas variáveis e de fácil alcance, utilizando-se das variedades dos materiais, das artes e artesanatos local e, conseqüentemente, elevando-se o padrão arquitetônico em perfeita harmonia com a paisagem cultural do lugar.

A valorização da paisagem aumenta o interesse e entusiasmo da comunidade e cria ambientes acolhedores para todos que visitam o espaço, proporcionando conforto e a tecnologia que a vida moderna oferece.

Na apresentação do projeto arquitetônico, apresentamos diversas soluções construtivas que poderão ser executadas no edifício, primando pelo conforto e

economia da construção. Entretanto, apesar dessas técnicas serem sugestões guias para a execução, apontamos a necessidade do uso da tecnologia tradicional para a execução da parte estrutural do edifício, composto por fundações, vigas e pilares com uso de concreto armado, cuidadosamente dimensionados, com o intuito de suportar todas as cargas do edifício e as intempéries que o mesmo será submetido.

No cenário contemporâneo, a preocupação contínua com a preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, exige dos profissionais alternativas de amenizar os problemas do descarte de resíduos que trazem sérios prejuízos ambientais. A necessidade de aterro no terreno da Associação, traz a oportunidades de se utilizar entulhos de construções, muito presente no bairro, vista como uma solução viável e ambientalmente correta para o problema de desnível do terreno.

7.3. Projeto Arquitetônico

Apresentamos, materializado neste Projeto Arquitetônico, o resultado das análises de todas as condicionantes observadas, que buscou criar espaços integrados e ajustado à realidade do lugar, com o intuito de promover a interação entre o cotidiano e a forma, estimulando as relações saudáveis entre o usuário e o edifício. Para tanto, não nos condicionamos a questões estéticas, preferimos focar na funcionalidade e na viabilidade da sua execução, desenvolvendo espaços responsáveis com o compromisso de atender às necessidades mais emergentes da comunidade e continuar provocando a motivação e a união da mesma na busca por condições cada vez melhores para o lugar.

Os ambientes foram pensados de modo a proporcionar a inclusão, acessibilidade, sustentabilidade e respeito à identidade do lugar. Acreditamos que o ambiente projetado é capaz de moldar comportamentos e promover boas relações entre as pessoas, garantindo melhor qualidade de vida a elas.

7.3.1. Ambientes e Usos

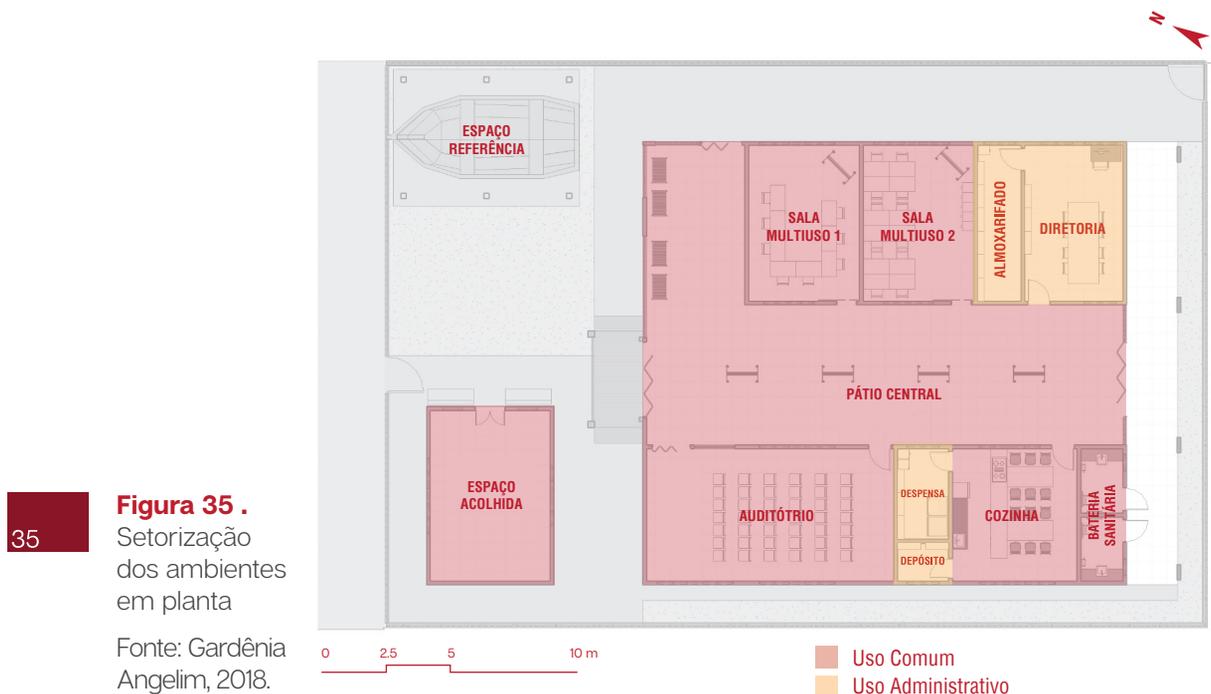
Após a análise das necessidades dos espaços de acordo com o uso que o edifício irá desempenhar, definimos os ambientes, levando-se em conta as dimensões,

comodidades e organização dos espaços internos. Dessa forma, apresentamos a distribuição dos espaços de convivência e a disposição dos ambientes que compõem o Espaço Sede (Tabela 03).

PROGRAMA DE NECESSIDADES	Espaço de Acolhida	31,49 m ²
		Espaço Sede
	Pátio Interno	127,82 m ²
	Sala Multiuso 01	26,58 m ²
	Sala Multiuso 02	26,58 m ²
	Diretoria/Reunião	23,53 m ²
	Almoxarifado	10,39 m ²
	Cozinha/escola	25,48 m ²
	Depósito	7,10 m ²
	Despensa	3,00 m ²
	Auditório	50,44 m ²

03 **Tabela 03 .**
 Quadro do programa de necessidades com áreas da sede da AMBC
 Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

Por se tratar de um edifício de interesse social e comunitário, os espaços e ambientes são de uso, predominantemente, comum. O fluxo entre os espaços e os ambientes internos são intuitivos, sem grande complexidade. Os dois blocos lineares estão integrados por um pátio central, espaço sem divisórias interna, que oferece ao usuário acesso a todos os ambientes de uso comum (Figura 35).

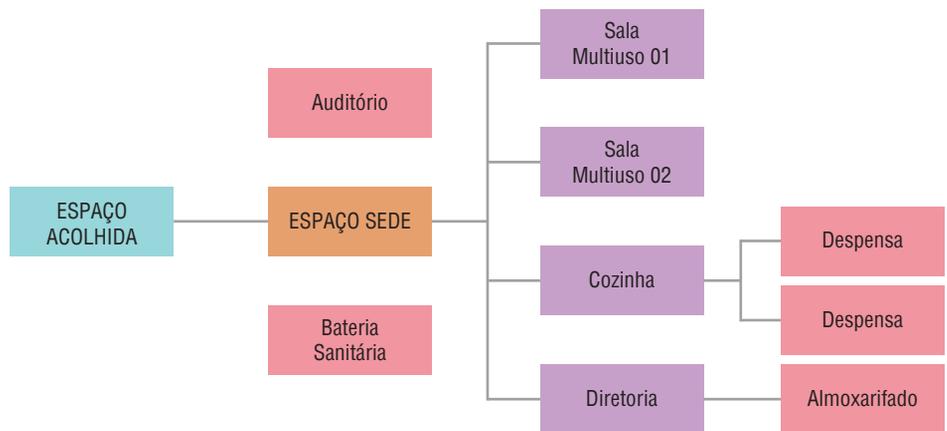


35 **Figura 35 .**
 Setorização dos ambientes em planta
 Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

Os espaços alocados no terreno permitem uma exploração livre e sem barreiras entre eles. A intenção é que a comunidade usufrua dos ambientes e se aproprie das instalações como se fosse uma extensão da sua casa, sentindo-se à vontade para interagir e se relacionar com os demais usuários e com o lugar.

O fluxograma traz a representação esquemática e descomplicada que ilustra o trânsito entre os espaços construídos e os acessos possíveis entre os diversos ambientes da edificação. As linhas representam as ligações diretas entre os espaços e/ou ambientes.

36
Figura 36 .
Fluxograma de trânsito entre os espaços e/ou ambientes no conjunto projetado
Fonte: Gardênia Angelim, 2018.



Passamos a apresentar, individualmente, todos os espaços e ambientes projetado para a Sede da Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro, justificando as escolhas a partir do uso e das funções que os mesmos irão desempenhar.

7.3.1.1. Espaço de Acolhida

Circunstâncias inesperadas no decorrer da pesquisa-ação, exigiram que retomássemos nossa atenção para o “Espaço de Acolhida”, oferecendo-lhe uma nova perspectiva de uso. Inicialmente pensado como um espaço aberto no exterior do edifício sede, sofreu adequações, de caráter provisório, a fim de poder funcionar como um espaço administrativo da Associação, bem como, um ambiente onde se possa realizar reuniões ou encontros com a comunidade, atendendo, assim, as demandas mais urgentes da AMBC nesse momento (Figura 37).

A condição econômica vulnerável da AMBC, não permite estimar um prazo para que se consiga executar todo o projeto da forma como o mesmo foi idealizado. No entanto, os espaços de usos independentes e as estruturas autônomas de cada volume, oferecem a flexibilidade para a execução do projeto em várias etapas, acompanhando o ritmo do cotidiano e das conquistas da comunidade para a concretização desse sonho.



37

Figura 37 .
Maquete virtual
do Espaço
de Acolhida -
alteração de uso

Fonte: Gardênia
Angelim, 2018.

7.3.1.2. Espaço Sede

O programa de necessidade apresentado pelos participantes está traduzido na leitura do “Espaço Sede”, que também reflete as observações e considerações das condicionantes analisadas. Adotou-se a configuração de uma arquitetura de fácil leitura, com o propósito de otimizar os espaços, definir a forma e planejar o conforto dos ambientes, a fim de contribuir com o desenvolvimento intelectual e produtivo dos usuários.

Os dois volumes lineares independentes que delimitam este espaço se integram em um único corpo, formando o ambiente central do edifício, traduzido em um grande pátio que, além de ser destinado ao trânsito e acesso aos demais ambientes, pode ser usado para realização de evento, exposições, feiras locais e encontros dos usuários (Figuras 38 e 39).



38

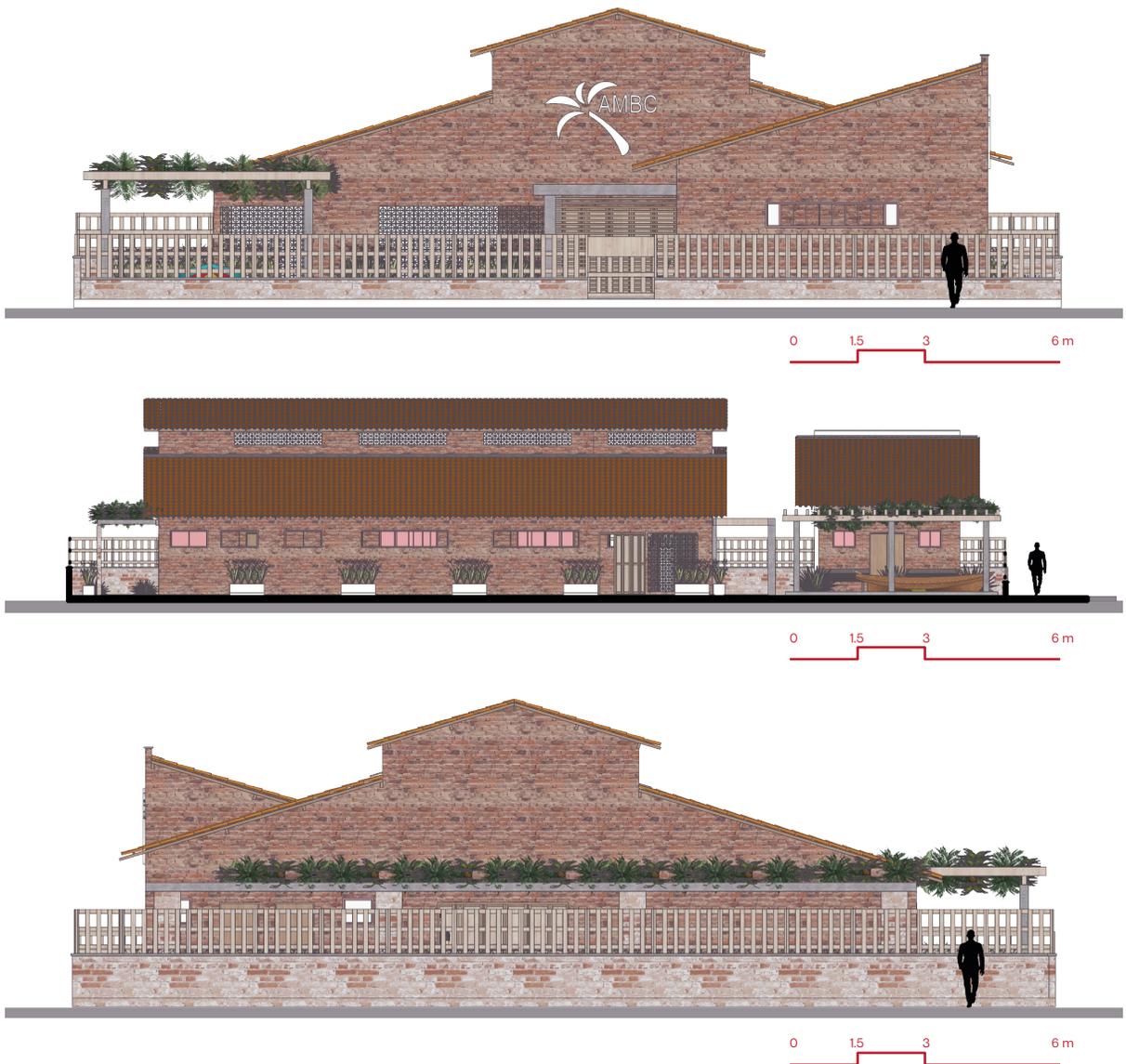
Figura 38 .
Pátio Central no interior do Espaço Sede

39

Figura 39 .
Pátio Central no interior do Espaço Sede.
Destaque para os elementos vazados nas fachadas Norte e Leste

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

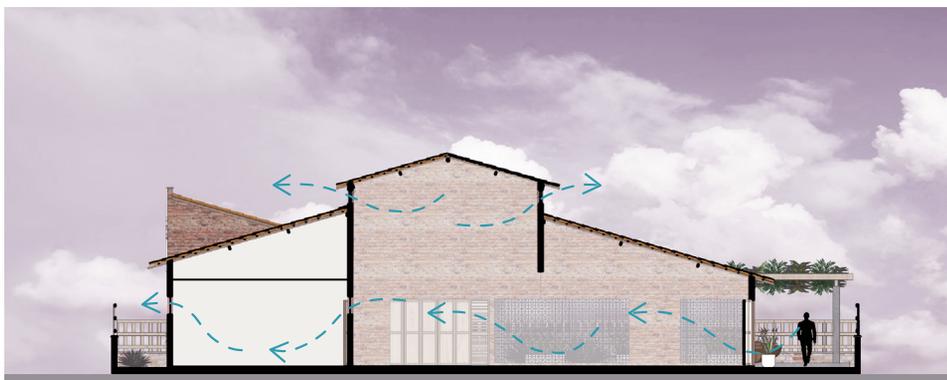
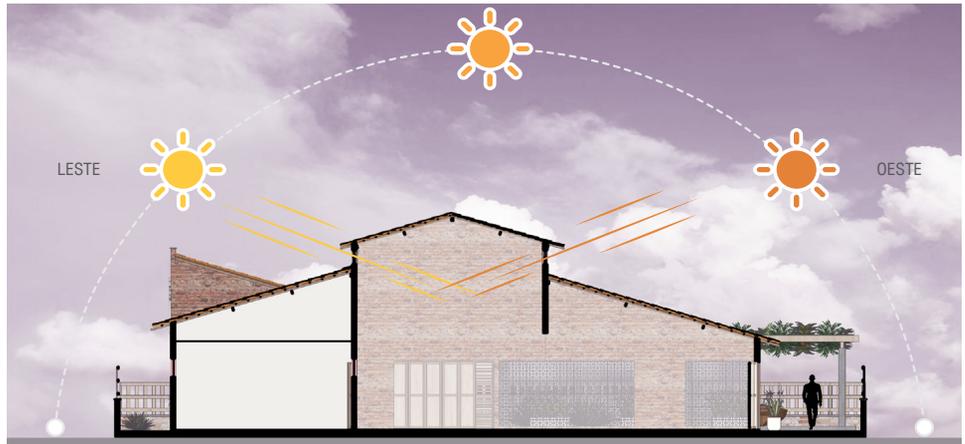
Voltando-se às imagens, percebem-se as soluções apresentadas a partir das condições climáticas da região para melhor aproveitamento da energia solar e dos ventos dominantes. Lançando-se mão de métodos construtivos simples e de fácil acesso no local. Utilizamos elementos vazados (cobogós) nas fachadas Norte (Figura 40), Leste (Figura 41) e Sul (Figura 42), de modo a permitir a entrada e saídas da iluminação e ventilação natural no interior do edifício.



- 40 **Figura 40 .**
Fachada Norte da sede da AMBC
- 41 **Figura 41 .**
Fachada Leste da sede da AMBC
- 42 **Figura 42 .**
Fachada Sul da sede da AMBC

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

A cobertura central, utilizada para integrar os volumes independentes, foi projetada a partir dos avanços das paredes perimetrais internas dos dois volumes, de modo a receber a cobertura, bem como, elementos vazados que permitem a saída do ar quente do interior do edifício e entrada de iluminação natural (Figuras 43 e 44).



Seguindo o programa de necessidade, o volume da fachada oeste abriga o auditório (Figura 45), a cozinha/escola (Figura 46), despensa, depósito e banheiros. Para o auditório, projetamos um espaço onde possa promover palestras, reuniões, cursos, apresentações artísticas e culturais, projeção de filmes, entre outros, mas que também pode se destinar a exposições temporárias, já prevendo o uso do edifício como sede de um museu comunitário.

43

Figura 43 .

Incidência Solar no interior da edificação

44

45

Figura 44 .

Ventilação Cruzada no interior da edificação

Figura 45 .

Auditório

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.



Durante a pesquisa-ação e o contato com os participantes da pesquisa, os mesmos evidenciaram a necessidade de um espaço onde pudesse ser oferecido diversos cursos, e destacaram o desejo de ter, no espaço da associação, uma cozinha com espaço suficiente para oferecer cursos de culinária para grupos pequenos de pessoas da comunidade. Reportaram-se, com saudosismos, a época em que o Serviço Social do Comércio – SESC, ofertou curso dessa natureza, ligado ao programa Mesa Brasil, para os moradores do Bairro do Coqueiro.

Desta forma, para atender às expectativas da comunidade, projetou-se uma cozinha com dimensões suficientes para receber cursos de culinária, capacitando pessoas e oferecendo a oportunidade de geração de emprego e renda para os moradores do bairro (Figura 46). Dentro do ambiente da cozinha, planejamos um espaço, de uso interno da AMBC, para servir como despensa e outro para depósito.



46

Figura 46 .
Cozinha/Escola

Fonte: Gardênia
Angelim, 2018.

Finalizando os espaços projetados para esse primeiro volume construtivo do Espaço Sede, temos dois banheiros acessíveis, um de uso masculino e outro de uso feminino. Os mesmos possuem aberturas voltadas para a fachada sul, permitindo acesso aos mesmo pelo exterior do edifício, conforme especificações apresentadas em planta baixa (Apêndice - Volume II).

O segundo volume construtivo desse espaço principal, temos duas salas multiuso, a diretoria e um almoxarifado inserido dentro do ambiente da Diretoria e de uso interno da associação.

As salas de multiusos são destinadas a funções diversas. Possuem capacidade para atender pequenos grupos de pessoas, o que requer, além da arquitetura, um mobiliário pensado de modo a se adequar a diversas configurações de layout, aumentando, assim, as possibilidades de usos variados (Figuras 47 e 48).



47

Figura 47 .

Sala Multiuso. Layout 1

48

Figura 48 .

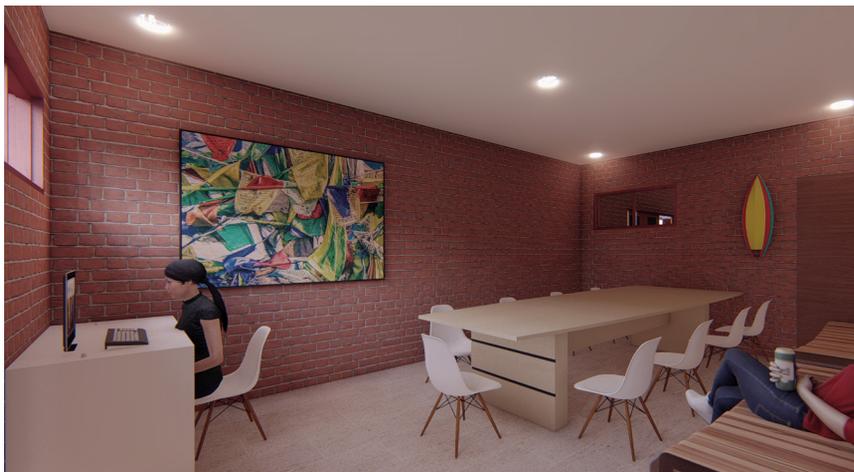
Sala Multiuso. Layout 2

Fonte: Gardênia Angelim, 2018.

Finalizando a apresentação dos ambientes internos do Espaço Sede, temos o espaço da Diretoria (Figura 49), destinado ao desenvolvimento de atividades administrativas da AMBC, reuniões internas da diretoria, arquivo de documentos, atendimento ao público local e visitante, etc. Anexo a este ambiente, temos um espaço destinado ao Almojarifado, espaço pensado para armazenar objetos diversos de uso da Associação.

Figura 49 .
Diretoria

Fonte: Gardênia
Angelim, 2018.



Conforme evidenciado na pesquisa-ação, intenciona-se que a construção da sede da AMBC também possa funcionar com um museu comunitário, visto como um importante instrumento educativo e de comunicação entre os atores locais, as pessoas que o visitam, e a própria comunidade responsável pela organização do espaço museal.

E qual será a arquitetura ideal para um museu comunitário? Por todo conteúdo acadêmico pesquisado para o desenvolvimento desta pesquisa-ação, acreditamos que, distanciando-se dos padrões tradicionais da maioria dos museus do nosso país, os museus comunitários precisam de espaços que sejam reflexos da própria estética do lugar. Razão pela qual, acreditamos que o projeto para sede da AMBC alinha-se, harmonicamente, com essa tipologia de museu.

Ademais, a intensão da AMBC é proporcionar melhoria na qualidade de vida dos moradores, promovendo a capacitação dos mesmos, buscando gerar emprego e renda para o lugar. Comungando dessas mesmas intensões, os museus comunitários são instrumentos a serviço do desenvolvimento da comunidade e do lugar onde estão inseridos. Possuem o papel de capacitar os atores locais para compreensão e entendimento sobre si mesmo, buscando resgatar as memórias coletivas por meio da valorização e reconhecimento do potencial do seu patrimônio cultural que nada mais é, reforçando os dizeres de Varine (2013):

[...] o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento [...]. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória, e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc. (VARINE, 2013).

A capacitação dos atores locais a partir do conhecimento vernacular, dão-lhes suporte para assumirem o papel de protagonistas das narrativas das suas histórias e que podem ser compartilhadas no espaço da AMBC. Os museus comunitários, compartilham dessa mesma forma de atuação, ou seja, busca reafirmar valores inerentes à comunidade, com o intuito de que os mesmos sejam transmitidos à moda dos seus atores.

7.3.2. Acessibilidade

O planejamento dos espaços físicos que oferecem possibilidade de acesso a todos, é um reconhecimento e respeito da existência de diferentes padrões. O arquiteto deve estar atendo e oferecer soluções diversas e inclusivas, promovendo autonomia a todos que tiverem acesso ao espaço projetado.

Dessa forma, o projeto buscou atender as normas de acessibilidades, a fim de que o uso compartilhado e democrático de todos os ambientes possam atender a condições especiais de todos, promovendo mais conforto àqueles que precisam de atenção especial.

Mesmo na fase de Anteprojeto, sinalizamos a importância de se considerar as aberturas de acesso aos ambientes com dimensões compatíveis a atender às diversas formas de mobilidade reduzida. Alertamos à necessidade de usos de rampas quando houver diferença de nível entre os ambientes e/ou espaços desse projeto, conforme demonstrado na imagem abaixo (Figura 50).

Lembramos que o terreno destinado a construção da sede da AMBC, necessita de aterro para alcançar o nível do passeio público, dessa forma, o projeto foi desenvolvido, considerando que essa necessidade já tenha sido resolvida na fase executiva do projeto.

Quando se trata do tema de acessibilidade, temos uma legislação complexa e exigente. Observar condições de acessibilidade em edificações é uma conquista e, ao mesmo tempo, um desafio para os arquitetos e construtores que durante muito tempo ignoraram, nos seus projetos, essa necessidade. Entretanto, no cenário contemporâneo, a observância às normas e legislações vigentes sobre o assunto, não assume, tão somente, uma questão de ordem técnica, mas, por excelência, trata-se de uma questão de respeito, inclusão e cidadania.

Figura 50 .
Indicações de
Acessibilidade
observadas
no projeto

Fonte:
Gardênia
Angelim, 2018.





8

**CONTINUIDADE
DAS AÇÕES PARA
O TERRITÓRIO**

Vemos a parceria universidade-comunidade como símbolo de desenvolvimento e inovação. A relação que se estabelece entre esses grupos por meio da aproximação e troca de conhecimentos alimenta um processo contínuo de ensino-aprendizagem, posto que, as práticas cotidianas proporcionam o confronto da teoria com as necessidades e desejos reais de uma comunidade e, de forma participativa, facilitam a identificação de problemas e busca de soluções para os mesmos.

Por outro lado, é preciso que essa relação seja duradora e contínua, a fim de que se possa dar garantia aos avanços e seguimento das ações. Para tanto, é preciso que a comunidade seja sempre motivada a participar do planejamento de ações.

Através desse projeto-ação conseguimos estabelecer uma relação de cumplicidade, credibilidade e respeito mútuo entre a academia e os atores locais. Dessa forma, tornamos viável a continuação de implantação de projetos futuros para o território.

Partindo desse pensamento, conforta-nos saber que este projeto-ação é apenas parte de um “Projeto-Matriz” que seguirá seu curso no território do Coqueiro com novos atores da academia e cada um, dentro da sua área de atuação, continuará a envolver os atores locais em novos projetos, agregando valores ao lugar, buscando promover melhoria na qualidade de vida dos moradores e preocupados em despertar o interesse dos mesmos pelo reconhecimento do patrimônio cultural, reconhecendo a importância dos mesmos como mecanismo de superação das condições de desigualdades e exclusão social. Em contrapartida, o lugar oferece oportunidades aos diversos profissionais da academia para exercer, na prática, todo o conhecimento adquirido na academia, assumindo um compromisso social com a comunidade local.



9

CONSIDERE
RAÇÕES
FINAIS

A realização deste projeto-ação, construído a partir de um diagnóstico do território, das pessoas e patrimônios, teve como resultado a elaboração de um Projeto Arquitetônico Participativo para a sede da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro. Viu-se na concepção participativa, uma estratégia para estabelecer uma relação de aproximação com a comunidade, viabilizada por pesquisadores do PPGAPM da UFPI, nomeadamente as Professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, que residem na comunidade e que já trabalham no lugar, diretamente com a AMBC e escolas locais desde 2014.

Portanto, este trabalho é um desdobramento de outros projetos em andamento no território que compreende a APA Delta do Parnaíba, associado ao Projeto-Matriz do PPGAPM da UFPI para criação do Ecomuseu Delta do Parnaíba, concebido como equipamento polinuclear e comunitário, vinculados em rede de museus de território de base comunitária para essa área de proteção ambiental.

Nesse contexto, este projeto-ação, concebido com e para a Comunidade do Bairro do Coqueiro, teve como propósito, construir um trabalho horizontal com a comunidade, de modo que criássemos uma relação de confiança e credibilidade entre os participantes, adensando os diálogos para intervenção no lugar via estudos e ações.

A investigação, documentação e comunicação de valores do patrimônio integral da comunidade, sensibiliza e desperta o interesse pela preservação e salvaguarda, o desejo pela construção de um equipamento cultural, a exemplo um museu de comunidade.

O ato de projetar sugere antecipação, pensar antes de agir. Além disso, neste projeto-ação, pensamos em “acrescentar algo a mais”, ir além, o que exigiu dos participantes uma simultaneidade de verbos: pensar, estabelecer metas, traçar estratégias, planejar, experimentar, abandonar, resgatar, inovar, colaborar, participar, vencer obstáculos etc. Diante dessa forma de agir, a metodologia utilizada foi se afirmando à medida que os verbos se transformavam em ações, ao passo que, em perfeita sinergia, os resultados foram sendo produzidos e impulsionados com a continuidade por meio de um conjunto de atividades.

Ao se definir o projeto arquitetônico como participativo, para a construção da sede da AMBC, procuramos, de forma lenta e gradual, imprimir na comunidade motivação e conseqüentemente, mobilização, para unir forças e colaboração no sentido de planejar e realizar atividades e ações. Dessa forma, o trabalho está pautado nas relações de troca entre o conhecimento acadêmico e empírico. Podemos dizer que realizamos um trabalho social, de interesse científico e com a comunidade, razão pela qual se buscou propor e analisar diferentes formas de encontros, diálogos, atividades, ações.

Problemas, objetivos, produtos e serviços foram se constituindo a partir das descrições de situações reais. Observamos, que as propostas de estudos e intervenções, tiveram seus caminhos delineados ao longo do trabalho em função da resolução de problemas previamente detectados ou que foram surgindo na comunidade ao longo da pesquisa-ação.

Para este trabalho, foi realizada a dupla tarefa de pesquisar, buscar as bases teóricas e métodos, para se construir abordagens que considerassem as referências de qualquer tipo de pesquisa, seja ela empírica, do tipo pesquisa-ação ou não. Entretanto, optamos por iniciar pelo lado empírico, com observação e ação realizadas dentro do seio da comunidade, como sugere Tiollent (2011).

[...] Não nos parece haver incompatibilidade no fato de progredir na teorização a partir da observação e descrição de situações concretas e no fato de encarar situações circunscritas a diversos campos de atuação antes de se ter elaborado um conhecimento teórico relativo à sociedade como um todo. Entre esses diversos níveis de análise, não nos parece haver dedução do geral ao particular nem indução do particular ao geral. Trata-se de estabelecer um constante vaivém no qual privilegiamos aqui os níveis mais acessíveis ao pesquisador principiante (TIOLLENT, 2011, p. 15).

Nesse sentido, a estratégia que escolhemos ganha força ao se adequar primeiramente às demandas locais para, paralelamente fortalecer os propósitos de estruturação e organização produtiva do processo museológico para o território que busca promover a diversidade cultural, a inclusão e o respeito às diferenças, sob a ótica de produzir cultura como vetor de desenvolvimento.

Nesse ponto, a metodologia se mostrou satisfatória, considerando o envolvimento da comunidade e a abertura da mesma para a continuidade dos projetos que serão desenvolvidos no âmbito do PPGAPM. Sabendo que a opção por uma metodologia participativa implica em mais dedicação, tempo e recursos financeiros para estar sempre promovendo eventos ou encontros com a comunidade, entretanto, acreditamos

que “o desenvolvimento não pode se fazer sem a participação efetiva e consciente da comunidade” (VARNE, 2012, p. 21). A participação é o instrumento que precisamos para promover a igualdade dos seus autores, bem como a diversidade e a sustentabilidade do patrimônio cultural do lugar.

O grande desafio enquanto pesquisador e participante desse projeto foi conciliar o tempo da comunidade com o tempo de cobrança da academia. Entretanto, aquilo que poderia se tornar uma ameaça, fortaleceu-se por meios das estratégias que se apoiaram em conceitos de inovação social, com fulcro a buscar soluções para os problemas e atender às demandas apontadas pelo grupo. Assim, apesar das conquistas alcançadas até este momento, ainda estarem no estágio inicial desse processo de desenvolvimento, merece todo reconhecimento pelo trabalho, esforço e resistência de todos os participantes.

No que tange ao papel da AMBC junto à comunidade na busca por melhores condições de qualidade de vida para o lugar, é interessante destacar a crescente evolução da sua forma de atuação, bem como o reconhecimento dos seus associados frente ao trabalho que vem desenvolvendo no bairro. Observamos um aumento considerável de filiados ao longo do projeto-ação. Percebemos ainda uma maior interação da Associação com a comunidade, em decorrência das diversas ações realizadas com a colaboração da UFPI através do PPGAPM.

Institucionalmente a AMBC enfrenta problemas que são comuns a todas as organizações comunitárias, principalmente os concernentes à regularidade jurídica, contábil e de sustentação financeira. Por outro lado, o PPGAPM confere uma nova centralidade à sua atividade de extensão, oferecendo uma forma alternativa e inovadora no sentido de fortalecer as democracias, exclusão social, sempre na defesa da diversidade cultural. Seguindo esse viés, a atuação da pesquisadora, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos, pode atuar de forma profissional, oferecendo uma oportunidade a mais para a superação de entraves meramente burocráticos que comumente comprometem a eficácia das associações comunitárias, como sugere Boaventura Santos (2011).

Nesse sentido e por meio dessa relação de parceria, podemos contribuir no sentido de orientar a diretoria da AMCB no processo de regularização em toda sua forma de organização, com o intuito de obedecer aos requisitos legais de funcionamento, sejam eles de ordem interna ou externa e de competência fiscalizadora.

Sabemos que a universidade se resume, para a sociedade, como mero instrumento de formação de pessoas, no entanto, por meio da pesquisa-ação, cabe ao

pesquisador mostrar que o programa de extensão vai mais além. Através das estratégias empreendidas no território do Coqueiro foi possível estabelecer uma relação horizontal de troca de conhecimento entre universidade-comunidade, possibilitando a realização de um trabalho de atuação de caráter social e ao mesmo tempo técnico, fruto de um envolvimento direto e participativo na dinâmica da comunidade do Bairro e em constante diálogo com a complexa e integrada conjuntura que a envolve.

Para cumprir a sua função social, a Museologia Social contemporânea, precisa buscar soluções inovadoras. Por outro lado, seus profissionais devem atuar como mediadores entre o mundo das comunidades, colaborando para a preservação e salvaguarda dos seus patrimônios, bem como, participando das intervenções e ressignificações dos mesmos, criando oportunidades de construção de histórias participativas e com o envolvimento direto das comunidades no planejamento e desenvolvimento de ações em seu benefício.

Esse é o caminho percorrido pelo PPGAPM, pensando em contribuir de modo que os atores locais possam se fortalecer no sentido de enfrentar a dimensão social e política de seus projetos. Procura estabelecer relação de igualdade e horizontalidade com as comunidades, levando em consideração as opiniões e desejos dos envolvidos, como garantia de afirmação da cidadania e da democracia.

Atingir a conscientização da sociedade civil passa pelo embrião da comunidade e pela necessidade de se desenvolver um sentimento de pertencimentos dos atores locais com o seu lugar, de forma que os mesmos se sintam inseridos em uma realidade específica. Esse sentimento de pertencimento é uma realidade que precisa ser trabalhada dia-a-dia, de forma constante e incessantemente, se quisermos atingir um desenvolvimento real.

Por todas as conquistas obtidas nesse cenário, acreditamos que a parceria Universidade/comunidade pode ser vista como uma forma de garantir que as particularidades do território sejam respeitadas e preservadas. O conhecimento técnico da equipe multiprofissional do PPGAPM possibilita um assessoramento abrangente e contínuo nas demandas diárias da comunidade em seus diversos aspectos. Dessa forma, vislumbramos que à medida que a proposta do PPGAPM continue a ser implantada no seu território de atuação e assim, passando a lograr de bons resultados, o mesmo tem potencial para se tornar referência para outros programas de extensão, conferindo-lhe titularidade real de Inovação Social.

“Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses” (Rubem Alves).



REFE RÊNCIAS

ANDREOTTI, G. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: Valentina Trentini Editore, 2008.

BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Universitária da UFPE, 1998.

BARONE, A. C.; DOBRY, S. A.. Arquitetura Participativa na Visão de Giancarlo De Carlo. In: **Revista de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-SP**, São Paulo, n. 15, p. 18-31, jul. 2004.

BIGNETTI, L. P. As Inovações Sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan/abr. 2011.

BITTENCOURT, A. C. da S. P; DOMINGUEZ, J. M. L. e MOITA FILHO, O. Variações texturais induzidas pelo vento nos sedimentos da face da Praia (Praia De Atalaia, Piauí). In: **Revista Brasileira de Geociência**, nº 20, p. 201-207, mar./dez. 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

BRASIL. ICMBio. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/idades-abertas-a-visitacao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>> Acesso em: 28 abr. 2018

BRASIL. ICMBio. **Portaria nº 27, de 10 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgsidades-coservacao/portarias/apa_do_delta_do_parnaiba.pdf>. Acesso em 27 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação ambiental estratégica do PRODETUR nacional no estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo das Origens**. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO_AMBIENTAL/PI/AAE_Pi.pdf. Acesso em 19 out 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 28 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm. Acesso em: 21 abr. 2015.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CÂNDIDO, M. M. D. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo:** Diagnóstico Museológico e Planejamento. 2 ed. Porto Alegre: Mediariz, 2014.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

COSGROVE, D. **A geografia a está em toda parte:** cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Disponível em: <http://documents.tips/documents/denis-cosgrove-a-geografia-esta-em-toda-parte.html>. Acesso em 19 out 2016.

CRUZ, R. D. (1993). Experiencias de la Identidad. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n 2, pp. 63-74.

CURY, Marília Xavier. **Museu, filho de Orfeu, e musealização.** In: ENCUESTRO REGIONAL DO ICOFOM-LAM, 8. Coro, Venezuela. Anais, 1999.

DALMO, D. **O que é participação política.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 2000.

DEVALLÉS, André; MAIRESSE, François (dir.). **Concepts clés de la muséologie.** Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

FRAMPTON, K. **História Crítica das Arquitetura Moderna.** 1 ed, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: **POLÍTICAS SOCIAIS:** acompanhamento e análise, p. 111-119, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf> Acesso em: 25 out 2017

_____. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONTES, B. A. S. M. **Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em comunidade de baixa renda.** São Paulo: Tempo Social, v. 15, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100009>> Acesso em: 22 ago. 2016.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Sobre a Pesca Artesanal**. Secretaria de Estado de Pesca e Agricultura. Disponível em: <<http://www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/24>>, acesso em 18. Ago. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1992.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HOLZER, W. **O lugar na geografia humanista**. Revista Território, 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso em 19 out 2016.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2018.

IPHAN. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009**. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html> Acesso em: 15 out. 2016.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LANA, A. L. dos S. **Os desafios da sustentação das associações de moradores de Ouro Preto/MG**. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, 2015. Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

LEGISLAÇÃO SOBRE MUSEUS. **Declaração de Santiago, 1972**. 3ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017

LEITE, P. P. **Museologia e Inovação Social**. Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2014.

LEVY, P.; AUTHIER, M. **As árvores de conhecimento**. São Paulo: Escuta, 1995.

LOUREIRO, C; AMORIM, L. **Por uma arquitetura social: a influência de Richard Neutra em prédios escolares no Brasil**. São Paulo: Vitruvius, 2002. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq020/arq020_03.asp > Acesso em: 15 jan. 2017.

LUÍS CORREIA. **Plano Diretor do Município de Luís Correia**: diretrizes das políticas municipais de desenvolvimento sustentável e a organização territorial. Lei nº 695. Luís Correia, 30 de junho de 2010.

MALUF, S. W. M. **A antropologia reversa e “nós”:** alteridade e diferença. In: Revista ILHA volume 12 - número 1 - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/2175-8034.2010v12n1-2p41/20799>. Acesso em 05 mai. 2018

MATIAS, H. J. D; Francischini, R. **Desafios da Etnografia com Jovens em Situação de Rua: A Entrada em Campo. Psicologia.** Porto Alegre: Reflexão e Crítica, vol. 23, nº 2, Porto Alegre, 2010.

MONTEIRO, J. de O.; MONTEIRO, J. de O. ECOMUSEOLOGIA: Relação entre identidade, memória e uso turístico. **Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Salvador BA: UCSal, 2014. ISSN 2316-266X, n. 3, v,16, p. 499-519

MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno:** arquitetura da segunda metade do século XX. Tradução: Maria Beatriz da Costa Mattos. ed. Gustavo Gili, 2013.

PINHEIRO, A. da P. **ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA (MUDE):** Um instrumento de valorização de uma rica e complexa Paisagem Cultural no Meio Norte do Brasil, 2017 - Notas de aula [Trabalho não publicado].

PRIOSTI, O. M. **Memória, Comunidade e Hibridação:** Museologia da Libertação e estratégias de resistência. Tese de doutorado em Memória Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese9.pdf>> Acesso em: 03.dez.2017.

PRONSATO, S. A. D. **Projeto participativo e criação coletiva.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, E.; NANETTI R. **Marketing Democracy Word:** civic traditions on modern Italy. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio.** Brasília: Iphan, 2007.

RAMOS, F. V. **Team 10: Manifesto de Doorn.** In: Revista usjt • arq.urb • número 9 | primeiro semestre de 2013.

ROGER, R. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gill, 2001

SANTOS, B. de S. Os processos da Globalização. **A Globalização e as Ciências Sociais,** 2 ed., São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A Universidade no século XXI.** São Paulo: Cortez Editora, 2004

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova política. São Paulo: Cortez, 2006

_____. **A universidade do século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade** – 3ª edição. Cortez, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. C. T. M. **Processo Museológico: critérios de exclusão.** II Semana Nacional de Museus: São Paulo, 1999.

_____. REFLEXÕES SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 18, n. 18, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>>. Acesso em: 07 set 2017.

SAUER, C. O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ,1998. p. 12-74. 1993.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA DO PARÁ – SEPAq-PA. **O que é pesca artesanal?** Disponível em: <www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/24>, acesso em 08 out. 2017.

SILVA, E. W do. **Sociedade, Política e Cultura.** Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/244/Sociedade%2C%20p%C3%B3litica%20e%20cultura.pdf?sequence=1>, acesso em 16 jun. 2018.

SILVA JARDIM, G. A. **Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças.** In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais - CAOS, nº 15, 2010. ISSN 1517-6916. Disponível em: <http://paginas.cchla.ufpb.br/caos/n15/2%20artigo%20george.pdf>. Acesso em 02 mai. 2018.

SIQUEIRA, J. M. de. **Museologia Social e Educação:** o poder de memória para descolonizar o ensino. In: Revista Fórum Identidade. Ano 10, v.22, n. 22, set.- dez. 2016.

SOUZA, M. L. C. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia:** Massarandupió e seu entorno. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. 160 p.

Convenção Europeia da Paisagem. Decreto nº 4/2005 de 20 de outubro de 2000, Florença.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VARINE, H. de. **O museu comunitário é herético?** Jornal Quarteirão - no. 67 - Maio/ Junho 2006 . Rio de Janeiro , pp. 12- 15 .Disponível em www.interactions-online.com – março/abril, 2005.

_____. Museu Comunitário como processo continuado. In: **Cadernos do CEOM**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Vice-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ano 27, n. 41, dez. 2014.

_____. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. **Carta de Manaus**. Manaus, 2012.





ANNE XOS

ANEXO I

Ata de Fundação da AMBC

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia - Piauí

Ata de fundação da Associação dos Moradores do Bairro Coqueiro aos quinze dias do mês de outubro de 1984. Na Unidade Escolar Dep. João Pinto no mesmo bairro. Reuniram-se de livre e espontânea vontade os moradores do Bairro Coqueiro com a finalidade de criarem e fundarem uma associação no seu bairro que na mesma reunião lhe deram o nome de Associação dos Moradores do Bairro Coqueiro A.M.B.C. Elegendo e criando a sua primeira diretoria executiva e seu conselho fiscal. E bem como a aprovação de seu estatuto. Ficando assim constituída:

Primeira diretoria presidente: Francisca de Oliveira Sousa.

Vice presidente: Maria Lourdes Assunção.

Primeira Secretária: Maria da Conceição Veras.

Segunda Secretária: Rosilene Rodrigues Assunção.

Primeira Tesoureira: Sônia Maria Assunção.

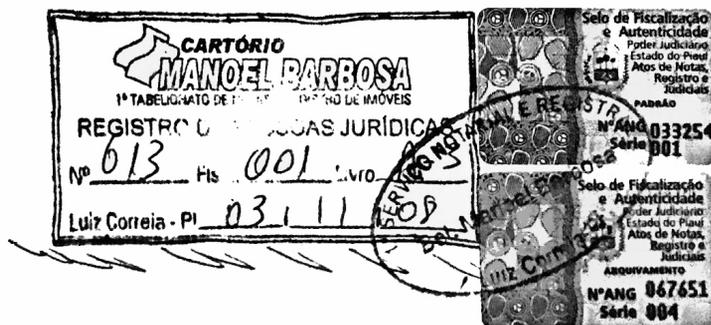
Segunda Tesoureira: Lúcia Maria Pinto.

Conselho Fiscal: Laura Amélia Araújo.

Noêmia Rodrigues Pinto

Elinice Pereira Galeno

Nada mais havendo a tratar fez-se a lavratura desta ata lida e aprovada pelo os presentes Luis Correia 15 de Outubro 1984



ANEXO II

Estatuto da Associação AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16
Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.
Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia - Piauí

Estatuto

Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Coqueiro –
ACMBC – Luis Correia – Piauí Fundada em 14 de Outubro de 1984.

Capítulo I

Da denominação, finalidade, sede. Foro. Prazo de duração.

Art. 1º - Com a denominação da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Coqueiro ACMBC. É uma sociedade civil, sem fins filantrópicos, com finalidade comunitária em defesa dos direitos e interesses dos seus associados, no que tange: Assistência Educacional, social, medicamentosa, hospitalar, técnico, profissional e econômico, com sede provisória no salão paroquial rua José Quirino S/N

Art. 2º - A Associação é constituída por número ilimitado de sócios, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político.

Art. 3º - A Associação além de suas finalidades, tem os seguintes princípios básicos:

- a) A formação moral sócio intelectual de seus sócios;
- b) O respeito social e moral da família;
- c) Obediência às leis e autoridades constituídas;
- d) A união mútua e recíproca em defesa dos direitos sociais e humanos.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Art. 4º - Compete a Associação:

- a) Servir de elemento de ligação, entre seus associados junto aos órgãos Governamentais, na solução de seus problemas;
- b) Instalar, manter e promover escolas, alfabetizantes, cursos profissionalizantes e técnicos, artes domésticas, artesanato, cuidados do lar, higiene e saúde preventiva, como também;
- c) Difundir o potencial turístico da região, como também o potencial agropecuário;
- d) Efetuar convênios com Ministérios, Repartições do Estado e do Município, bem como órgão Governamental e particular, visando a manutenção e execução de seus programas em prol da sociedade.

Capitulo II

Dos Associados, seus direitos e deveres.

Art. 5º - A Associação, terá três categorias de sócios a saber:

- a) Fundadores – aqueles que participarem da instalação e fundação oficial da associação;
- b) Contribuintes – aqueles que contribuirão com mensalidades estipuladas pela Diretoria, ou seja, os sócios efetivos;
- c) Beneméritos – aqueles que por indicação da Diretoria tenham se destacados por relevantes e assinalados serviços prestados à Associação.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Art. 6º - São direitos dos sócios contribuintes efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria;
- b) Receber auxílio ou benefício proporcionado pela Associação;
- c) Representar contra atos da Diretoria e recorrer a uma Assembléia Geral para tal;
- d) Participar das Assembléias, reuniões e dos movimentos festivos e sociais promovidos pela Associação;
- e) Propor a Diretoria a admissão dos sócios de qualquer categoria, assim como quais quer medidas ou providencias de interesse da Associação.

Art. 7º - São deveres dos sócios:

- a) Cumprir e fazer cumprir esta Estatuto e as normas nele contidas, assim, como zelar o bom nome e conceito da Associação;
- b) Aceitar e exercer o zelo, os cargos para os quais forem eleitos ou designados, somente deixando de fazê-lo por legitimo impedimento;
- c) Pagar suas contribuições sociais em dia;
- d) Não praticar atos contrários às leis vigentes ou dilapidar o patrimônio da Associação;
- e) Manter respeito moral aos Diretores da Associação.

Art. 8º - O Associado poderá se excluído da Associação quando este:

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

- a) Não pagar suas contribuições durante 15 (quinze) meses, sem motivo justificado;
- b) Praticar atos que venham ser condenados a pena de reclusão superior a 1 (um) ano;
- c) Desacatar ou atingir fisicamente ou moralmente os associados e Diretores da Associação, apreciado em Assembléia;
- d) Dilapidar qualquer patrimônio da Associação.

Capitulo III

Da Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 9º - São órgãos de deliberação, administração e fiscalização.

- 1- Assembléia Geral: órgão deliberativo;
- 2- Diretoria: órgão executivo;
- 3- Conselho Fiscal: órgão fiscalizador.

Art. 10º - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Entidade formado por todos os sócios, com a finalidade de eleger e empossar a Diretoria, apreciar relatórios, balanços, autorizar a alienação, vendas ou permutas de bens imóveis.

Art. 11º - Compete a Assembléia Geral:

- a) Deliberar sobre prestações de contas e relatórios da Diretoria e do Conselho Fiscal;

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.
Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

- b) Eleger e destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) Decidir sobre a indicação para sócio-benemérito junto com a Diretoria;
- d) Deliberar a respeito de benefícios a serem distribuídos e decidir sobre o patrimônio, seus gravames e alienação;

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a destituição de membros da diretoria e do conselho fiscal é necessário o quorum de dois terços dos associados presentes à Assembléia Geral.

Art. 12º - As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo presidente da Associação.

§ 1º - As convocações serão feitas por editais fixadas na sede da Entidade, nos locais de grande concentração de pessoas e outros meios de divulgação, quando necessário;

§ 2º - Os editais de convocação especificarão a Ordem do Dia da Assembléia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, o item a assuntos gerais;

§ 3º - As Assembléias Gerais convocadas para fins de eleições, tratarão tão somente de assuntos referentes ao motivo de convocação;

§ 4º - A Assembléia Geral Extraordinária, será também convocada quando ocorrer solicitações escritas, assinadas por um mínimo de 10% dos associados e dirigido ao Presidente da Associação.

Art. 13º - Compete a Diretoria:

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

- a) Elaborar o Regimento Interno da Associação e ser aprovado em Assembléia Geral;
- b) Organizar o Plano de Ação anual da Associação;
- c) Cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do regimento interno e normas;
- d) Planificar e regularizar os serviços da Associação para o bom funcionamento;
- e) Manter convênios com instituições sociais, médico-hospitalar, visando o bem-estar dos sócios;
- f) Construir um Fundo Especial para assistências dos associados.

Art. 14º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Manter constante fiscalização sobre o patrimônio e o movimento financeiro da Associação;
- b) Para bem cumprir os seus encargos, o Conselho Fiscal terá amplo acesso, para exame, a todos os Livros e Documentos, que tenham implicações direta ou indiretamente com o patrimônio e o movimento financeiro da Associação.

Art. 15º - Associação dos Moradores da Comunidade do Bairro Coqueiro, será administrada, por uma Diretoria eleita em assembléia Geral para esse fim convocada.

Art. 16º - A Diretoria da Associação composta de:

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

- Um Presidente, um vice-presidente, um secretário, um 2º secretário, um tesoureiro, um 2º tesoureiro, um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes.

PARAGRAFO ÚNICO: O mandato da Diretoria e Conselhos não poderão fazer parte de partidos políticos.

Art. 17º - os membros postulantes da Diretoria e Conselhos não poderão fazer parte de partidos políticos.

Art. 18º - A Diretoria terá direito de alterar com emenda este Estatuto, quando convier o necessário motivo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para alterar o Estatuto é necessária a convocação de uma Assembléia Geral para comunicação do fato, onde será posto em votação e, se aprovado, por maioria absoluta, entrará em vigor a partir daquele momento, mediante a lavratura da Ata no livro competente.

Art. 19º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês em data estabelecida.

Art. 20º - A Diretoria deverá promover e coordenar festividades ao ensejo do dia do aniversário da Associação, assim como, outras solenidades sociais e cívicas.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Art. 21º - Os Diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à Associação, na prática de seus atos de gestão, desde que hajam procedido com dolo ou fraude ou que importem em violação deste Estatuto ou de disposição regimental ou general.

Art. 22º - Em caso impedimento que não ultrapasse a 90 (noventa) dias, o presidente poderá ser substituído pelo vice-presidente, assumindo este impedimento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em idêntico impedimento do Secretário ou Tesoureiro, proceder ao chamado dos suplentes para ocupar os cargos.

Art. 23º - Serão lavradas, em livro próprio Atas das reuniões da Diretoria.

Art. 24º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- b) Convocar, ordinariamente ou extraordinariamente;
- c) Supervisionar os serviços da Associação;
- d) Despachar e assinar o expediente, autorizar despesas bem como, conceder: auxílio e benefícios aos associados;
- e) Convocar a Diretoria e Assembléia Geral quando necessário;
- f) Exercer o direito de voto de desempate nas reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- g) Verificar mensalmente, com o tesoureiro, a exatidão do saldo em caixa;

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

- h) Abrir, rubricar e encerrar os livros e assinar, com o Tesoureiro, os cheques de emissão da Associação e instrumentos de procuração;
- i) Elaborar e encaminhar à Assembléia Geral, anualmente o relatório e a prestação de contas da Associação;
- j) Assumir o controle da Associação, procurando alcançar o seu engrandecimento maior e a execução de suas finalidades.

Art. 25º - Compete ao Diretor Secretário:

- a) Organizar e dirigir os serviços da Secretária da Associação;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria e lavrar suas Atas;
- c) Redigir e assinar correspondências oficiais;
- d) Manter sob guarda os livros e documentos da Associação;
- e) Elaborar o relatório anual com o Presidente e proceder às leituras das Atas das reuniões e Assembléia Geral.

Art. 26º - Compete ao Diretor Tesoureiro:

- a) Organizar e dirigir a contabilidade da Associação, mantendo-a rigorosamente em dia, obedecidas às normas estritamente técnicas;
- b) Organizar e controlar as finanças da Associação, submeter mensalmente à Diretoria, através do Presidente, cópia do caixa e balancetes;
- c) Manter sob guarda os haveres, títulos e documentos da Associação que representem valores;

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luís Correia – Piauí

- d) Efetuar pagamentos e recebimentos;
- e) Apresentar à Diretoria balancetes mensais do movimento financeiro da Associação, juntamente com comprovantes, recibos, notas fiscais, para apreciações;
- f) Assinar os cheques bancários com o Presidente;
- g) Elaborar o balanço anula;
- h) Abrir contas em bancos com o Presidente e efetuar depósitos de títulos, numerários e outros valores pertencentes a Associação.

Capitulo IV

Art. 27º - As eleições para Diretoria da Associação, serão realizadas de 02 (dois) em (dois) anos, na sede da Associação, por uma Assembléia Geral, convocada para esse fim.

Art. 28º - As eleições da Diretoria deverão se feitas 15 (quinze) dias antes do término do mandato.

Art. 29º - As eleições serão feitas por voto Secreto, sendo chamado a votar os sócios por ordem numérica do livro de presença.

Art. 30º - Os sócios admitidos menos de 60 (sessenta) dias antes da data da convocação para a Assembléia Geral, não poderão votar nessa Assembléia.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Art. 31º - Somente sócios quites com a Associação, poderão concorrer às eleições.

Art. 32º - A votação da Diretoria será feita por chapa devidamente registrada na secretaria da Associação, até 30 (trinta) dias de antecedência da data da Assembléia.

Art. 33º - Os Editais de Convocação, para eleição da Diretoria, serão publicados com 50 (cinquenta) dias antes da data prevista para Assembléia.

Art. 34º - Os trabalhos de votação serão iniciados às 8:00 horas e poderão ter os seus terminos antes ou até às 16:00 horas.

Art. 35º – Para validade da eleição, terá no mínimo e votantes de 20% dos associados.

Art. 36º – A apuração da votação será indispensável após a votação da eleição, por uma comissão escolhida para este fim e que será conhecido o resultado da eleição na mesma Ata.

Art. 37º - A posse dos novos Diretores eleitos será após divulgado o resultado da eleição.

Art. 38º - Caso o resultado da apuração da eleição seja de igualdade, será empossado o candidato mais idoso.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Capitulo V

Das Rendas e Patrimônio:

Art. 39º - As rendas da Associação serão constituídas de:

- a) Doações;
- b) Mensalidades dos sócios;
- c) Subvenções dos sócios;
- d) Convênios assinados com órgãos publicados ou particulares;
- e) Renda de capital aplicado;
- f) Renda proveniente de bens móveis e juros.

Art. 40º - Constituem o Patrimônio da Associação os bens móveis, semimóveis e imóveis adquiridos pela Entidade ou regulamente a ela doadas, rendimento dos seus investimentos contribuições dos órgãos públicos.

Art. 41º - Os bens da Associação não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral.

Art. 42º - Todas as rendas da Associação serão destinadas, exclusivamente, à sua manutenção e ao desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela

Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.

Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto

Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luis Correia – Piauí

Capitulo VI

Disposições Gerais

Art. 43º – Enquanto a Associação não dispor de sede própria para o atendimento de todos seus serviços, poderá a Diretoria local, dentro de suas possibilidades, qualquer imóvel para este fim.

Art. 44º - Os membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, perderão os seus mandatos nas formas: Malversação ou dilapidação do patrimônio social, grave violação deste Estatuto e abandono do cargo.

Art. 45º - Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Coqueiro, no caso de extinção, o seu patrimônio social reverterá em benefício de uma instituição congênere Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 46º - A Associação poderá ser dissolvida somente por motivo de dificuldade insuperável, por deliberação de dois terços dos sócios fundadores quites com a Associação, numa Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim.

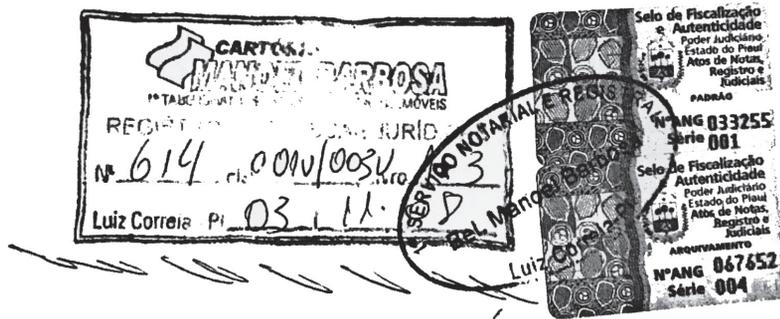
Art. 47º - A Assembléia Geral que aprovar o presente Estatuto, elegerá a primeira Diretoria, entre os sócios fundadores da Associação.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO – AMBC

CNPJ 69.616.480/0001-16

Fundada em 15-10-87, publicada no D.O.E. Em 30.11.92, reconhecida pela
Lei nº 372/88 em 21-10-88, de Utilidade Pública Municipal.
Rua José Quirino, 526 – Sede Provisória no Grupo Escolar Dep. João Pinto
Fones: 3366-1123/1191 CEP 64.220-000 Luís Correia – Piauí

Art. 48º - O presente Estatuto da Constituição da Associação, aprovado pela Assembléia Geral será encaminhado ao cartório da Comarca para que seja registrado em Títulos e Documentos.



ANEXO III
CNPJ da AMBC expedido pela Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 69.616.480/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/05/1993
NOME EMPRESARIAL ASSOC DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMBC		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE QUIRINO	NÚMERO 526	COMPLEMENTO
CEP 64.220-000	BAIRRO/DISTRITO COQUEIRO	MUNICÍPIO LUIS CORREIA
		UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **18/03/2017** às **08:51:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 18/03/2017

ANEXO IV

Certidão do Terreno concedido à AMBC



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ CORREIA
LUIZ CORREIA - PIAUÍ

C E R T I D A O

Certifico, para os devidos fins de direito, que encontra-se cadastrado nesta Repartição (01) um terreno medindo 22,75 mts de frente por 31,50 mts de fundo, perfazendo uma área total de 716 :00 M2 (Setecentos e Dezesseis Metros Quadrados), localizado na Rua - Projetada-09, s/n, Bairro - Coqueiro da Praia, nesta cidade, tendo como posseira a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO = COQUEIRO DA PRAIA, proprietários do CGO. nº 69 616.480/0001-16, cadastrado nesta Prefeitura sob o nº 01-04-173-0024-01.

Luiz Correia(PÍ), 09 de Junho de 1994.


Francisco de Chagas
Chefe do Tribunal de Contas

ANEXO V
Ata de Aclamação da diretoria
Mandato 2017/2019

ANEXO VI

Ata de Reunião Ordinária da AMBC - Julho/2017

ANEXO VII

Certidões Negativas da AMBC

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 69616480/0001-16
Razão Social: ASSOC DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO
Nome Fantasia: AMBC
Endereço: RUA JOSE QUIRINO 526 / COQUEIRO / LUIS CORREIA / PI / 64220-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/01/2018 a 21/02/2018

Certificação Número: 2018012311304778675894

Informação obtida em 23/01/2018, às 11:30:47.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOC DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRO
CNPJ: 69.616.480/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:46:37 do dia 19/01/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/07/2018.

Código de controle da certidão: **7F4D.0F73.74B7.9DC7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
PROCURADORIA TRIBUTÁRIA
SEÇÃO DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO
n° 180569616480000116

(Emitida em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa PGE/PI n° 01/2005)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
INSCRIÇÃO ESTADUAL *****
CNPJ/CPF 69.616.480/0001-16
RAZÃO SOCIAL *****

Ressalvado o direito da Procuradoria Geral do Estado de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, certifico para os devidos fins, a requerimento do(a) interessado(a), que, revendo os registros da Seção de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, verifiquei nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida a presente certidão.

-Chefe da Seção de Dívida Ativa-
Procuradoria Geral do Estado
Procuradoria Tributária

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/05/2018, às 09:50:02

VÁLIDA ATÉ 04/08/2018

ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaoNegativa/jsp/validarCertidao.jsp>

Chave para Autenticação: 6996-014A-4ECD-4C0F-33D4-C783-949F-D5EE

Certidão Negativa da Dívida Ativa

Menu principal > Validação de Certidão > Resultado da validação

A certidão 180569616480000116 É VÁLIDA.

Solicitação Nº:	180569616480000116
CNPJ:	69.616.480/0001-16
Razão Social:	
Inscrição Estadual:	
Data da certidão:	06/05/2018 09:50:02
Observação:	

ANEXO VIII

Documento interno da AMBC que comprovam as discussões dos associados sobre o desejo de construir o Museu do Pescador no bairro

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COQUEIRO

EIXO TEMÁTICO: TURISMO

- **Criação de uma Comissão do Turismo na comunidade**

Formar uma equipe responsável pelas atividades turísticas na comunidade e pelo planejamento para recebimento do visitante e avaliação das ações realizadas junto às pessoas que atuam no ramo.

- **Criação de um centro receptivo para o turista/visitante**

- Elaboração e construção do Centro de Atendimento ao Turista e ao visitante. Este deverá abrigar os serviços de informações e controle dos acessos e usos da área;

- **Desenvolvimento de Ações de Educação e saúde ambiental**

- Implantação de ações educativas de saúde ambiental permanente junto aos moradores e donos de bares e mercearias;
- Aquisição de coletores grandes de lixo para serem espalhados pela praia e dos coletores pequenos para serem distribuídos dentro dos bares;
- Realização de mutirão mensal para limpeza da praia;

- **Implementação do Turismo**

- convite aos estudantes do curso de turismo da UFPI para fazer levantamento turístico para saber se na comunidade há vocação para o ecoturismo de base comunitária, proposta de roteiros para visitantes e definição do tipo de turismo na comunidade;
- Realizar levantamento das potencialidades e dificuldades da atividade turística realizada na comunidade junto às pessoas que trabalham com o turismo;
- Pedir a Secretaria de Turismo a avaliação realizada pelos estudantes que estiveram atuando dentro dos bares como colaboradores no período do carnaval.
- Formação e capacitação de recursos humanos direcionado para o atendimento ao cliente;
- Controle de qualidade do produto turístico (praia);
- Controle de carga do fluxo turístico durante a alta temporada;
- Gerenciamento das informações (banco de dados) sobre quantidade de turistas e levantamento de opinião;
- Implantação e adequação de infra-estrutura básica;
- Informação ao visitante a respeito de serviços, produtos e orientação sobre a conduta adequada;
- Incentivo a participação comunitária;
- Criar um marketing turístico e meios de divulgação.

- **Criação do Museu do Pescador**

Contar a história da comunidade local por meio da criação do museu do pescador como atrativo turístico evocando os habitantes da região e registrando a sua memória.

EXECUTORES/PARCELIAS

- Associação de moradores do Coqueiro, Prefeitura Municipal de Luís Correia, SEBRAE, Colônia de Pescadores de Luís Correia, Universidade Federal do Piauí, Secretaria de Turismo do Estado, PIEMTUR e órgãos de fomento

EQUIPE RESPONSÁVEL:

Produto do:

mapm
MESTRADO
ARTES, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA